

Danillo da Conceição Pereira Silva | Iran Ferreira de Melo
Lorena Gomes Freitas de Castro ORGANIZADORES



DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO NOS ESTUDOS DO DISCURSO



CRIAÇÃO EDITORA

CONSELHO EDITORIAL

Fábio Alves dos Santos
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira Menezes
Maria Inêz Oliveira Araújo
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

Danillo da Conceição Pereira Silva
Iran Ferreira de Melo
Lorena Gomes Freitas de Castro
ORGANIZADORES

Dissidências sexuais e de gênero **nos estudos do discurso**



Criação Editora

Aracaju | 2017

Todos os direitos reservados aos organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei em vigência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do título da obra, organizadores, autores, editora, edição e paginação. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.619/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

PROJETO GRÁFICO: Adilma Menezes

Capa: Matheus Brito

Catálogo Claudia Stocker – CRB5-1202

Dissidências sexuais e de gênero nos estudos de discurso
Danillo da Conceição Pereira Silva, Iran Ferreira de Melo,
Lorena Gomes Freitas de Castro(Organizadores). Questões de
Linguagem e Sociedade. N.1. Aracaju: Criação, 2017.

202 p. 21 cm.

ISBN. 978-85-8413-167-9

1. Identidade de Gênero 2. Linguagem 3. Literatura- discurso
I. Título II. Danillo da Conceição Pereira Silva (org.) III.
Iran Ferreira de Melo(org.) IV. Lorena Gomes Freitas de Castro
(org.) V. Assunto

CDU 613.88+82

O rigor e a exatidão do conteúdo dos artigos publicados são da responsabilidade exclusiva dos seus autores. Os autores são responsáveis pela obtenção da autorização escrita para reprodução de materiais que tenham sido previamente publicados e que desejem que sejam reproduzidos neste livro.

Organizadores.

APRESENTAÇÃO

Uma abordagem crítico-científica sobre a realidade tem duas importantes funções que, embora pareçam se opor, correspondem à dupla face essencial ao exercício intelectual: (1) aprofundar os conhecimentos sobre determinado objeto de estudo, para que o sujeito-pesquisador consiga, da forma mais produtiva possível, dirigir à sociedade os resultados de sua investigação, delimitando as características e/ou as funcionalidades desse objeto em prol do desenvolvimento social e (2) ampliar as possibilidades do sujeito-pesquisador interagir com os traços socioculturais e políticos que contextualizam e constituem seu objeto de estudo, compreendendo o valor universal das ciências e filosofias como um idioma para se comunicar com as várias demandas, manifestações e aplicabilidades de tal objeto.

Assim, é no cruzamento desses dois vetores que se fundam as pesquisas científicas de enquadre crítico nos estudos linguísticos, para as quais o primeiro – isto é, a *verticalidade do aprofundamento do saber* – se realiza por meio de uma revisão epistemológica das características, do funcionamento e dos efeitos da linguagem humana no interior de uma sociedade cicatrizada por várias expressões de desigualdade social e o segundo – qual

seja, a *horizontalidade do diálogo que esse saber abrange* – ocorre através das correlações possíveis de se fazer entre a estrutura linguística e a estrutura social, demonstrando que a linguagem é capaz de construir uma visão particular de mundo por parte dos seus falantes, ao mesmo tempo em que “é derivada da relação que os falantes têm com as instituições e a estrutura sócio-econômica das sociedades de que fazem parte, sendo tal visão disponibilizada e confirmada pelo cunho ideológico dessas mesmas sociedades” (FOWLER & KRESS, 1979, p. 185)¹.

Na perspectiva desse enquadre crítico sobre a linguagem, o enfoque de uma investigação científica foge à ideia positivista de tomar a sociedade como fato objetivo e o uso da linguagem como sua projeção. Mais do que isso, abordagens desse tipo concebem que o significado linguístico é inseparável dos sistemas de ideologia e que ambos dependem da estrutura social (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2004)². Assim, esse enquadre aponta para o entendimento de que a Linguística contemporânea precisa desconstruir os significados tomados como óbvios ou as “agendas ocultas” presentes nos textos, expondo elementos indiciais reprodutores da organização social, que privilegiam certos grupos e indivíduos em detrimento de outros, por meio de formas de ver e avaliar o mundo (ideologias) ou pela preservação de poderes de grupos dominantes (hegemonia), uma vez que “a linguagem projeta, permanentemente, relações e estruturas sociais, de acordo com os desejos dos participantes, em regra os do(s) participante(s) mais poderosos” (PEDRO, 1997, p. 33)³. Nesse sentido, como resposta ao irrecusável compromisso que nos cobra a vida hodierna, suas práticas e seus discursos, é im-

1 FOWLER, R.; KRESS, G. *Critical Linguistics*. In: FOWLER, R. et al. *Language and Control*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979. p. 185-213.

2 BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 11 ed. Tradução Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

3 PEDRO, E. R. *Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos*. In: _____. (Org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46. (Coleção universitária. Série Linguística)

perativo partir dessa perspectiva crítica para reinventar o modo como tradicionalmente pensamos a relação entre a sociedade e a linguagem, exigindo “do cientista em geral (e do linguista, em particular) procurar ver ‘com novos olhos’ os fatos, porque é destas novas visadas que a ampliação do conhecimento acaba por surgir” (BORGES NETO, 2004, p. 08)⁴.

Dessa forma e à revelia do paradigma formalista de estudos que perdurou hegemônico por tempos no seio da Linguística, investigações críticas da linguagem reconhecem que pesquisas sobre texto e discurso possuem um significativo lugar entre as ciências sociais, na medida em que podem atribuir caráter histórico, político e ideológico ao seu objeto de estudo (a linguagem) e natureza psicossocial aos atores sociais (sujeitos da linguagem) (MINAYO, 2009)⁵. Nessa seara, enquadra-se este livro, cujo objetivo consiste em analisar a função do discurso na construção de representações sobre um coletivo de pessoas que secularmente está à margem da história oficial, sendo desvalido de elementares direitos sociais e humanos em todo o mundo: mulheres e homens homossexuais – lésbicas e gays – e bissexuais, bem como pessoas transgêneras – travestis, transexuais –, intersexuais e não-binárias (LGBT). Desenvolvemos, neste material, diferentes pontos de vista sobre práticas sociais que enlaçam essa comunidade.

Da análise da relação que ela mantém com a religiosidade cristã ao estudo dos movimentos ativistas LGBT e da representação desse grupo na literatura popular a uma abordagem sobre a travestilidade no cinema, os textos que compõem esta obra requerem um olhar crítico e impulsionador sobre a universalidade das letrinhas do acróstico. Trata-se de uma compilação de textos urgentes, que lançam um desafio político de grande envergadura: reafirmar os princípios que orientam historicamente

4 BORGES NETO, J. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

5 MINAYO, C. O desafio da pesquisa social. In: _____; DESLANDES, S F; GOMES, R. (Orgs.) *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p 09-30.

o pensamento acerca dessa população e também renová-los, a partir das demandas da época.

Com isso, a coleção *Questões de Linguagem e Sociedade* inicia sua jornada com um desafio importantíssimo: problematizar como o discurso está engendrado nas práticas sociais legitimadoras ou transformadoras das diferentes opressões que pessoas de gênero e sexualidade dissidentes sofrem. Esta é, portanto, uma obra que se tornará inestimável como introdução aos debates correntes concernentes ao discurso, ao poder e à ideologia que afetam essas pessoas. Vamos à leitura dela, então!

Danillo da Conceição Pereira Silva

Iran Ferreira de Melo

Lorena Gomes Freitas de Castro

SUMÁRIO

- A imagem discursiva dos LGBTs + na literatura de cordel: um estudo argumentativo **11** Andréa Mendonça Cunha
Márcia Regina Curado Pereira Mariano
- À beira do pertencimento: filiação e autopercepção em comunidades de prática gays em Salvador, Bahia **31** Dannel da Silva Carvalho
- Uma política das vidas (in)viáveis: reflexões sobre performatividade e violência transfóbica no discurso **51** Danillo da Conceição Pereira Silva
- O ethos de Madona: uma análise discursiva do curta-metragem “madona e a cidade paraíso” **71** Flávio Passos Santana
- A concepção de família no discurso jurídico: análise discursiva da primeira sentença de adoção concedida a um casal homossexual no estado de Pernambuco **85** Glauco Damião Souza da Silva
Rebeca Lins Simões de Oliveira
- Por uma desnaturalização de sentidos preconceituosos contra pessoas LGBT: analisando/problematizando propagandas nas aulas de Língua Portuguesa **109** Thiago Gonçalves Cardoso
Lorena Gomes Freitas de Castro
Danillo da Conceição Pereira Silva

Mapa onto-epistêmico-metodológico de um estudo sobre a representação da população LGBT na imprensa brasileira **133** Iran Ferreira de Melo

Linguística Queer: na luta discursiva, como/sobre prática de resignificação **153** Ismar Inácio dos Santos Filho

Tirando a Bíblia do armário: o cristianismo como fonte de um discurso religioso indecente **185** Victor Veríssimo

A imagem discursiva dos LGBTs + na literatura de cordel: um estudo argumentativo¹

ANDRÉA MENDONÇA CUNHA²

MÁRCIA REGINA CURADO PEREIRA MARIANO³

INTRODUÇÃO

Tendo como base, principalmente, conceitos da retórica aristotélica e da neorretórica perelmaniana, considerando a importância da literatura de cordel como expressão literária e de valores de um povo e sabendo da necessidade de discutirmos questões relacionadas a gênero e sexualidade para enfrentar preconceitos na sociedade, este estudo visa a analisar as imagens discursivas de homossexuais e transgêneros construídas

1 Este capítulo é uma adaptação e uma revisão de artigo homônimo, ainda não publicado.

2 Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/2016 junto ao projeto “Questões de gênero e identidade no cordel brasileiro”, coordenado pela Profa. Dra. Márcia Regina Curado Pereira Mariano do Departamento de Letras de Itabaiana, Universidade Federal do Sergipe – UFS; andreamendonca07@gmail.com.

3 Professora Doutora Adjunta do Departamento de Letras de Itabaiana, da Universidade Federal de Sergipe – UFS; ma.rcpmariano@gmail.com.

nas narrativas cordelistas *O casamento do boiolo*, de José Francisco Borges (BORGES, s/d), e *Discussão dum crente com um boiolo*, de Luiz Alves da Silva (SILVA, 2000), observando estratégias linguísticas e discursivas utilizadas, como escolhas lexicais e falácias.

A retórica teve sua origem no século V a.C, em Siracusa. Relacionada ao discurso judiciário, instaurou as bases da oratória na luta reivindicatória de terras. Para Aristóteles (2011, p. 44), a retórica é definida como a “faculdade de observar, em cada caso o que este encerra de próprio para criar a persuasão.” O filósofo defende ainda que existem três meios de persuasão: o ethos, o pathos e o logos. O primeiro, cujo conceito será muito importante neste nosso trabalho, refere-se ao caráter do orador, ao modo como ele constrói sua imagem ou de outros no discurso, na busca da simpatia e da adesão do auditório; o segundo, às paixões suscitadas no auditório; e o terceiro, ao próprio discurso.

Mais tarde, a retórica foi reduzida à eloquência, ou seja, aos discursos floridos, aproximando-se da poesia. Diante disso, ela passa por um momento de declínio, principalmente a partir do século XVI, com o humanismo, recuperando forças somente no século XX com as novas retóricas. Estas, dentre as quais destacamos a de Perelman e Tyteca e que tem como obra fundamental o *Tratado da Argumentação – a nova Retórica*, publicado em 1958, retomam os estudos aristotélicos, porém voltam-se não somente para a produção de discursos orais, mas para a produção e a interpretação de discursos em seus mais diferenciados gêneros, sejam eles orais ou escritos. Outra mudança trazida pelas neoretóricas foi a possibilidade de diálogo dos conceitos aristotélicos com os de outras disciplinas, como a Pragmática, a Semiótica Discursiva, a Linguística Textual, a Análise do Discurso francesa, entre outras.

Considerando que a retórica é a arte da persuasão, é preciso que o orador articule em seu discurso estratégias que conduzam seu auditório a aderir ao seu ponto de vista. Por consequin-

te, podemos afirmar que, ao enunciar, o orador deve criar uma imagem prévia de seu auditório e vice-versa, para que assim sejam estabelecidos acordos, que se baseiam nos fatos, nas verdades e nas presunções, quando se almeja a adesão de um auditório universal, ou nos valores, nas hierarquias e nos lugares do preferível, quando se busca a adesão de auditórios particulares. Tendo em vista nosso objetivo neste estudo, dentre os objetos de acordo, focalizaremos os valores, muitas vezes impostos discursivamente como verdades únicas.

De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 85), os valores são utilizados “para motivar o ouvinte a fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas, de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem”. Desse modo, veremos como essa estratégia é empregada nos corpora deste trabalho para persuadir o auditório, junto a outros mecanismos retóricos como o uso de falácias e de figuras de argumentação e retórica, definidos ao longo do desenvolvimento do artigo.

Sabendo que o pretendido aqui é analisar a construção discursiva das pessoas homossexuais e transgêneras na literatura de cordel, criamos uma ponte entre a linguagem utilizada pelo cordelista, que revela o preconceito empregado aos grupos LGBT⁺, e o cômico, mostrando como esses grupos considerados minoritários são utilizados como objeto de representação do ridículo, engraçado, feio, imperfeito e imoral, por serem diferentes. Assim, veremos o cômico empregado como uma manifestação dos vícios e das fraquezas humanas, causando riso naqueles que compartilham dos mesmos valores do orador.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 Acordos estabelecidos entre orador e auditório

No *Tratado da Argumentação*, Perelman e Tyteca afirmam que “para argumentar, é preciso ter apreço pela adesão do interlo-

cutor, pelo seu consentimento, pela sua participação mental.” (2005, p.18). Assim sendo, observamos que o auditório é um elemento crucial para estes estudos, pois é a ele que cabe o papel de “determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (PERELMAN e TYTECA, 2005, p. 27). Por essa razão, para um discurso eficaz, o orador precisa conhecer a natureza do seu auditório, os seus valores, suas crenças e seus pontos de vista sobre o mundo, a fim de que seja possível estabelecer acordos e mais tarde persuadir tal audiência.

Considerando que o objetivo da argumentação é a adesão a um ponto de vista, Perelman e Tyteca (2005, p. 50) definem uma argumentação eficaz como aquela que “consegue aumentar essa intensidade de adesão, de forma que se desencadeie nos ouvintes a ação pretendida (ação positiva ou abstenção) ou, pelo menos, crie neles uma disposição para ação, que se manifestará no momento oportuno”. Sabendo que toda argumentação é construída pela visão que o orador tem de seu auditório, cria-se a necessidade do orador adaptar o discurso ao pathos, buscando estabelecer acordos que podem ser realizados a partir de fatos e verdades, presunções, valores, hierarquias de valores e argumentos baseados nos lugares do preferível. Sabendo que, neste trabalho, o que pretendemos destacar nas narrativas são os valores, conforme já afirmamos, deteremo-nos a tratar destes.

Toda argumentação versa sobre acordos estabelecidos com o auditório, ou seja, pontos de partida de raciocínios admitidos pelos ouvintes/leitores. Os valores se estabelecem como um dos tipos de objeto de acordo, que segundo Perelman e Tyteca “intervêm como base de argumentação ao longo de todo o desenvolvimento” possibilitando uma “comunhão sobre modos particulares de agir” (PERELMAN e TYTACA, 2005, p. 84). Ainda afirmam esses autores que os valores se dividem em concretos e abstratos, respectivamente relacionados a auditórios particulares e universais. Por valores concretos, Perelman e Tyteca (2005, p. 87) entendem “o que se vincula a um ente vivo, a um grupo

determinado, a um objeto particular, quando queremos em sua unicidade”. Diante disso, vale ressaltar, ainda, que os valores concretos costumam caracterizar a argumentação conservadora. Já por valores abstratos, os autores compreendem-nos como valores que se aplicam a princípios gerais, válidos em todos os casos, a exemplo da beleza, igualdade, caridade, justiça etc.

Sendo assim, verificaremos nos corpora deste trabalho a presença dos valores, principalmente os concretos, como acordos estabelecidos entre o orador e seu auditório particular, que atuarão na construção discursiva de *ethé* dos oradores dos cordéis e de grupos LGBT₊.

1.2 Literatura de cordel: manifestação popular brasileira

Em *O que é literatura popular*, Luyten (1983) nos esclarece que a cultura popular se desenvolve em sociedades onde há elite e povo, ressaltando que tanto um quanto outro participam das manifestações linguísticas, musicais e religiosas. O popular, assim como outra expressão, está permeado pela troca de informações, onde são compartilhadas experiências e fantasias propagadas pela oralidade. O autor ainda defende que a expressão popular é de suma importância para se conhecer os interesses da população, ou ainda podemos afirmar que para se conhecer os valores que permeiam os povos.

O cordel, como expressão popular, encontrou no Nordeste brasileiro um meio para se difundir. Os folhetos, vendidos a baixo custo nas feiras e nas praças, abordam temas diversos, tratando de assuntos que dizem respeito a aspectos socioculturais, econômicos, políticos, religiosos e educacionais. A literatura de cordel, por estar permeada por elementos da fala e por ser uma literatura popular, é alvo de discriminação. Um dos aspectos criticados por Luyten (1983) é como a produção cordelista é analisada. Diferentemente da literatura brasileira, a literatura de cordel é estudada e classificada por temas e não

pelos autores, o que se configura como uma desvalorização do escritor de folhetos.

Luciano (2012) defende que não existe literatura popular e literatura erudita, existe “literatura”. Segundo o autor, o termo “popular”, quando utilizado em referência à literatura, assume um caráter pejorativo, sendo muitas vezes compreendido como sem valor, sem qualidade, folclórico, ignorante. Essa divisão teria, ainda de acordo com o estudioso, uma base social, na medida em que se veria, de um lado, a literatura feita pelo povo marginalizado, pobre, (visto como) analfabeto, peão da roça, sertanejo, e de outro a literatura dos acadêmicos e intelectuais da elite. Sendo a literatura de cordel definida por muitos como uma literatura popular e tendo origem nordestina, podemos pensar numa extensão (ou continuidade) do preconceito social.

Outro ponto importante a ressaltar sobre a literatura de cordel, embora não nos aprofundaremos nele em nossas análises, é a presença de ilustrações nas capas, chamadas de xilogravuras, que, pela repercussão obtida, existem independentemente dos folhetos. No contexto da literatura de cordel, as gravuras nas capas condizem com o conteúdo da narrativa, o que permite ao leitor uma prévia do que o autor abordará e, na unidade da narrativa como texto, pode reforçar o ponto de vista do orador.

1.3 Breve comentário sobre o cômico e a literatura de cordel

Para Bergson (1983), a comicidade não existe fora do humano. Assim, o riso se configura como manifestação dos vícios e das fraquezas humanas. Em *Arte Poética*, de Aristóteles, a comédia é vista como imitação de pessoas inferiores. O cômico, aqui, é realizado a partir do que é feio e imperfeito, no entanto, sem a presença da dor e da destruição como é típico da tragédia, pois na comédia o que não se pretende é despertar essa emoção. Por essa razão, “o cômico exige algo como certa anestesia momentânea do coração para produzir todo o seu efeito” (BERGSON, 1983, p. 8).

Desse modo, podemos observar que, pelo riso, comportamentos que estão em desacordo com a moral são castigados, fazendo com que a comicidade surja como “espécie de alerta sobre algo que não está funcionando bem nas sociedades” (JAHN, 2008, p. 3). Ainda de acordo com Jahn (2008), algo só pode se tornar cômico quando é um comportamento extremamente fixo e imutável. Assim, esses aspectos intrínsecos do cômico se apresentam também no conceito de estereótipo, que, segundo Amossy (2013, p. 125), “é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado”.

Sabendo que o riso carrega em si uma significação social, contamos com a presença de um orador que deve possuir um conhecimento prévio das crenças e dos valores de seu auditório, a fim de que se torne possível a criação de “artimanhas lúdicas” na manipulação de seu discurso insultuoso. Assim, muitas vezes, o efeito satírico recorre ao uso de um vocabulário vulgar, do escárnio, de chacotas e do grotesco como elementos de criação artística, elementos estes que serão destacados na análise de nossos *corpora*.

Portanto, encontraremos nos *corpora* deste trabalho uma literatura de cordel que recorre ao riso para criticar implicitamente aquilo que o orador julga como vício ou transgressões na sociedade. Deste modo, veremos narrativas cordelistas construídas com o intuito de condenar o comportamento dos homossexuais, transgêneros e travestis, trazendo o riso como “gesto social, que ressalta e reprime certo desvio de homens e dos acontecimentos” (BERGSON, 1983, p. 43).

1.4 Um olhar sobre a homofobia e a transfobia na sociedade brasileira

Na Idade Média, a prática homossexual era vista como pecado, como tentação do demônio. Para a Psicologia, até a década de 90, caso de patologia, doença mental, considerando os homossexuais como “invertidos”. Esse quadro só muda no dia 17 de maio de 1990 quando a OMS – Organização Mundial de Saúde – retira a homossexualidade da lista internacional de doenças. Data que ficou registrada como Dia Internacional contra a Homofobia.

Mesmo diante desses avanços, a discriminação contra os homossexuais persistiu. Eram vistos por muitos como sujeitos ‘diferentes’, que estavam infringindo a regra da heterossexualidade. Assim, “enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade – mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um grupo distinto” (LOURO, 2004, p. 30 *apud* XAVIER e PEREIRA, 2012, p. 3).

Diante disso, o movimento LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e travestis) surge no século XX como meio de luta contra a discriminação e violência a esses grupos, tidos como minoritários. Todavia, mesmo que em meio a lutas e reivindicações, o Brasil continua sendo um país preconceituoso, como mostra pesquisa realizada, em 2014, pelo jornal *O Estado de São Paulo*⁴, que informa que, a cada uma hora, uma pessoa homossexual é vítima de violência no país. Engajado com a visibilidade, o movimento LGBT alargou-se e passou a abrigar também os transexuais e transgêneros outros/as, aderindo à sigla LGBT+.

Tratando ainda da homossexualidade, na constituição brasileira é apregado que todos os cidadãos devem ser respeitados

4 Link para o registro da pesquisa: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,a-cada-hora-1-gay-sofre-violencia-no-brasil-denuncias-crescem-460,1595752>.

diante de sua orientação sexual, no entanto, é nítido que, ao lançarmos um olhar para a mídia e para os comportamentos sociais ditos como os mais adequados, encontraremos uma sociedade que postula a heteronormatividade.

O Estado continua sempre a postular a heterossexualidade, não por meio de leis, mas sim ao ditar aqueles comportamentos sociais que seriam mais adequados. Isso não significa que o governo persiga (fisicamente) os homossexuais ou demonstre preconceito explícito a eles, mas é bastante óbvio que ele, respaldado no discurso das igrejas (e não só a católica) e também no da mídia (por meio da propagação de caricaturas), caracterize o comportamento homossexual de uma forma estereotipada, a fim de alimentar na sociedade um certo desconforto e recusa a esse comportamento. (XAVIER e PEREIRA, 2012, p. 5).

Diante disso, podemos tratar dos estereótipos criados acerca da imagem do homossexual. Para muitos, o termo homossexual é utilizado para referir-se a homens que possuem um comportamento feminino, sendo assim chamados de “afeminados”. Com isso, vemos que o que se prega aqui é uma visão heteronormativa, onde até mesmo em uma relação entre dois homens se procura aquele que faz o papel de mulher. O mesmo acontece com casais de lésbicas. A sociedade, respaldada no comportamento heteronormativo, busca aquela que assume o papel do homem, julgando-a como masculinizada.

Assim como a homossexualidade, a transexualidade também foi tida como patologia. Ao longo do século XX, vários termos foram adotados para referir-se a esse grupo: em 1973, era empregado o termo “disforia de gênero”; em 1987, “transexualismo”, listado como uma desordem mental; em 1994, o termo transexualismo é trocado para “desordem de identidade de gênero”, e já em 2001, “transtorno de identidade de gênero”. Assim, para

a questão da transexualidade, o que nos parece é que é ainda mais difícil para a sociedade compreender e respeitar o comportamento e a identidade desse grupo.

Por transgêneros temos que são pessoas que podem se identificar com o seu sexo biológico e não se identificam com a identidade de gênero designada no nascimento. Já os transexuais são aquelas que buscam fazer uma transição para o gênero oposto, por meio ou não de intervenção cirúrgica para adequação corporal. Já em alguns países,

como Inglaterra, desde 2005, e Espanha, desde 2007, para que haja o reconhecimento legal da identidade de gênero dos transexuais, não há necessidade da realização da cirurgia de redesignação sexual, porém os obriga a passar pelo diagnóstico psiquiátrico e pela prescrição do tratamento hormonal (GARCÍA, 2009 *apud* ÁVILA e GROSSI, 2010, p.6).

Vale salientar que muitos acreditam que as pessoas trans são também gays ou lésbicas. No entanto, é preciso que orientação sexual e identidade de gênero não sejam confundidas. A orientação sexual diz respeito à atração afetivo-sexual por alguém de algum gênero, podendo assim uma mulher gostar de homens (heterossexual), de mulheres (homossexual) ou ainda de homens e mulheres (bissexuais). Já a identidade de gênero refere-se à forma como uma pessoa se identifica, podendo se identificar como homem, mulher, homem e mulher, ou ainda com nenhum dos dois.

2 ANÁLISE DAS NARRATIVAS CORDELISTAS

Considerando que o objetivo deste trabalho é analisar como a imagem discursiva do homossexual e dos transgêneros é construída na literatura de cordel, buscaremos, primeiramente, evi-

denciar a presença dos valores, já definidos anteriormente, das falácias e das figuras de argumentação e retórica como argumentos utilizados pelo orador para que o seu auditório adira ao seu ponto de vista.

No cordel *O casamento do boiola*, de José Francisco Borges, encontramos um orador que narra o casamento religioso de um homem cisgênero com uma mulher transexual, o que evidenciamos nos versos: “Eu sou Heleno/ Esse nome me atrofia/ Achem bom ou achem ruim/ Eu vou me chamar de Sofia.” É importante salientar que o orador se refere à noiva como se ela fosse um homem gay, quando, na verdade, ao se identificar como mulher e se relacionar com um homem, ela é heterossexual. Diante disso, evidenciamos um ethos preconceituoso e ignorante, daquele que pouco sabe a respeito de identidade de gênero e orientação sexual.

Inicialmente, o orador nos apresenta um político famoso, ressaltando seus pontos positivos (forte, respeitado, acreditado), até que evidencia um suposto ponto negativo através de uma figura de escolha, ao selecionar o termo “viado” para se referir ao filho gay do deputado:

(1)
Havia um político famoso
Muito forte e respeitado
Do povo de sua terra
Era muito acreditado
Eleito em todas campanha⁵
Mas tinha um filho viado.

A figura de escolha é um dos tipos de figuras de argumentação e retórica segundo Perelman e Tyteca (2005), ao lado das figuras de presença e de comunhão. Nessa tipologia, os auto-

5 O desvio da norma-padrão presente nas narrativas cordelistas será mantido em nossa análise, já que não é nosso objetivo o monitoramento ortográfico ou gramatical.

res privilegiam os efeitos de sentido provocados pelo uso de argumentos inesperados, que causam a sensação de surpresa no auditório, que é o que define as figuras de argumentação e retórica. Para os neoretóricos, as figuras de comunhão teriam como objetivo aproximar o auditório, estabelecer uma comunhão com ele; as figuras de presença, por sua vez, teriam o intuito de não deixar o auditório se esquecer do objeto do discurso do orador; por fim, as figuras de escolha, que destacamos em nossa análise, dizem respeito às escolhas linguísticas e discursivas feitas por um orador tendo em vista a persuasão do seu auditório.

Nesse primeiro cordel, as escolhas linguísticas chamam a atenção (principalmente daqueles que não compartilham dos mesmos valores que o orador) do leitor por evidenciarem todo um preconceito social contra os homossexuais. As escolhas lexicais destacam-se desde a seleção do termo “boiola”, no título do cordel, até “viado”, na estrofe destacada, e outras palavras e expressões como: “gay”; “minha bunda se sacode”; “desmunhecado” e outras. O mesmo acontece com o segundo cordel que analisaremos.

Partindo agora para o cordel *Discussão dum crente com um boiola*, de Luiz Alves da Silva, encontraremos um narrador que cria um personagem (o crente) para projetar nele os seus valores e/ou aqueles que julga serem os valores do seu auditório. Mesmo tentando camuflar seu ponto de vista, verificamos aqui, também pela presença das figuras de escolha, o posicionamento do orador:

(2)
Por onde eu ia passando
la prestando atenção
Vi um grupo de boiolas
Numa grande discussão

Logo assim que lá cheguei
Fiquei muito admirado
Era a noite mas estava

Um movimento danado
Eu fiquei observando
Ali de um banco sentado.

Retomando a narrativa do cordel *O casamento do boiola*, verificamos pelas falas do pai a presença de valores heteronormativos, que desencadeiam o sentimento de decepção ao descobrir a orientação sexual de seu filho:

(3)
Meu filho que história é essa
Meu único filho é você
Só não me diga que é gay
Não faça uma coisa dessa.

Além da presença dos valores heteronormativos na reação de desaprovação do pai diante da orientação sexual de seu filho, o deputado também apresenta um posicionamento machista, jogando toda a responsabilidade em cima da mulher.

(4)
O pai ficou arrasado
E em casa disse a mulher
Ele puxou a você
Dê o caso no que der
Sou homem e sempre faço
Os gostos que você quer.

Já no cordel *Discussão dum crente com um boiola*, o narrador nos revela valores heteronormativos e machistas ao desprezar e discriminar o convite de uma travesti, desconsiderando o seu gênero e julgando-a como uma deturpação:

(5)
Deseja fazer programa
Estou a disposição

Eu respondi: - me desculpe
Que venho lá do sertão
E lá onde moro, não tem
Mulher desse jeito não.

No cordel *O casamento do boiola*, seguindo-se os valores de famílias caricaturais, encontramos uma esposa/mãe desprovida desses valores, o que nos faz refletir que possivelmente o orador quis criar uma imagem negativa da mulher. Na narrativa, o filho homossexual apresenta para a mãe o namorado, e ela sente atração pelo rapaz e aceita ter relações sexuais com ele, ignorando o fato de estar traindo o seu marido (e seu filho). Por outro lado, deparamo-nos com uma supervalorização do comportamento do namorado do personagem por ter se sentido atraído por uma mulher e por ter realizado com ela o ato sexual, sem ao menos considerar o fato de que também traía o seu namorado.

(6)
Ela foi logo varrer
Apanhando vidro quebrado
Deu um lance para o cara
Que estava do outro lado
E o cara quando viu
Ficou um pouco animado

Ela saiu com a vassoura
Cantarolando e desposta
O cara lhe disse assim:
A senhora tem completas
As peças que o homem gosta.

Em *Discussão de um crente com um boiola*, encontramos a imagem da mulher atrelada a estereótipos, julgando que só se pode ser mulher se nascer com o sexo biológico feminino. Assim, nas estrofes a seguir evidenciamos uma desvalorização e

discriminação das mulheres trans. O narrador usa o artigo indefinido “um” para se referir a uma transexual e o pronome indefinido “outra” para se referir a uma mulher cisgênero, desconhecendo o fato de que a primeira se identifica com o gênero feminino e que deseja ser tratada como mulher.

(7)

Um falou: aquele bofe
É meu e vocês não tomem
Outra falou: Deus me livre
É feio igual lobisomem
Só serve pra bicha burra
Que quer ser mas nasceu homem.

Além disso, nessas estrofes evidenciamos uma imagem da mulher como briguenta e isso é ainda valorizado, simplesmente pelo fato de que ela briga por homens, afirmando a sua heterossexualidade. No decorrer dessa mesma narrativa, podemos nos aperceber que o boiolo, a que se refere o crente, é na verdade uma mulher transexual, como podemos conferir nas seguintes estrofes:

(8)

Por fora nasci homem
Mas por dentro feminino
Ter vagina, bunda e peitos
Desejei desde menino
E Deus mim fez assim
Eu vou cumprir o meu destino

Fico na minha porque
Até padre é boiolo
Deus quer é o coração
A caridade a esmola
E não posso mais ser homem
Que já cortei a pistola.

Retomando a narrativa do cordel *O casamento do boiola*, outros valores podem ser evidenciados, como por exemplo, a (des) honestidade. Sabendo que não poderia casar-se na igreja, o filho do deputado decide comprar o padre para que ele celebre a missa. Vemos, portanto, a hierarquia de valores desse personagem (ou da classe dos políticos e de seus parentes, se tomarmos essa parte da narrativa como uma crítica do autor a comportamentos corruptos comuns da classe política do Brasil, bem como de membros da Igreja ou dos brasileiros como um todo), na qual o dinheiro é julgado como superior à fidelidade do sacerdote a sua instituição religiosa.

(9)

Algo aqui está errado
Os documentos são de homem
Sei que não estou enganado
E a igreja não aceita
Casar home com viado.

Disse ela: tem que aceitar
Que papai tem muito dinheiro
E se o senhor quizer
A gente vai no banheiro
E acerta os papeis
No jeitinho brasileiro.

Sem desconstruir essa imagem do brasileiro, o orador nos mostra que o padre aceita casar os dois rapazes pela quantia de 10 mil reais.

(10)

O sacristão com a caneta
Dura de admirar
Assinou todos os papeis
E disse: agora vá
Me traga 10 mil reais
Pra findar de acertar.

Em *Discussão de um crente com um boiola*, a hierarquia de valores pode ser evidenciada quando o crente apresenta seus valores relacionados a uma visão heteronormativa, julgando que um homem deve ser heterossexual, sendo ainda uma virtude sua possuir várias mulheres.

(11)

O crente disse: você
Deturpar a Bíblia queres
O Rei Davi era hetero
E tinha várias mulheres
E da palavra de Deus
Cuidado com o que disseres.

Quanto às falácias, Ferreira (2010, p. 120) define-as como “erros de raciocínio, mas podem ser utilizadas, por oradores, como mecanismos persuasivos”. Assim, verificamos no cordel *Discussão dum crente com um boiola* que o crente faz uso de uma falácia criacionista, afirmando que o comportamento homossexual é algo contrário à natureza, sustentando seu raciocínio em interpretações religiosas:

(12)

Transar homem com outro
É contrário a natureza
Quando Deus fez a mulher
Cheia de graça e beleza
Foi pra o homem ter prazer
Só com ela com certeza.

Já no cordel *O casamento do boiola*, o orador apresenta argumentos falaciosos ao querer afirmar que a homossexualidade não foi e não é estudada seriamente, ainda ironizando ao afirmar que é um problema e uma epidemia.

(13)

Escrever sobre os boiolas
É um assunto polêmico
Que nunca fui acadêmico
Se o problema é biológico
É transgênico ou epidêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisamos, pelo viés da retórica, as narrativas cordelistas *Discussão dum crente com um boiola*, de Luiz Alves da Silva, e *Casamento de um boiola*, de José Francisco Borges, a fim de verificarmos o uso dos valores, das falácias e das figuras de escolha como recursos retórico-argumentativos.

Diante disso, pudemos evidenciar os ethé preconceituosos de um orador e de um auditório presumido que, ao compartilhar determinados valores (tradicionais, machistas, homofóbicos), constroem para os homossexuais e os transgêneros uma imagem discursiva estereotipada e negativa, assentada em termos agressivos e desrespeitosos que julgam e condenam as práticas que fogem à heteronormatividade, identificando-as como deturpação, vício ou patologia, na busca da provocação do riso e da perpetuação de discursos discriminatórios.

As narrativas cordelistas, tão importantes para o (re)conhecimento de nossa cultura, mostram-se, portanto, também como boas opções de textos para reflexão e questionamento dos valores do nosso povo. A homofobia e a transfobia transcendem as relações pessoais e se revelam como um grave problema social, que leva a homicídios e suicídios e que deve ser combatido. Acreditamos que nossa pesquisa tenha revelado um pouco como esse preconceito é presente nos discursos em nossa sociedade e que tenha mostrado como é importante falarmos sobre isso, seja academicamente, nas escolas, dentro dos lares.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2013.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011. [séc. IV a.C]
- ÁVILA, S.; GROSSI, M. P. A transexualidade e movimento transgêneros na perspectiva da diáspora queer. Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura – ABEH – realizado em novembro de 2010 em Natal, RN.
- BERGSON, H. *O riso*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- BORGES, J. F. *O casamento do boiolo*,(s/d).
- FERREIRA, L. A. *Leitura e persuasão: os princípios de análise retórica*. São Paulo: Contexto, 2010.
- JANH, L. P. *As raízes ibéricas e populares do teatro de Ariano Suassuna*. Monografia apresentada como requisito para obtenção do Grau de Licenciatura em Letras e Literatura Portuguesa pelo Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- LUCIANO, A. *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*. Rio de Janeiro: Adaga, 2012.
- LUYTEN, J. M. *O que é literatura popular*. São Paulo: Editora brasileira, 1983.
- PERELMAN, C. e TYTECA, L. O. *Tratado da Argumentação: A nova retórica*. Trad. de Maria E. de A. P. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SILVA, L. A. da *Discussão dum crente com um boiolo*, 2000.
- XAVIER, J. L. e PEREIRA, C. C. A. Aqueles dois: a (des) construção do ethos homossexual em Caio Fernando Abreu. IN: *Revele* – nº 4 – maio/2012.

À beira do pertencimento: filiação e autopercepção em comunidades de prática gays em Salvador, Bahia¹

DANNIEL DA SILVA CARVALHO²

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho pretende examinar a produção linguística de dois informantes de diferentes regiões socioeconômicas da cidade de Salvador, Bahia, a fim de analisar a reinterpretção promovida pelos falantes de expressões tradicionalmente depreciativas, como *bicha*, *viado*, *passiva*, mas geralmente empregadas como marcas de referência específicas de identidade, a partir da noção do traço [empatia] proposto por Kuno (1987).

Este trabalho é um pequeno recorte do projeto “A língua na diversidade: um estudo sociolinguístico de gays soteropolitanos”,

1 Este trabalho teve a colaboração do bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal da Bahia Rafael Gurgel Almeida, que desenvolveu o plano de trabalho “A referência de gênero na fala de homossexuais masculinos na cidade de Salvador – BA” e serviu de ponto de partida para as reflexões feitas aqui.

2 Doutor em Linguística; Universidade Federal da Bahia – UFBA; danielcarvalho@ufba.br.

desenvolvido na Universidade Federal da Bahia, que procura observar a diversidade linguística em comunidades formadas pelas consideradas minorias, como a comunidade homossexual, por exemplo, cuja descrição dos usos linguísticos não é contemplada nos estudos da sociolinguística tradicional. Fruto desse projeto maior, a presente pesquisa traçou, a partir do embasamento teórico dos estudos de Robert J. Podesva (2002), os de Janny Cheshire (2005) e os trabalhos de Ronald B. Mendes (2011) e Freitag, Martins e Tavares (2012), um rápido paralelo entre as divergências e as aproximações pragmáticas que apareceram nas falas desses informantes durante a coleta de dados orais (entrevistas e conversa entre amigos). Para tanto, fizemos uso do quadro teórico-metodológico da Teoria da Variação Linguística (LABOV, 2001), lançando mão de vertentes da chamada terceira onda dos estudos sociolinguísticos, preconizada por Eckert (2000) e Podesva (2002), assim como dialogamos com produções pós-estruturalistas, ressaltando as contribuições sobre a compreensão de gênero trabalhada por Butler (1990).

O tratamento dos dados foi realizado sob o arcabouço teórico-metodológico da terceira onda sociolinguística, considerando a variação, sobretudo, como recurso para a construção de significado social dentro de uma rede (ECKERT, 2012). Pretendeu-se, portanto, verificar a produção linguística de dois informantes, ambos da faixa etária entre 18 e 25 anos, frequentadores de regiões diferentes (Orla e Centro) da cidade de Salvador, Bahia, a fim de se observar que traços linguísticos permitem identificar filiação a uma comunidade de prática. Percebeu-se a necessidade de considerar o traço [empatia] (KUNO, 1987) para analisar a fala desses informantes, sobretudo no que diz respeito à resignificação de expressões como “bicha”, “viado” e “mona”, por exemplo – considerados, vernaculamente, expressões depreciativas. A análise dos dados baseou-se na observação da filiação dos informantes em suas respectivas comunidades de prática, que foram inicialmente definidas geograficamente. Percebeu-se,

entretanto, que a distribuição geográfica, uma das variáveis tradicionais da Sociolinguística, não foi suficiente para definir as comunidades de prática observadas. A noção de *indexicalização* foi essencial para a definição de comunidade aqui utilizada: na medida em que o falante faz uso de uma expressão como “bicha” em momentos específicos, ele inaugura um contexto relevante para a fixação de tal termo a um valor semântico. Este valor, para a terceira onda Sociolinguística, precisa ser compartilhado por pessoas engajadas em um empreendimento comum.

Assim, partindo de estudos cada vez mais frequentes com relação à diversidade linguística no âmbito da identidade de gênero, propomos o rompimento com os paradigmas tradicionais no estudo sociolinguístico, cujas análises não contemplam a orientação sexual do indivíduo enquanto uma variável relevante para o estudo de sua produção linguística. Compreendemos, portanto, os homossexuais masculinos soteropolitanos enquanto participantes de Comunidades de Prática – agregado de pessoas que se engajam em algum empreendimento comum (FREITAG, MARTINS e TAVARES, 2012) –, e a língua enquanto um dos elementos através do qual falantes constituem suas identidades. Para tanto, iniciamos a seleção e montagem de um *corpus* que permita o tratamento dos elementos pronominais de referência de gênero nos dados – em especial quando termos como “bicha”, “viado” ou “gay”, por exemplo, deixam de ser empregados enquanto expressões adjetivais e passam a fazer referência de pessoa, mantendo referência de gênero (social) ambígua.

1 A DISTINÇÃO GÊNERO/SEXO NA SOCIOLINGUÍSTICA

Sobre os conceitos de gênero utilizados nos estudos sociolinguísticos, Wodak e Benke (1997) afirmam que as pesquisas correlacionando linguagem e gênero tiveram início com os trabalhos de Labov, nos anos 60. Nessa tradição, gênero é visto com sexo biológico, não sendo feitas considerações acerca da

construção social do gênero. A intenção, nesse caso, é mostrar a correlação existente entre as variáveis linguísticas e o sexo (entre outras categorias sociais); com isso, o gênero é controlado da mesma forma que a escolaridade, a idade ou a classe social – importando, apenas, na medida em que é passível de ser estatisticamente medido.

Na tentativa de distinguir gênero e sexo, Chambers (1995), por exemplo, define duas categorias de variação:

I. Baseada no gênero (*gender-based variability*) – nesse caso, as diferenças linguísticas são explicadas em termos dos papéis desempenhados por homens e mulheres em relação à mobilidade deles em uma dada comunidade: quanto menor for o contato social e a variação geográfica de homens ou mulheres, maior será o uso, por esses indivíduos, das variantes do seu grupo de contato. Exemplo: Nichols (1983) identificou, em uma comunidade de pessoas negras na Carolina do Sul (Estados Unidos), que os homens tendem a utilizar as variantes do dialeto local mais frequentemente do que as mulheres. Explicação: esses padrões não são explicados pela questão do gênero em si mesmo, mas refletem diferenças individuais e grupais em relação à mobilidade e às interações com grupos não-nativos. As mulheres, por exemplo, tendem a se deslocar geograficamente e a ter relações sociais mais diversificadas do que os homens.

Nesse tipo de variação, o gênero desempenha um papel secundário em relação à mobilidade: trata-se, portanto, de variação baseada na mobilidade e não no gênero. A justificativa de Chambers (1995) para o nome atribuído a esse tipo de variação é de que a mobilidade é determinante na existência de diferenças linguísticas entre homens e mulheres.

II. Baseada no sexo (*sex-based variability*) – nesse caso, explicam-se as diferenças linguísticas a partir de diferenças biológicas (neuropsicológicas) entre homens e mulheres, que existem mesmo quando os papéis atribuídos ao gênero são ausentes (CHAMBERS, 1995, p. 104). Exemplificando, testes demons-

tram que: as mulheres possuem mais vantagens do que os homens em relação ao comportamento verbal; os homens tendem a apresentar distúrbios verbais mais frequentemente do que as mulheres; os homens são mais propensos a apresentar distúrbio de leitura e afasia (após caso de acidente cerebral); e eles são quatro vezes mais propensos a sofrer de autismo infantil e de dislexia do que as mulheres (CHAMBERS, 1995, p. 133).

Correlacionando os dois tipos de variação, Chambers (1995) levanta a hipótese de que a tendência de as mulheres assumirem papéis (relacionados ao gênero) que exijam maior mobilidade do que os homens pode ser o resultado (e não a causa) de sua vantagem sociolinguística inata.

Apesar de estipular essas duas categorias de variação, percebe-se que Chambers é bastante tradicional ao pautar a questão do gênero no sexo biológico e não no processo de produção da identidade ao qual o gênero – tido como construção social – está interligado. Na mesma direção de Chambers estão os estudos de Labov.

Diferentemente dos autores acima, Eckert e McConnell-Ginet (2003) defendem que ambas as categorias – sexo e gênero – não podem ser consideradas sinônimos, visto que o segundo é a elaboração social do primeiro. Para as autoras, por exemplo, a dicotomia menina-menino é a primeira a partir da qual a nossa identidade é formada. Meninas e meninos aprendem a ser femininas ou masculinos através das práticas sociais que existem nas diversas comunidades às quais eles pertencem. Assim, tem-se que: (i) meninas e meninos são tratados diferentemente por seus pais em relação ao padrão linguístico que esses utilizam, à maneira pela qual eles brincam com seus filhos ou aos brinquedos que eles escolhem para suas filhas e filhos; (ii) as meninas e os meninos se envolvem com os mesmos grupos sexuais durante grande parte da infância, o que significa que meninas e meninos são socializados em diferentes culturas de gênero – isto, por sua vez, influencia o comportamento verbal que elas/eles desenvolvem.

Eckert (2000) propõe que os estudos da variação linguística tenham como lócus de análise as comunidades de prática, que podem ser entendidas como espaços interacionais de construção de significados sociais onde as identidades, tanto individuais como grupais, estão sendo constantemente construídas. Assim, o gênero é uma construção social que ocorre em práticas sociais, as quais se vinculam a outras categorias sociais. Em sua teoria da variação tida como prática social, Eckert (2000) olha para os falantes como sujeitos que, ao se inserirem em práticas sociais, constituem categorias sociais e constroem (e respondem a) o significado social da variação. Com isso, é inerente ao fenômeno de variação/mudança linguística o processo de constituição da identidade dos indivíduos, pois é nesse processo (que envolve também a constituição do gênero) que as variáveis linguísticas assumem valor social.

Essa abordagem do gênero se enquadra naquela que é considerada a terceira onda nos estudos sociolinguísticos. A sociolinguística tem por objeto de estudo os padrões observáveis de comportamento linguístico nas práticas de uso, se ocupando, assim, das relações entre língua e sociedade por meio da investigação empírica. Seu enfoque está destinado, principalmente, aos usos linguísticos concretos e ao caráter heterogêneo da língua. Em seus desenvolvimentos, considera-se que a sociolinguística apresenta três níveis de análise distintos, chamados de “ondas”: A primeira onda, através do estabelecimento dos fundamentos para o estudo da variação linguística, ressalta as correlações existentes entre variáveis linguísticas e categorias sociais primárias, como classe socioeconômica, sexo, idade, escolaridade etc.; a segunda onda tem como característica o estudo etnográfico de populações mais localmente definidas; a terceira onda apresenta como foco a variação linguística como um recurso para a construção de significado social, pondo em cheque a delimitação das categorias selecionadas como relevantes pelos estudos da primeira onda (FREITAG, MARTINS e TAVARES, 2012).

Segundo Evans (2004), as redes sociais podem ser consideradas um sistema de relações pessoais com efeitos sobre os indivíduos ou como relações usadas pelas pessoas para atingir seus objetivos. Elas carregam a potencialidade de se estender sobre toda a sociedade, mas apresentam diferenças estruturais em duas dimensões: densidade (contatos dos indivíduos) e plexidade (conteúdo, multiplicidade de conexões). Já segundo Freitag, Martins e Tavares (2012), comunidades de prática dizem respeito a agrupamentos de indivíduos que, ao dividirem perspectivas e objetivos em comum, traduzem este envolvimento em prática, em ações – que podem se desdobrar em usos específicos da língua.

2 INDEXICALIZAÇÃO E COMUNIDADES DE PRÁTICA

O fenômeno que pretendemos tratar aqui é bastante produtivo dentro da comunidade homossexual masculina observada, na qual percebemos o uso da expressão referencial *a bicha*, por exemplo, com as mais diversas funções sintáticas, como pode ser notado nos dados (1-3), o que indica um valor pronominal a essas expressões (CARVALHO, 2016b).

(1)

A *bicha*_{1sg} foi ver o boy mas ele era uó.

(2)

A *bicha*_{2sg} tá fazendo o quê tão quietinha?

(3)

Eu vim só ver a *bicha*_{2sg} e ela me trata assim.

No entanto, para que o participante empreenda tal uso linguístico, é preciso haver um engajamento com algum grupo e consequente ressignificação dessas expressões. Se o indivíduo

não deseja indexicalizar à sua fala a participação na(s) comunidade(s) de prática gay(s), é pouco provável que tais expressões sejam produtivas. A noção de indexicalização tratada nesta pesquisa depende de restrições contextuais, como discute Teixeira (2011, p. 164-166):

[o] termo ‘indexical’ foi usado primeiramente por Pierce (1902) para designar um tipo específico de sinal, aquele que tem uma relação direta ou real com seu objeto. Desde então, o termo, em filosofia e em semântica, foi ganhando contornos diferentes e atualmente engloba as expressões que dependem do contexto para receber um valor semântico. A fim de restringir esse conceito devemos nos perguntar de qual contexto um termo indexical depende, já que contexto é um construto amplo cuja definição depende da teoria considerada, e também o que significa exatamente dependência contextual. [...] Grosso modo, o momento de proferimento das expressões indexicais inaugura o contexto relevante para a fixação de seu valor semântico e das proposições que os contêm.

Nossa proposta, por conseguinte, é uma fissura no significante “gay”. Se pensamos em estilo, participação e engajamento, esta comunidade de prática vê-se aberta à participação de pessoas que, inclusive, não são homossexuais. Uma comunidade de prática é um agregado de pessoas que se juntam para engajar-se em algum empreendimento comum. Na esteira desse engajamento, a comunidade de prática desenvolve meios para fazer coisas que se traduzem em práticas e essas práticas envolvem a construção de uma orientação compartilhada em relação ao mundo em volta – uma definição tácita que os indivíduos assumem um em relação ao outro e em relação a outras comunidades de prática (FREITAG, MARTINS e TAVARES, 2012, p. 923). *Gay*, portanto, relaciona-se com identidade de gênero, e

não apenas expressão afetiva/sexual. Assumiremos neste trabalho uma distinção entre homossexual e gay, sendo o primeiro conceito relativo ao desejo sexual e afetivo de indivíduos do mesmo sexo (FRY; MACRAE, 1985, p. 7), isto é, a orientação afetivo-sexual entre indivíduos do mesmo sexo biológico; enquanto o segundo conceito tem relação com o universo cultural que circunda (mas não se restringe a) os indivíduos homossexuais. Por questões de análise, manteremos a expressão comunidade homossexual, mas somos conscientes de sua limitação. Contudo, a montagem do *corpus* considerou apenas homossexuais masculinos que, etnograficamente, frequentem algum dos três núcleos de Salvador.

Relacionando o conceito de indexicalização ao de comunidade de prática, podemos assumir que a dinâmica de filiação a uma dada comunidade funciona da seguinte forma:

- Uma população se torna saliente e certa característica da fala desta população pode chamar atenção; uma vez reconhecida, esta característica pode ser extraída de seus arredores linguísticos e tornar-se, por conta própria, índice de adesão àquela população;
- Tal índice pode ser usado por “forasteiros” (*outsiders*), i.e. falantes de outras populações, para evocar estereótipos associados a esta população;
- Atos lexicais desta natureza repetidos convencionam um novo signo, que em tal ponto torna-se disponível para movimentos indexais posteriores;
- Como resultado, a ordem indexical não é linear, mas pode progredir simultaneamente e através do tempo em múltiplas direções, estabelecendo um conjunto de significados relacionados.

Dessa forma, podemos assumir que cada uma das comunidades de prática analisadas neste trabalho é definida a partir da dinâmica descrita acima.

3 FILIAÇÃO E AUTOPERCEPÇÃO NAS COMUNIDADES DE PRÁTICA

A análise dos dados baseou-se na observação da filiação dos informantes em suas respectivas comunidades de prática, que foram inicialmente definidas geograficamente. Percebeu-se, entretanto, que a distribuição geográfica, uma das variáveis tradicionais da Sociolinguística Variacionista Laboviana, não é suficiente para definir as comunidades de prática observadas. A noção de indexicalização, portanto, é essencial para tal definição, pois na medida em que o falante faz uso de uma expressão como “bicha” em momentos específicos, ele inaugura um contexto relevante para a fixação de tal termo a um valor semântico. Este valor, para a terceira onda Sociolinguística, precisa ser compartilhado por pessoas engajadas em um empreendimento comum.

Analizamos, para este trabalho, uma entrevista sociolinguística e uma conversa entre amigos de dois informantes da cidade de Salvador, Bahia: o primeiro do núcleo Orla, que compreende a faixa entre os bairros da Barra e do Rio Vermelho, onde encontram-se bares e clubes de frequência da classe média soterropolitana e com frequência gay considerável; e o segundo do núcleo Centro, que envolve os bairros da Piedade, 2 de Julho e Campo Grande, e contém um número considerável de bares e algumas casas noturnas frequentadas por gays de vários níveis socioeconômicos, mas primordialmente da classe média-baixa, de acordo com a distribuição de renda do IBGE. Ambos os informantes encontram-se em uma faixa etária entre 18 e 25 anos e apresentam discursos bem diferentes com relação ao engajamento na comunidade gay, tornando profícuo um estudo comparativo. Observamos ocorrências das expressões mencionadas anteriormente como identificadoras de indivíduos pertencentes a comunidades gays com valor positivo ([+empático]) apenas na produção linguística do primeiro informante, como ilustram os dados (4-6):

(4)

Já falei 'mona, você vai' (Inf01Op8112 – conversa entre amigos)³;

(5)

Ar bicha de cima olhando assim ó 'é tudo viado ali embaixo' (Inf01Op8121 – conversa entre amigos);

(6)

...e ainda tinha a outra gay que saiu porque ela transava com o namorado (Inf01Op21130 – conversa entre amigos).

Assumimos que as diferentes seleções lexicais dos informantes, no que diz respeito à utilização pronominal das expressões em questão, deve-se às suas impressões com relação à filiação à(s) comunidade(s) de prática gay(s). Observemos os seguintes excertos:

(7)

[...] eu amo o ambiente boêmio que tem os bares {bate as mãos contra as coxas} do Rio Vermelho eu amo demais então você [...] que se identifica com essa parte eu acho que você deveria ir para o Rio Vermelho no Acarajé da Dinha e para você que gostaria de fazer uma amizade também eu acho que lá é bem é: é um lugar que [você] vai poder fazer uma amizade tão fácil, a interessante (Inf01Op5137 – entrevista).

(8)

Bom, é hoje em dia eu tô selecionando mais eu já tive muitos amigos gays mas como o:: mundo... GLS é um pouco... é...assim...macabro, eu diria macabro porque é um desconhecendo no outro {gesticula} é um querendo pegar namorado

.....
 3 As informações entre parênteses que seguem os dados dizem respeito às coordenadas de referência no banco de dados do projeto "A língua na diversidade: um estudo sociolinguístico de gays soteropolitanos" e significam: Inf01 – informante 1; Inf02 – informante 2C – Região do Centro; O – Região da Orla; p – página em que consta o dado; l – linha inicial do dado na página referida.

do outro é um com inveja do outro [...] por exemplo eu até poucos dias atrás eu ia no Campo Grande me divertia bastante, mas era aquela coisa pacata você chega lá às sete horas da noite começa a juntar gays [...] fica todo mundo naquela praça do Campo Grande ali em frente ao TCA e... começam a conversar e de repente chega alguém com vinho [...] bebe aquilo ali fica bêbado logo alguns chega a se drogar outros até se estupram lá no meio [...] (Inf01Cp5124 – entrevista).

O trecho em (7) foi retirado da entrevista sociolinguística do informante do núcleo Orla, e o em (8) retirado do informante do núcleo Centro. Em (7), o primeiro informante diz amar o ambiente boêmio e acredita que o Rio Vermelho, bairro localizado em uma região com poder socioeconômico médio-alto e onde se localizam a maioria dos bares e clubes da moda, é um local ideal para estabelecer amizades. Seu desejo de pertencimento nos possibilita perceber o engajamento e filiação de tal informante na comunidade. Já em (8), o segundo, por sua vez, seleciona um termo como “macabro” para descrever a comunidade do Centro, região naturalmente marginalizada nas grandes cidades no Brasil e que, especialmente em Salvador, agrega valor negativo a seus bares e casas noturnas, e explicita que está se desvinculando da comunidade gay quando diz que já teve mais amigos dentro dela, porém se tornou mais seletivo no que diz respeito aos seus vínculos.

Percebe-se uma diferença na maneira como, afetivamente, cada um deles se relaciona com a comunidade prática. O trecho em (9), também retirado da entrevista do informante do Centro, nos permite perceber, de maneira ainda mais elucidativa, como ele depreende o uso pessoal do termo “viado”:

(9)

[...] eu não ligo se alguém chegar pra mim e chamar de bê, de binho, de binha tal, mas viado eu acho um palavrado muito

ofensivo, né, é como... É como chegar pro negro e chamar de passo preto, como chamar o negro de... comé de... urubu coisa do tipo. (Inf01Cp4I35 – entrevista).⁴

Assim, os resultados parciais evidenciam que o informante do núcleo Orla frequenta, compõe e participa da comunidade de prática – desenvolve um sentimento positivo de pertencimento – e sua identidade se constrói, também, através de sua produção linguística. Expressões como “mona”, “bicha” e “gay” são ressignificadas e passam, inclusive, a funcionar como pronomes de referência específica. O informante do Centro, por sua vez, desenvolve um sentimento negativo e, linguisticamente, não se sente confortável em articular a construção da sua *persona* a um termo como “viado”, por exemplo. Torna-se produtivo, portanto, explorar o traço [empatia] para refletir sobre a seleção lexical dos informantes. Assumiremos aqui que indexicalização é o que permite o falante associar valor positivo ou negativo, ou seja, associar o traço [+empatia] ou [-empatia], ao uso das referidas expressões, uma vez que, ao fazer uso de uma expressão como *bicha* em momentos específicos, ele inaugura um contexto relevante para a fixação de um termo a um valor semântico (CARVALHO, 2016a).

Kuno (1987, p. 206) define *empatia* como a identificação do falante, que pode variar em grau, com uma pessoa/coisa que participa de um evento ou estado que ele descreve em uma sentença. Segundo Lehmann e Moravcsik (2000, p. 734), em geral, o falante tem mais empatia com entidades que estão mais próximo dele e são maximamente como ele. Assim, a não-empatia pode também variar em grau, apresentando-se em forma de apatia até a forma de antipatia ou repulsa (CARVALHO, 2016a, p. 56) – o que é observado na maneira como o informante do núcleo Centro compreende a comunidade prática na qual, et-

4 Grifo nosso.

nograficamente, parecia estar se engajando. Sua repulsa pelo comportamento dos sujeitos filiados à comunidade de prática do Centro está evidente na transcrição (8), especialmente no que diz respeito à interação entre os indivíduos e o consumo de drogas.

Observemos o seguinte excerto (10), extraído da entrevista do informante do núcleo Orla:

(10)

Olha só agora é brincadeira é: o que me motivou a s... me aceitar entrevistador {olhar irônico} foi é: desde cedo eu já me achava assim com gosto duvidoso {riso} então eu ficava reparando nas opiniões meus parentes em relações... em relação aos gays eu sempre fui bem atencioso em qualquer outro aspecto não somente de gays e tal então eu acho que: pra mim tem sempre uma tem sempre pessoas preconceituosas eu acho que na minha família também e vê esses comentários de preconceitos de... por todos os lados não só por familiares mas amigos e tal eu ficava assim pensando isso tem que mudar isso tem que ser diferente num dá pras pessoas acharem que gay é só promiscuidade o que a maioria da... da... dos comentários que vêm à tona são dessa maneira então eu não me via como esse perfil então eu pensava não isso n... no... isso não condiz comigo e eu sou gay então isso foi uma... um dos motivos óbvio que também nós temos os ativistas e temos os artistas que apoiam os gays e... e eu citaria Lady Gaga como umas uma pess... uma das maiores ativistas do mundo LGBT ou GLS como queiram chamar e ela foi uma pessoa que me motiva até hoje a lutar contra os direitos a lutar para sobre os direitos dos gays [...] (Inf01Op9119).

Através da leitura do trecho acima, é possível perceber que o processo de autopercepção do informante passou por um questionamento da narrativa que lhe chegava com relação à identidade gay – inclusive por parte de sua família. Marginalizar a comunidade LGBT é parte do agenciamento de gênero com o

qual este indivíduo rompeu, desenvolvendo empatia pelo grupo e filiação ao núcleo Orla, como já exposto. Podemos assumir, portanto, que a seleção lexical do informante é uma postura empoderadora na medida em que assume uma identidade subalternizada – talvez parte da agenda comum aos outros participantes da comunidade de prática. O processo de autopercepção do informante do Centro, por sua vez, deu-se de maneira bastante diferente, como podemos observar em (11):

(11)

Sim, eu pra me aceitar foi bastante complicado principalmente porque eu sou católico praticante [...] e foi justamente numa conversa com um padre e outra conversa com um pastor que eu percebi...que...não tinha como mudar minha natureza [...] (Inf01Cp313 – entrevista).

Logo, percebe-se que o informante do núcleo Centro, no seu processo de autopercepção, teve de se reportar a entidades historicamente contrárias às pautas LGBTs. Por mais que ele tenha se conformado a sua homossexualidade, o discurso cristão permanece em sua fala na medida em que ele condena as demonstrações públicas de afeto (ou até sexuais) dos integrantes do Centro, bem como o consumo de álcool. E isso acaba por se refletir nas escolhas lexicais do informante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Blackless et al. (2000) estimam que cerca de 1% dos bebês nascem com características divergentes daquelas interpretadas como macho e fêmea. Essas crianças, para que se adequem às classificações de sexo biológico, frequentemente são submetidas a manipulações endócrinas e cirurgias de ordem estética, ou seja, mesmo algo que encaramos enquanto estritamente natural, recebe um tratamento culturalizado. Este dado ilustra o quanto a Agenda do Gênero se inscreve sobre os nossos corpos

desde o momento do nascimento (ECKERT e MCCONNELL-GUINET, 2003).

Gênero, por conseguinte, não é algo com o qual nascemos ou algo que temos: é algo que performamos (BUTLER, 1990). Desde crianças, apreendemos como ser menino ou menina a partir das referências que nos são lançadas – da cor da roupa às brincadeiras permitidas. Conforme internalizamos essas informações, não só as reproduzimos como nos tornamos parte fundamental no agenciamento da performance de gênero de outras crianças. Adquirida certa independência dos nossos pais, torna-se importante que perguntar o nosso gênero não se faça necessário, pois este precisa ser um aspecto facilmente identificável de nossa persona. Outras identidades, inclusive a gay, são marginalizadas na medida em que não correspondem à expectativa hegemônica que atribui ao pênis uma identidade masculina, e à vagina uma identidade feminina. O gênero, portanto, não é natural, é construção social. Do contrário, por que se faria necessário que fôssemos agenciados a performá-lo?

A nossa proposta de rasura no significante “gay”, por consequência, dá-se com base na noção de Butler de que performamos gênero. A prática estilística, portanto, noção que tanto interessa à terceira onda Sociolinguística, é parte fundamental da maneira como os homossexuais masculinos constroem sua participação em um agregado de pessoas. Esta discussão é pertinente na medida em que nosso projeto se interessa pela produção linguística dos homossexuais soteropolitanos levando em consideração sua identidade de gênero, sua performance. A seleção lexical dos informantes, por consequência, seria uma maneira consciente de indexicalizarem, às suas falas, o pertencimento à comunidade de prática gay.

Os resultados parciais mostram que o informante que compõe e participa da comunidade de prática da Orla desenvolve um senso positivo de pertencimento [+empatia], e cuja identidade é construída também através de sua produção linguísti-

ca. Expressões como *mona*, *viado* e *bicha* são indexicalizadas e funcionam como expressões referenciais específicas. Já o informante da comunidade do Centro da cidade, por seu turno, desenvolve um sentimento negativo (-empatia) e, linguisticamente, não se sente confortável em articular a construção de sua persona a termos como *viado*.

Isso se deve, parcialmente, à marcação simbólica enquanto meio através do qual as práticas sociais ganham sentido: “[...] nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade” (WOODWARD, 2000, p. 56).

A indexicalização, por parte do informante 1, à comunidade de prática gay da Orla, rasura expectativas de gênero. No contexto social em que ele está inserido, sua experiência linguística, assim como o seu consumo e sua postura política, o posicionam em determinado lugar social e funcionam enquanto ferramentas através das quais ele forja sua identidade e ressignifica sua experiência.

REFERÊNCIAS

BLACKLESS, M.; CHARUVASTRA, A.; DERRYCK, A.; FAUSTO-STERLING, A.; LAUZANNE, K.; LEE, E. How sexually dimorphic are we? Review and synthesis. *American Journal of Human Biology*, 12, 2000, p. 151-166.

BUTLER, J. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CARVALHO, D. S. Elementos para a gramaticalização de nego no português do Brasil. *Acta Semiótica et Linguística*, v. 21, 2016a. p. 55-72.

_____. *Person as a case of indexicalization in Brazilian Portuguese*. Handout. 49th Annual Meeting of the Societas Linguistica Europaeae. University of Naples Federico II, Italy, September, 2106b.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguistic Theory*. Oxford: Blackwell, 1995.

CHESHIRE, J. Syntactic variation and beyond: gender and social class variation in the use of discourse-new markers. *Journal of Sociolinguistics*, Hoboken, v.9, n.4, 2005, p. 479-508.

ECKERT, P. *Linguistic Variation as social practice*. Oxford: Blackwell, 2000.

_____. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of sociolinguistic variation. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, n.41, 2012, p. 87-100.

_____.; MCCONNELL-GUINET, S. *Language and gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

EVANS, B. The role of social network in the acquisition of local dialect norms by Appalachian migrants in Ypsilanti, Michigan. *Language Variation and Change*, v. 6, 2004, p. 153-167.

FREITAG, R. M. K.; MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa*, São Paulo, n. 56, v. 3, 2012, p. 917-944.

KUNO S. *Functional syntax: Anaphora, discourse, and empathy*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LABOV, W. *Principles of linguistic change: social factors*. Oxford: Blackwell, 2001.

LEHMANN, C.; MORAVCSIK, E. A. N. In BOOIJ, G. et al. (eds.), *Morphology: An International Handbook*. Berlin: Walter de Gruyter, 2000. p. 732-756.

MENDES, R. B. Gênero/sexo, Variação linguística e intolerância. In: BARROS, D. L. P. de. (Org.). *Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas*. São Paulo: Mackenzie, 2011. p. 1-30.

NICHOLS, P. C. Black and White Speaking in the Rural South: Difference in the Pronominal System. *American Speech*, v. 58, 1983, p. 201-15.

PODEVA, R. J. Phonation type as a stylistic variable: the use of falsetto in constructing a persona. *Journal of Sociolinguistics*, Hoboken, v.11, 2002, p.478-504.

TEIXEIRA, L. R. Indexicalidade no português brasileiro: uma análise Semântica baseada em mudanças de contexto. In: DUTRA, L. H. de A.; LUZ, A. M. (orgs.) *Linguagem, Ontologia e Ação*. Florianópolis: NEL/UFSC, v. 10, Coleção Rumos da Epistemiologia, 2011. p. 164–179.

WODAK, R.; BENKE, G. Gender as a sociolinguistic variable: New perspectives on variation studies. In COULMAN, F. (org.). *The handbook of sociolinguistics*. Oxford: Blackwell, 1997.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: HALL, S. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 7-72.

Uma política das vidas (in)viáveis: reflexões sobre performatividade e violência transfóbica no discurso¹

DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA²

Não há pois simetria real nesse direito de vida e de morte, não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver, não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer, é o direito de fazer morrer ou de deixar viver, o que, é claro, introduz uma dissimetria flagrante nas relações de poder. (Michel Foucault)

1 Este capítulo é um desdobramento da dissertação de mestrado intitulada "Atos de fala transfóbicos no ciberespaço: uma análise pragmática da violência linguística", produzida sob a orientação da professora Dra. Leilane Ramos da Silva e defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe (PPGL/UFS), em agosto de 2017.

2 Mestre em Letras/ Estudos Linguísticos e graduado em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); pós-graduando em Educação em Gênero e Direitos Humanos pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA); professor Colaborador do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe – UFS; danillosh@gmail.com.

PALAVRAS INICIAIS

Deslocando-se de uma posição teórica que assume a relação entre língua(gem) e realidade como de natureza especular ou mesmo representacionista, o presente trabalho filia-se a uma perspectiva pragmática (AUSTIN 1962; BUTLER, 1997; RAJAGOPALAN, 2010) que toma as manifestações discursivas, em sentido amplo, como performances que (re)produzem aquilo a que se chama de realidade, o que, nos dizeres de Butler (1997, p. 8, tradução nossa) significa que a “língua é um nome para nossa ação: tanto o ‘quê’ fazemos (o nome para a ação que caracteristicamente encenamos) e aquilo que fazemos acontecer, o ato e suas consequências”.

Nessa perspectiva, a noção de violência linguística (SILVA; ALENCAR, 2014), enquanto agência que tanto constrói quanto destrói as significações e as identidades dos sujeitos (SILVA, 2017), na qual a própria linguagem torna-se violência, ganha contornos ainda mais particulares do que aqueles propostos por Bourdieu (1991) com a noção de violência simbólica. É na esteira de tais reflexões que propomos um olhar pragmático sobre a produção de sentidos violentos e sua naturalização no ciberespaço, mas especificamente, aqueles que realizam a violência transfóbica por meio da linguagem.

Com vistas a ilustrar nossa argumentação, a partir de duas manchetes de matérias jornalísticas em circulação na *internet*, refletimos sobre como significados marcadamente violentos se constituem no discurso, os quais evidenciam o caráter naturalizado de determinadas significações eticamente problemáticas, bem como seu processo ritual na constituição de um “habitus” linguístico específico, como pensa Bourdieu (1991), enquanto relevante ferramenta na replicação das desigualdades sociais baseadas em gênero e sexualidade e das violências perpetradas, a fim de sua manutenção.

Desse modo, através da desnaturalização dos sentidos violentos produzidos em tais discursos, visamos a desvelar os modos

de agência de uma política da (in)viabilidade da vida, a qual enuncia os corpos e as identidades trans como não reconhecíveis, abjetos, por isso, inviáveis, haja vista sua condição ininteligível, segundo uma matriz de gênero pautada da cis-heterossexualidade compulsória. Nesse sentido, aludimos, ainda, em consonância com Butler (1997), a centralidade das práticas discursivas, mediante seu potencial performativo, nos processos de (re)produção de tal matriz e, conseqüentemente, de exclusão de pessoas trans de um horizonte vivível, habitável, viável em termos do humano.

1 PERFORMATIVIDADE E VIOLÊNCIA LINGUÍSTICA: INTERROGANDO CONTEXTOS DE ABJEÇÃO

Assumindo uma perspectiva performativa de linguagem, reiteramos que a “linguagem é um nome para nossa ação: tanto o ‘quê’ fazemos (o nome para a ação que caracteristicamente encenamos) e aquilo que fazemos acontecer, o ato e suas conseqüências” (BUTLER, 1997, p. 8, tradução nossa). Desse modo, defendemos que dentre as inúmeras coisas que podemos fazer com a linguagem encontra-se a violência. Para além de representá-la ou mesmo descrevê-la, em determinados contextos, a linguagem pode constituir-se como uma modalidade específica de ato violento, o qual designamos como violência linguística.

Muito antes de ser uma questão hodierna, posta mais massivamente ante nossos olhos com a globalização e catalisada graças ao intenso processo de urbanização vivido em todo o mundo desde o pós-revolução industrial, a violência, assim como a linguagem, configura-se uma experiência constitutiva da realidade humana, seja numa perspectiva intrasubjetiva ou mesmo social. Assim, assumir a violência como realidade intrínseca à experiência dos sujeitos nos leva a supor que sua presença está imiscuída em todas as esferas da vida social, sob múltiplas formas e naturezas. É justamente de sua configuração multiface-

tada e onipresente que deriva a dificuldade de um consenso no que tange a sua definição. Apesar desse fato, assumimos nesse capítulo, a proposta de Rocha (1996), que, ao nosso ver, diferencia-se das definições mais tradicionais que tendem a acentuar a modalidade física do fenômeno. Nesse sentido, pensamos que:

a violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas, estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (ROCHA, 1996, p. 10).

Destarte, estabelecer as fronteiras entre a violência e a condição humana é, nestes termos, uma tarefa bastante difícil. Como sublinhado em diversas passagens da obra de Freud, a origem de tal realidade é concomitante ao surgimento da própria civilização humana, uma vez que o “instinto agressivo, especial e independente” (FREUD, 1999 [1930], p.75) assume grande relevância no processo de individuação e formação da *psique*, além de sua natureza estruturante e regulatória da sociedade, no sentido de que “os regulamentos da própria civilização só podem ser mantidos através de certo grau de coerção” (FREUD, 2009 [1929], p. 18).

Apesar de o intento de traçar uma genealogia da violência revelar-nos quão remotas são suas origens no tempo e no espaço, Gauer (1999, p. 13) aponta que este é um dos fenômenos sociais mais inquietantes do mundo atual. Trata-se de “[...] um o elemento estrutural, intrínseco ao fato social e não um resto anacrônico de uma ordem bárbara em vias de extinção”, o

que certamente justifica a produtividade das reflexões em torno desse tema nos mais diversos campos teóricos, inclusive na Antropologia Linguística e na Pragmática Linguística.

Como assinalado por Silva e Nogueira (2014), os esforços teóricos em torno de uma definição mais acurada do que seja a violência linguística leva-nos, inevitavelmente, a questões clássicas nos estudos da linguagem: qual a relação entre forma linguística e significado? Em que medida a dependência contextual determina a produção dos sentidos? Há significados literais independentes do uso linguístico? Direcionando tais indagações para o nosso problema de pesquisa teríamos então: há significados violentos imanentes à língua ou eles são produzidos por um contexto específico?

No intento de responder a tais perguntas, enquanto alguns estudiosos como Grice (1982) e Ilari (1987) sustentam que há uma porção de sentidos na língua independentes do contexto e outra porção dependente, assumimos neste trabalho posições como as de Gumperz (1982) e Hanks (2008), segundo os quais “o significado – mesmo o literal – deriva de uma fusão da forma linguística com o contexto”, sendo assim, algo que “emerge” da “interação entre a língua e suas circunstâncias” (HANKS, 2008, p. 226). Nesse sentido, toda forma linguística – logo, toda significação – é, de algum modo, indexical, ou seja, remete ao seu contexto de produção, seja ele imediato, microssocial, ou remoto, macrossocial.

Partindo desse ponto de vista, a produção de significados violentos, no que tange à violência linguística, não diz respeito exclusivamente ao emprego de palavras que gozem, no interior do léxico de uma língua específica, de acepções consideradas injuriosas ou negativas. O mecanismo pelo qual opera tais significados é a atualização de determinados contextos comunicativos, sociais e/ou históricos marcados pela injúria, que, por meio da enunciação de determinados atos de fala, atualizam seus contextos violentos e, por conseguinte, a violência nas quais foram produzidos se realiza reiteradamente.

Para satisfazer esta perspectiva teórica de funcionamento da violência linguística, o contexto não pode ser tomado como uma cena enunciativa isolada no tempo e no espaço, restrita a aspectos interacionais imediatos que envolvem os interactantes, os quais são entendidos como sujeitos plenamente dotados de racionalidade irrestrita e movidos por sua intencionalidade a interagirem de forma cooperativa, como assumido pelas perspectivas hegemônicas da Pragmática Linguística. Para além disso, acionamos aqui a noção de contexto como proposta em Hanks (2008), o qual configura-se como realidade histórica e social, construída através da “sobredeterminação” de “processos de contextualização” que tanto incorporam quanto fazem emergir posições que indicam o engajamento a ser assumido pelos participantes da situação discursiva situada.

Desse modo, a violência que o uso da linguagem pode produzir é advinda da evocação de contextos violentos, os quais são resultado do engajamento de atores sociais que “desde sujeitos a coletividades, não são dados pela natureza, mas, em uma visão crítica, produzidos pela sociedade” (HANKS, 2008, p. 192). Tal posição é fruto da noção de *habitus*, proposta por Bourdieu (1991), como alternativa à dicotomia clássica proposta por descrições sociais anteriores (a saber, liberalismo e materialismo histórico) entre a total liberdade de agência do sujeito e a completa determinação de sua conduta pela estrutura social. Tal posição integracionista, no que tange a liberdade de ação do sujeito em face do poder que as estruturas sociais exercem sobre sua conduta, marca o fundamento da chamada “virada prática” nas Ciências Sociais.

Nessa visada, o sujeito é “interpelado” (ALTHUSSER, 1974, p. 93) a ocupar determinadas posições nas práticas sociais, o que, do ponto de vista discursivo, nos permite dizer que os participantes de uma situação enunciativa são interpelados a ocuparem determinadas posições num determinado contexto, os quais podem aceitá-lo ou recusá-lo. Sendo assim,

o engajamento em um campo conforma os participantes, não apenas em seus engajamentos externos baseados na função agente, como sempre foi, mas, de forma mais ampla, conforma-os em seus hábitos, disposições e intenções. Em outras palavras, há uma ‘virada’ na qual o contexto deixa de ser concebido como uma série de camadas da estrutura da co-presença intersubjetiva e se torna a produção de sujeitos e a condição de possibilidade para a intersubjetividade (HANKS, 2008, p. 192).

Conforme o exposto, os sujeitos, distante de serem entendidos como instâncias prévias ao discurso, são tomados como efeitos produzidos por este, graças à interpelação que contextos situados realizam, mobilizando-os a ocuparem certos lugares contextuais, que são sempre histórica e socialmente constituídos. Nesse sentido, numa perspectiva pragmática, a violência linguística é o ato de linguagem que coloca “o outro – especialmente aquele que representa a raça, o gênero, a sexualidade que não se quer habitar – num lugar vulnerável que acaba por insultar, injuriar ou violar a sua condição (SILVA; ALENCAR, 2013, p. 135)”.

Para Hanks (2008), a constituição histórica e social desses contextos de uso produz certa “tipificação” (BOURDIEU, 1991) da experiência humana, o que atribui a determinados engajamentos significados e valores prévios. É nesse sentido que tais tipificações funcionam como pistas que orientam como “os agentes se situam em relação aos outros e a seus contextos” em determinado discursos. Para esse antropólogo da linguagem, tal orientação consiste “na predisposição dos agentes de perceber e agir de certos modos” e é na atualização desse ritual, desses significados e valores prévios, que reside a força ofensiva dos atos de fala violentos.

É justamente na direção de tais reflexões que Butler (1997), retomando as proposições austinianas sobre os atos de fala ilo-

cucuionários, reitera que sua força advém de certas convenções invocadas no momento da enunciação e do fato de a pessoa que o enuncia estar socialmente (por isso, contextualmente) autorizada para tal, sendo justamente essa correspondência com sua origem convencional, o que Austin (1962) chamou de “ato de fala total”, sua condição de felicidade. Nesse sentido, questiona a autora: “Como se delimita a noção de ‘convenção’ que supõem os enunciados ilocucuionários? Os enunciados que fazem o que dizem ao dizê-lo não são simplesmente convencionais, mas são, nas palavras de Austin, ‘rituais e cerimoniais’” (BUTLER, 1997). Nesse ponto, podemos estabelecer a correspondência entre a noção de *contexto* (HANKS, 2008), de *habitus* (BOURDIEU, 1991) e de convenção, como aqui demonstrado, na compreensão da força violenta que determinados usos linguísticos podem adquirir.

Neste ponto de nossa reflexão, pode-se compreender em que sentido a violência linguística configura-se uma forma específica da “violência simbólica”, conforme teorizada por Bourdieu (1991). Em sua obra *Poder Simbólico*, ele propõe que o poder exercido através de sistemas simbólicos constrói a realidade e estabelece um horizonte possível de conhecimento e, por assim dizer, um horizonte possível e finito de significações, os quais só se tornam possíveis num “pré-dizer, no sentido de chamar a ser, por um dizer executório, o que se diz” (BOURDIEU, 1991, p. 114).

Ainda avançando na tentativa de compreender o que significa dizer que determinados atos de fala só podem existir quando se apresentam debaixo de uma forma ritual, chegamos à proposição de que ao serem repetidos, a ação que realizam não se limita ao momento em que são enunciados, mas, uma vez estando ritualizados, nunca se realizam num momento único. Nesse sentido, “o ‘momento’ em um ritual é uma historicidade condensada: ultrapassa a si mesmo desde o passado até o futuro, é um efeito de invocações prévias e futuras que ao mesmo tempo constituem e escapam a enunciação” (BUTLER, 1997, p. 18, tradução nossa).

Assim, a violência sobre a qual este trabalho versa opera, como mostra Silva e Alencar (2014), destruindo “precisamente a orientação contextual em que baseamos nossa prática comunicativa”, sugerindo que ser ferido pela fala é sofrer uma perda de contexto, isto é, não saber onde se está. É justamente nesse sentido que o ato de fala violento coloca o outro num não-lugar, conforme Butler (1997, p. 4, tradução nossa):

ser ferido pela linguagem é sofrer uma perda de contexto, é não saber onde se está. (...). Ser objeto de um enunciado violento implica não só em ficar diante de um futuro desconhecido como também não saber nem o tempo nem o espaço da violência e estar desorientado em relação a sua própria posição como efeito do ato de fala. O que fica descoberto nesse momento devastador é precisamente o caráter volátil do “lugar” que se ocupa na comunidade de falantes (...) A “sobrevivência linguística” implica que um certo tipo de sobrevivência tem lugar na linguagem.

Nesse sentido, tais asserções nos permitem compreender o especial relevo que a violência linguística pode assumir, uma vez que seu potencial injurioso, violento, atenta sobre a condição de existência daqueles que são vitimados, incidindo sobre a natureza constitutiva dos sujeitos, a linguagem. Assim, “poderia acaso a linguagem ferirmos se não fôssemos, em algum sentido, seres linguísticos, seres que necessitam da linguagem para existir?” (BUTLER, 1997, p. 17, tradução nossa).

Compreender a linguagem como “modo de existência” (BUTLER, 1997) e “forma de vida” (WITTGENSTEIN, 1975) é fundamental para as relevantes conotações éticas e políticas que a linguagem empregada para ferir pode acarretar. Desse ponto de vista filosófico e cultural, a linguagem é tomada como um conjunto de práticas que não representam, mas antes for-

jam em larga medida as nossas sempre provisórias partições: ontológicas, psicológicas, éticas, estéticas, e assim por diante. Nesses dizeres, os sujeitos são também forjados na e pela linguagem, habitando-a de um modo específico.

2 TRANSFOBIA, SIGNIFICADOS DO NÃO-HUMANO E A FORÇA ILOCUCIONÁRIA DA VIOLÊNCIA: POLITICAS DE (IN)VIABILIDADE DA VIDA NO DISCURSO

Partindo de uma visada não-essencialista da identidade, as experiências de gênero e de sexualidade (a noção de corpo, de sexo, a “função” a eles atribuídas) são encaradas como realidades produzidas, graças ao imbricamento de relações de poder travadas nas mais diversas ordens do discurso (FOUCAULT, 1988 [1976]) – i.e. médico, religioso – os quais tomam como parâmetro uma “ordem do discurso” heteronormativa.³ Dessa perspectiva desnaturalizante, como demonstra Foucault (1988 [1976]), afastamo-nos de perspectivas reducionistas, para as quais a sexualidade está circumspecta a configurações anatômicas e biológicas que, embora tenham sido estas mesmas significadas na cultura por um complexo feixe de forças ideológicas e sociais, ganham ares de “naturais”, produzindo assim uma coerência “lógica” e “tácita” entre sexo, enquanto certa configuração anatômica, e determinados modos de agir socialmente ditos correlatos a estes, o que entendemos aqui como gênero.

Nestes termos, as perspectivas de Butler (2003) fazem conexão com as incursões foucaultianas, na medida em que revisita as premissas austiniana e considera o gênero, assim como o sexo e o próprio corpo, numa posição feminista marcadamente pós-estru-

3 Termo desenvolvido e cunhado em 1991 por Michael Warner que significa, grosso modo, aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. Em termos de sociedade eurocêntrica, o padrão heteronormativo diz respeito ao homem cisgênero e heterossexual (PETRY; MEYER, 2011, p. 196).

turalista, como performativos. Desse modo, “o fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes” (BUTLER, 2003, p. 201) são também produzidas, como integrantes de um jogo que quer escamotear o caráter performativo do gênero e “possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2003, p. 201).

É no desdobramento desse efeito de estabilidade, parte do que aqui entendemos como uma política de (in) viabilidade da vida baseada na cis-heteronormatividade, que são produzidos gêneros socialmente “inteligíveis” (BUTLER, 2003), como modalidades únicas de existência, possibilidades exclusivas de realização do humano, tomados como condição de viabilidade social e antropológica. Assim, tal norma de inteligibilidade produzida pela matriz binária, heteronormativa e cisnormativa⁴ condena todas as performances de gênero e sexualidade que estejam fora de seus padrões à ininteligibilidade, ao não-lugar, ao não-contexto, a uma realidade destituída de sua viabilidade social, por não pertencer à esfera do humano, o qual só pode realizar-se nos seus ditames normalizados e normalizadores. Dessa perspectiva, as vidas trans, seus corpos e suas identidades, tornam-se violentáveis, matáveis.

É nesse não-lugar do humano, como exterioridade do contexto primeiro no qual o signo “homem” está inserido, a própria condição humana, como experiência antropológica que, de algum modo nos distancia do estatuto de “coisa”, que identificações que desafiam as normas de gênero, como as experiências

4 Relativo à norma de gênero que estabelece a inteligibilidade social, e assim produz gêneros inteligíveis e ininteligíveis, a partir de um modelo cisgênero, ou seja, a partir da “a identidade de gênero daquelas pessoas cuja ‘experiência interna e individual do gênero’ corresponda ao ‘sexo atribuído no nascimento’ a elas. Em outras palavras, ‘o termo ‘cisgênero’ é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero’ (JESUS, 2012)” (VERGUEIRO, 2015, p. 44).

de travestilidade e transexualidade, estão postas. É nesse sentido que tais indivíduos são relegados à condição de seres abjetos, aqueles destinados às zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, “densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (BUTLER, 1997, p. 155, tradução nossa).

Assim, é justamente a partir da produção de significados os quais fazem emergir tal política de (in)viabilidade da vida humana, baseada nos gêneros socialmente inteligíveis, segundo a matriz cisnormativa, que as vidas trans são significadas como exteriores aos limites do humano, por isso, socialmente inviáveis. Graças ao reestabelecimento e a atualização de tais contextos, a violência linguística de motivação transfóbica se realiza, fazendo haurir destes a força ilocucionária que torna os atos de fala transfóbicos capazes de ferir.

Perseguindo tais reflexões, no interior dessa política, podemos pensar a pessoa transexual como um lugar que não se quer habitar, como uma experiência subjetiva coisificada e objetificada. São contextos como esses que atos de fala transfóbicos atualizam, como o registrado na imagem 1, capturada do blog *Ultracurioso*, disponível na internet. Tais sentidos, os quais exercem violência linguística contra pessoas trans, circulam naturalizados pelo ciberespaço, sem que seus enunciadores e interlocutores se deem conta de seu potencial destrutivo, isso graças à ritualização desses significados numa cultura transfóbica como a que impera no Brasil.

(1)

5 pessoas trans que você pegaria sem pensar duas vezes
CURIOSIDADES| ENTRETENIMENTO| 29 de outubro de 2015
por Eduardo Coelho⁵

5 Fonte: <http://www.ultracurioso.com.br/5-pessoas-trans-que-voce-pegaria-sem-pensar-duas-vezes/>

Na matéria, a autoria do blog traz imagens de 5 pessoas transexuais, entre homens e mulheres, que além de atenderem aos padrões estéticos vigentes em um país de cultura eurocêntrica, como o Brasil – corpos esculturais, brancos, cabelos lisos –, apresentam-se bastante conformados aos padrões normalizados de aparência física, estrutura corporal e outras estilizações de gênero ditas propriamente femininas e masculinas. Além de as pessoas trans selecionadas para a matéria estarem bem próximas, ainda que aparentemente, da norma coercitiva que cria efeitos de estabilidade entre as diferenças de sexo e gênero, o modo de organização da linguagem gera desdobramentos que nos permitem entrever como os sentidos de abjeção estão na base de sua constituição violenta.

Além do próprio conteúdo semântico, pensando, desse modo, ainda no modo de constituição de tal ato de fala em nível locucionário, o verbo acionado para designar o envolvimento sexual com pessoas trans – “pegar” –, que pode sugerir uma ação que geralmente se desempenha junto a objetos (pegamos coisas), vemos marcado em “sem pensar duas vezes”, com a ideia de que, em outros casos, com outras pessoas que não as cinco “prototípicas” de uma “transexualidade bem sucedida”, ou aparentemente menos desviante, menos transgressora e abjeta, por semioticamente estar mais junto à normalidade cisgênera, não se deveria “pegar” uma pessoa trans, ao menos sem “pensar duas vezes”.

Nessa mesma direção, as experiências de travestilidade e transexualidade, enquanto colocadas fora da zona do humano, do real, do ponto de vista de uma cartografia cis-heteronormativa da vida, põe a pessoa transexual no lugar do exótico, de uma exterioridade à normalidade a qual não se pode acessar sem a curiosidade e o espano próprios de toda atividade exploratória do “desconhecido”, enquanto atividade de conhecimento e, por isso, apropriação, ainda mais quando esse explorador está situado socialmente numa das ordens sociais do discurso que

posicionam as experiências de gênero dissidentes na exterioridade da legitimidade, da normalidade.

São sentidos pragmaticamente construídos como esses, os que se (re)produzem no título da matéria postada na seção “Famosos” do Website *Extra* de *O Globo*, em dezembro de 2015, quando na notícia de que o Padre Fábio de Melo havia aceitado, não sem interior hesitação, em tirar uma foto com a travesti Luana Muniz, conforme transcrito abaixo.

(2)

PADRE FÁBIO DE MELO POSA COM TRAVESTI E RELATA EXPERIÊNCIA SURPREENDENTE: ‘UM TAPA NA CARA DA GENTE’⁶

Os sentidos de abjeção e de condição exótica, sensivelmente estranhada pela aproximação ao normal-aceitável-desejável em termos de performances de gênero, como a masculinidade cristã de um “homem de Deus” – atenção para a generificação das possibilidades de pertença ao dito sagrado – transbordam nos efeitos que uma expressão como “relata experiência surpreendente”. O que há de “surpreendente” na experiência de se posar ao lado de alguém para uma foto? A ordem da fama é subvertida pela fetichização, instrumentalização, de uma transexual.

Nestes termos, a metapragmática da constituição desses sentidos produzidos por tal ato de fala transfóbico, ancora na espetacularização de uma “experiência” que inscreve seus significados em contextos nos quais a travestilidade/transexualidade é tomada como alteridade radical em relação ao humano, a ponto de tal experiência precisar ser “relatada”, como numa experiência traumática, o relato da vítima, ou de uma experiência científica ou extra-terrestre (extra-humana?), dontando-se, assim, de força ilocucionária capaz de exercer a violência. Ademais, poderíamos ainda inquirir a multissemiose que compõe

6 Fonte: <http://extra.globo.com/famosos/padre-fabio-de-melo-posa-com-travesti-relata-experiencia-surpreendente-um-tapa-na-cara-da-gente-18263583.html>.

essa matéria e nos perguntarmos, pois, qual não é o espanto do sagrado ao tocar o profano. Vemos na imagem, simbolicamente, a aproximação de dois pontos distantes, para não dizer opostos, numa cartografia dos sentidos produzidos para o corpo e a sexualidade.

Um homem cis – e toda a conotação política dessa performance indenitária de gênero – celibatário, renunciante das paixões da carne e das concupiscências do corpo, na negação da sua materialidade com vistas a afirmação de seu significado ontológico e transcendente, segundo o ideário cristão, e a mulher feita, performativizada na construção de uma identidade desviante da designação social de gênero que lhe fora atribuída ao nascimento – e talvez ao bastimo – e ao significado cultural atribuído às formas anatômicas de seu corpo, afirmando, ainda que sem essa acuidade teórica, o corpo-discurso como performativo.

Nesse sentido, cabe destacar as implicações pragmáticas do silenciamento do nome de Luana Muniz inscritos em tal ato de fala transfóbico, a qual é nomeada no título da matéria apenas sob a categoria de “travesti”. Nesse sentido, o apagamento do nome, metonimicamente relacionado à própria identidade do sujeito ao qual ele pertence, faz emergir sentidos sobre a interdição das possibilidades de identificação de uma pessoa trans e de sua redução a um nome genérico que ao invés de pessoalizá-la a enquadra numa categoria, numa classificação a qual é, em geral, socialmente precarizada, “travesti”.

Tal interpretação ganha ainda mais fôlego se observarmos o contraste entre a invisibilidade à qual Luana é relegada no discurso em comparação com a enunciação conferida ao “Padre Fábio de Melo”, lido socialmente como homem cis, hétero, casto, e, por isso, nomeado na linguagem de um modo que o situa no mundo em um lugar privilegiado, em outras palavras, produzido, segundo a política da (in)viabilidade da vida em funcionamento em contextos de violência linguística de moti-

vação transfóbica, como inteligível, normal/aceitável/desejável, enfim, como uma vida socialmente viável. A despersonalização que tal processo de silenciamento realiza é corroborada pela agentividade do verbo “posar” a qual é atribuída ao argumento que nomeia o homem cis da foto, o qual age, realiza a ação de “posar” ao lado de “uma travesti”.

Uma vez articuladas as perspectivas teóricas e as reflexões analíticas que compõem este capítulo, à guisa de conclusão, passemos às palavras (sem) finais.

PALAVRAS (SEM) FINAIS

Certamente o percurso de reflexão teórico-analítico aqui realizado nos permite pensar como a violência linguística de motivação transfóbica se constitui enquanto modo de agência na linguagem que visa a subalternizar pessoas trans, mediante a evocação de contextos socioculturais nos quais tais vidas são significadas como não-humanas, por isso, violentáveis, em última instância, matáveis. Desse modo, tais contextos apontam para a força ilocucionária em funcionamento nos atos de fala transfóbicos, os quais agem no sentido de relegar à travestilidade o lugar da objetificação, do inominável, da inviabilidade da vida.

Assim, tendo em vista o caminho teórico-analítico proposto, podemos entrever o modo como a linguagem, entendida na sua dimensão performativa, pode se tornar um modo específico de violência que opera a partir do recurso a significados ritualizados e naturalizados, fazendo circular sentidos eticamente problemáticos, perpetrando, ainda que em alguns casos de forma escamoteada, a violência transfóbica. Dessa posição, mediante uma perspectiva ético-política daquilo que fazemos com a linguagem, fica clara a necessidade de refletir sobre o potencial violento da linguagem que além de injuriar ou ofender sujeitos que, em geral, habitam as experiências de gênero e sexualidade

que não se quer habitar, funcionam no sentido de cristalizar desigualdades sociais em larga escala que graças ao seu modo próprio de funcionamento permanecem naturalizadas.

Sem sombra de dúvida, há muito mais por se dizer sobre o problema que aqui nos dispusemos a discutir, também pela abrangência limitada própria de um capítulo, mas, sobretudo pela dimensão multifacetada e, necessariamente, transdisciplinar que a abordagem da violência linguística demanda, haja vista a complexidade de fatores semióticos e sociopolíticos nela imbricados. Há também muito mais que precisa ser dito, especificamente, a partir de diferentes lugares teóricos dos estudos da linguagem, mediante a possibilidade de uma contribuição crítica e efetiva para o desvelamento das dinâmicas de “machucabilidade” (SILVA, 2012) imiscuídas em determinadas produções discursivas, as quais posicionam sujeitos historicamente constituídos sob o signo da exclusão e da violência em lugares que reforçam/reproduzem tais flagelos sociais.

Os sentidos da inconclusibilidade teórica e política que margeiam tal discussão, bem como os da urgência por sua ampla e multiepistêmica realização, ganham particular relevo se observarmos a crescente onda de discursos de ódio (*speech hate*) que inundam os espaços do poder instituído no mundo inteiro e, de modo particular, no Brasil, haja vista a força que fundamentalismos religiosos e posições ideológicas que beiram o fascismo têm alcançado no cenário da política brasileira. Somado a isso, não raras são as situações em que pessoas LGBT, nordestinos, negros, dentre outros grupos sociais minoritários, são violentados linguisticamente mediante o acirramento do preconceito e da intolerância à alteridade nas redes sociais, justamente por pertencerem a tais grupos.

Assim, conforme discutido por nós em Silva (2017) e Silva (in mimeo), numa agenda política de militância teórica e social para o enfrentamento da transfobia, a desnaturalização de sentidos transfóbicos realizados no discurso, no que tange a

violência linguística, configura-se uma pauta importante para o agenciamento de saberes-poderes com vistas à resistência às mais diversas formas de violência e ao desvelamento de políticas estabelecidas que objetivam significar vidas, corpos e identidades trans, sob o signo da inviabilidade.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1974.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BOURDIEU, P. *O Poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. São Paulo: Difusão Editorial, 1989.

BUTLER, J. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Síntesis, 1997.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1976].

FREUD, S. *O futuro de uma ilusão*. Volume XXI (1927-1931). Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GAUER, R. C. *Fenomenologia da violência*. Curitiba: Juruá, 2003.

GRICE, Paul. Lógica e Conversação. In: DASCAL, M. (Org.) *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. v. IV. Campinas, 1982 [1977].

GUMPERZ, J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B. T e GARCEZ, P. M. (Orgs.) *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: Age, 1998 [1982].

HANKS, W. F. O Contexto. In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. A. R. *Língua como prática social: das relações entre lín-*

gua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. (Org.) São Paulo: Cortez, 2008. p. 169-199.

ILARI, R. O que fazer quando `2+3' não é igual a `3+2': a semântica e a pragmática das construções simétricas em língua natural. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n. 13, p. 97-105, 1987.

PETRY, A. R. MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões de pesquisa. *Textos & Contextos*, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

RAJAGOPALAN, K. *Nova pragmática: fases e feições de um fazer*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROCHA, Z. *Paixão, violência e solidão: o drama de Abelardo e Heloísa no contexto cultural do século XII*. Recife: UFPE, 1996.

SILVA, D. N.; ALENCAR, C. N. de. A propósito da violência na linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (UNICAMP), v. 55, p. 129-146, 2013.

_____. *Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SILVA, D. da C. P. *Atos de fala transfóbicos no ciberespaço: uma análise pragmática da violência linguística*. 2017. 200f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe.

_____. “*Ratazana de bueiro*”; “*Lixo humano*”: violência linguística de motivação transfóbica em comentários de leitores/as do G1.com. In: Encontro Internacional Enlaçando Sexualidades, V, 2017, Salvador, Anais, in mimeo.

VERGUEIRO, V. S. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*, 2015. 244f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni In: Os Pensadores, São Paulo, Abril: 1975.

O ethos de Madona: uma análise discursiva do curta-metragem “madona e a cidade paraíso”

FLÁVIO PASSOS SANTANA¹

INTRODUÇÃO

Madona e a cidade paraíso é um filme que mostra a oposição entre o que ocorre na conhecida maior prévia carnavalesca do Brasil, o Pré-Caju, e as ruas do centro de Aracaju.² A película tenta desmascarar a imagem que é propagada na grande mídia de cidade paraíso. Para isso ela aborda a história – baseada em fatos reais – da personagem Madona³, uma travesti que vivia, nas ruas do centro da cidade de Aracaju, se divertindo, dan-

1 Mestre em Letras pela Universidade Federal de Sergipe – UFS; professor das Faculdades Integradas de Sergipe – FISE; flavio_cdb@hotmail.com

2 MADONA E A CIDADE PARAÍSO: Direção: André Aragão. Direção de fotografia: Arthur Pinto. Produção: Isaac Dourado e André Aragão. Produção executiva: André Aragão. Direção de áudio: Marcel Magalhães. Ilustrações: Thiago Newman. Direção de arte: Jonaína Auren. Trilha sonora: Naurêa e Asas Morenas. Realização: Gonara Filmes, 2014.

3 Amós Lima Chagas, na época, a travesti utilizava Madona como um apelido e não como nome social.

cando e fazendo os outros rirem. No fim da película, Madona é assassinada brutalmente por um grupo de jovens, concomitante ao momento em que a festa acontecia em um bairro nobre da cidade. Na trama, também há a presença da personagem Val, uma amiga de Madona, que sempre estava ao seu lado, inclusive após a sua morte. No dia seguinte ao assassinato, a cidade “varre” o caso e segue normalmente.

Assim sendo, partindo do pressuposto de que os textos trazem indícios de quem fala, daquele a quem se dirige e, também, dos grupos sociais a que pertencem esses sujeitos, nos textos que falam sobre Aracaju isso não é diferente. Diante disso, tomamos como ponto de partida para o nosso trabalho⁴ um dos elementos do triângulo aristotélico do discurso persuasivo, o ethos – a imagem que o orador constrói de si em seu discurso –, que pode ser relacionado à identidade discursiva e que tem sido foco de estudo em abordagens teóricas neo-retóricas e discursivas. Desse modo, tentamos, a partir desta proposta, responder as seguintes perguntas: (i) qual a identidade discursiva inerente a Aracaju? (ii) e qual a inerente aos aracajuanos? Pretendemos, com isso, analisar imagens vinculadas à nossa cidade por meio do curta-metragem produzido pelos sergipanos Isaac Dourado⁵, Arthur Pinto e André Aragão: *Madona e a cidade paraíso*.

Com base nesses apontamentos, adotamos como pressupostos teóricos, nesta pesquisa, os estudos da Argumentação e Retórica de Aristóteles (2011 [384-322 a. C.]); Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958]); Mosca (1999). Tentamos mesclá-los com o conceito de Intertextualidade proposto por Bakhtin (2015 [1992]); e Koch; Bentes; Cavalcante (2008), na medida em que todo texto pode retomar outros textos, o que acaba evidencian-

4 Este trabalho é um recorte da nossa Dissertação de Mestrado em Letras: SANTANA, F. P. *Curta-metragens: análise da construção de imagens discursivas de Aracaju e de aracajuanos em curtas-metragens*. 2017. 94 f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

5 Isaac Dourado não nasceu em Sergipe, mas mudou-se para Aracaju ainda criança.

do uma analogia entre o seu interior com o seu exterior. Por conta disso, nos dá a possibilidade de compreender como as imagens discursivas presentes no curta foram criadas. Também, nos embasamos em estudos de Maingueneau (2005) e Amossy (2005), a fim de dar um alargamento do conceito do ethos aristotélico.

Para obtermos os resultados almejados, optamos pela análise verbal e não-verbal de algumas cenas do curta-metragem em questão, tomando como critério para esse recorte a oposição entre sagrado e profano. A partir desses excertos, analisamos, particularmente, os intertextos presentes no filme, considerando a intertextualidade como uma estratégia importante na definição de *ethé*. As temáticas tratadas e as suas concretizações em figuras, a cenografia, além de outras estratégias diversas que, junto à intertextualidade, pudessem revelar as ideologias, os valores, as crenças de orador, do auditório, indicar as identidades discursivas, os *ethé*, que daí emergem, também foram considerados na análise. Os *ethé* revelados pelos textos são, de um lado, das pessoas que não seguem os padrões de vida impostos pela sociedade e, de outro lado, os daqueles que marginalizam os primeiros e se ajustam aos comportamentos tidos como adequados à sociedade. Ainda se revelam os *ethé* dos autores implícitos, os produtores, bem como do seu auditório, que se mostram fiéis à origem dos curtas-metragens e preocupados em resolver os problemas ocorridos na cidade em que vivem. Com o resultado dessas análises, esperamos que, divulgando imagética e discursivamente a cidade, a sua história, os seus valores, a sua cultura e o seu povo, haja uma significativa difusão do conhecimento acerca desta região em diversas áreas de atuação.

1 A NOÇÃO DE ETHOS

O ethos, de acordo com Aristóteles (2011 [384-322 a.C.]), é a imagem que o orador constrói de si no seu discurso. Para isso, então, segundo Amossy (2005), não é *mister* que o orador fale

sobre si mesmo, pois isso será verificado pelas suas competências linguísticas, pelo seu estilo, pela sua ideologia⁶ perpassada no texto, pela linguagem. Assim, todos esses mecanismos que ficam implícitos, quando enunciamos, denunciam a imagem do enunciador.

Ainda segundo Aristóteles (2011 [384-322 a.C.], p. 45), o ethos é visto como um meio persuasivo e ele depende do caráter do orador: o modo como ele se mostra, independente do que ele diz ser verdade ou não, pois o importante é causar uma boa impressão ao auditório.

Por esse poder de persuasão da Retórica, algumas disciplinas procuram entender como tornar o argumento eficaz retomando as ideias aristotélicas. E todo esse processo toma como base a imagem de si no discurso, que é a peça chave da Retórica e tem uma grande aproximação com a enunciação, porque, quando enunciamos, faz-se necessária a presença de um orador que põe a língua em funcionamento.

Amossy (2005, p. 11) traz a questão do “quadro figurativo” de Benveniste para poder exemplificar o uso dos estudos enunciativos na Retórica:

O autor entendia dessa maneira que a enunciação, “como forma de discurso, [...] instaura duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma origem e outra destino da enunciação”. De fato, a enunciação é por definição alocação; de forma explícita ou implícita, “ela postula um alocutário” e conseqüentemente estabelece uma “relação discursiva com o parceiro” que coloca as figuras do locutor e do alocutário em relação de dependência mútua.

6 De acordo com o Dicionário Aurélio, Ideologia é “Ciência da formação das ideias; Tratado sobre faculdades intelectuais; Conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais, políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, época, sociedade. Disponível em: www.dicionarioaurelio.com. Último acesso em 23/02/2017.

Desse modo, podemos ver que a enunciação acaba criando também essa imagem do enunciador ao tratar da figura origem, que seria o modo como o orador enuncia o seu discurso, e a figura destino está relacionada à recepção dessa imagem construída por meio do auditório.

Na perspectiva interacionista, passa-se da interlocução para a interação. Nessa concepção, os interactantes executam entre eles “influências mútuas”, pois a imagem construída por meio do discurso é responsável por essa influência. Para exemplificar isso, Amossy (2005) traz à baila o trabalho de Goffman, que defende a ideia de que toda interação social requer que os atores da interação proporcionem determinada impressão de si mesmos que vai auxiliar o outro na forma como deseja.

O estudo do *ethos* ocorre também com Maingueneau (2005). Para este autor, o conceito de *ethos* se aprimorou associado à cena de enunciação. O autor leva em consideração o fato de que cada tipo de discurso permite uma organização antecipada. Desse modo, o orador pode adotar, quase de forma livre, qual a “cenografia”. Nesse ínterim, o estudioso traz à baila a questão do “tom”, que diz respeito tanto à fala quanto à escrita, tendo como sustentáculo uma “dupla figura do enunciador”, que consiste em um caráter e uma corporalidade.

De acordo com os fatos levantados, é notório que as disciplinas não buscam tratar do conceito da construção do discurso persuasivo proposto por Aristóteles (2011 [384-322 a.C.]), denominado de triângulo retórico, composto pelo *ethos*, pelo *pathos* e pelo *logos*. Desse modo, pode-se questionar se os estudiosos da Retórica na contemporaneidade recompõem o conceito de *ethos* ou se utilizam o pensamento do estagirita – imagem de si construída no discurso – ou se defendem o que diziam os romanos – a primeira característica apresentada e apoiada na autoridade individual e institucional do orador está mais voltada para o caráter do orador. Com base em Le Guern, Amossy (2005) conclui que se chega à eficácia do dis-

curso persuasivo pelos caracteres oratórios, ou seja, pelo modo como o orador se mostra no discurso, sendo ou não aquilo que ele demonstra ser.

A estudiosa Amossy ainda salienta que mais recentemente temos a noção de ethos sob a perspectiva dos Estudos Culturais, em que Bauman reflete a respeito dos conceitos de sujeito, de ideologia, de escritura e reconhece qual a finalidade da eficácia da Retórica. Desse modo, objetiva-se verificar como construir um ethos discursivo que auxilie na construção da fala de mulher, ou, ainda, de um “subalterno”, por exemplo.

Amossy (2005) defende que a eficácia do discurso está relacionada ao orador. Atualmente, isso pode ser compreendido, mas, para se chegar até aqui, ela passou por diversas polêmicas. Bourdieu (1982, apud AMOSSY, 2005), afirma que o desempenho do orador sobre o auditório é social, e a autoridade de quem profere o discurso é obtida por meio de sua posição na sociedade. Desse modo, o poder das palavras vai ser o resultado do ajuste entre a função social ocupada pelo orador e o seu discurso, sendo que este só será constituído de autoridade se um sujeito validado o proferir em uma ocasião autêntica, para receptores autênticos.

Como nosso curta-metragem foi criado por conhecidos produtores do estado e suas obras são apresentadas em grandes eventos, esses oradores podem ser vistos como sujeitos validados, assim como define Amossy (2005), sustentada em Bourdieu, pois a função social que eles ocupam na sociedade faz com que eles sejam vistos como autoridades de um auditório particular – apenas entre seu meio, para o pequeno grupo de jovens que acompanha essas produções – e consigam um discurso eficaz. Até porque, como defendem Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005 [1958], p. 348) “[...] o argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova a favor de uma tese”.

2 INTERTEXTUALIDADE: UMA REFLEXÃO ACERCA DE SUA FORÇA ARGUMENTATIVA

A Linguística Textual defende a ideia de que dentro de um texto encontramos sempre um intertexto “que faz parte da memória social ou coletiva ou da memória discursiva (*domínio estendido de referência*, cf. Garrod, 1985) do interlocutor” e a sua fonte pode ou não estar explícita (KOCH, 2009, p. 146).

Esse pensamento vai ao encontro dos argumentos de Blüh-dorn (2009, p. 208). Para ele “[...] a intertextualidade é um componente constitutivo da compreensão de texto. Toda compreensão textual é, ao mesmo tempo, uma etapa e um resultado da aquisição individual de línguas, ou seja, da vivência e memorização do macrotexto”. Ainda com base nesses apontamentos, trazemos o que Bakhtin (2015 [1992], p. 300) defende:

Em realidade, repetimos, todo enunciado, além do seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados que o antecederam. O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto do seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia a dia) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural). [...] o enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele.

Com base nesses apontamentos, podemos dizer que todo texto possui uma relação com textos outros e não há um discurso primeiro. Assim, a finalidade de trazer a intertextualidade para a nossa pesquisa se dá pelo fato de a história do curta, seu título, seu tema, os seus personagens remeterem a textos já conhecidos por nós, fazendo com que seja possível estabelecer uma intertextualidade explícita.

No curta *Madona e a cidade paraíso*, há a presença da palavra “paraíso” em seu título, que frisa a ideia de querer mostrar para o auditório, por meio da intertextualidade implícita, a argumentação de sentido contrário. Isso pode ser comprovado pelo fato de Aracaju já ter sido considerada, nacionalmente, como a capital da qualidade de vida e já ter sido criada, pelos produtores, uma crítica ao ideal de paraíso.

Na cena em que Madona está sentada no colo de Val, embaixo da ponte *Construtor João Alves*, elas conversam a respeito da ida a essa festa.

(1)

- E esse Pré-Caju, Madona, você vai? (Val)

- Eu? De jeito nenhum. Imagina. Pra quê? Pra ver confusão? Hein? E se acontecer alguma coisa, eles vão botar a culpa ni mim. Nem se eu fosse travesti. Bagaceira por bagaceira, eu fico por aqui mesmo, minha filha, viu? E você vai, Val? (Madona)

- Claro! Eu vou e linda, Madona. Vamos comigo, mulher! Vamos mulher! O que é que você já tá pensando? (Val)

- Nada não... Val. (Madona)

- Oi. (Val)

- Cante pra mim, vá. Você canta? (Madona)

- Canto.

Minha estrelinha

Raio de Sol

Gota de orvalho

Prata do luar

A minha vida

Meu amanhecer

Meu pedacinho de deus é você

(04'13" – 05'20").

No fragmento acima, é notório o repúdio de Madona em relação ao Pré-Caju, denunciando que a prévia carnavalesca possui o seu lado sombrio. Nesse caso, talvez, por Madona ser pobre, travesti e negra, frequentar uma festa dessa seja uma barreira,

visto que em micaretas há uma grande segregação das diferenças sociais. Existem os camarotes, onde ficam os empresários, políticos; os trios elétricos que são organizados em blocos, e as pessoas que compram a camisa (abadá) ficam do lado de dentro de uma corda arrodada no trio; e há a pipoca, onde ficam as pessoas que não são importantes e não têm dinheiro para comprar os abadá. Essa barreira que ocorre nesse tipo de festa sempre fica disfarçada porque o objetivo é vender para obter lucro. Nesse caso, os foliões que se encontram fora da corda ficam propensos a qualquer tipo de violência que ocorra. Esse é o motivo de Madona não querer participar e chamar a festa de “bagaceira”. Além disso, é posto que ela compara esse lado sombrio do Pré-Caju com o lugar em que vive (bagaceira por bagaceira, eu fico por aqui mesmo).

Olhando por esse ponto de vista, nota-se que a imagem criada da cidade e da festa é camuflada com a ideia de folia, de alegria. No entanto, por meio do discurso de Madona, fica notável essa negatividade e a separação de classes, evidenciando que as únicas pessoas que se divertem nessa festa são as que possuem poder. Outro ponto que corrobora essa ideia é a fala de um radialista, no fim da película:

(2)

Manhã de segunda-feira em Aracaju. Daqui a pouquinho vai ter tradução. Hoje com Phil Collins, *Another day in paradise*, Mais um dia no paraíso, em homenagem à nossa linda Aracaju. E olha só: ontem, no centro da cidade, um homossexual foi assassinado a golpes de paralelepípedo. A polícia ainda não tem indícios da autoria do crime. Mas é isso aí, o Pré-Caju acabou, mas no final de semana tem a ressaca do Chiclete. E a gente se vê por lá. (Radialista) (21'51" – 22'22").

Assim como o título do curta, Aracaju é chamada de paraíso, aqui, percebemos que essa propagação vem da mídia, que eleva o nome da cidade ao ponto de chamá-la de paraíso. No

entanto, essa visão sublime de Aracaju devia ser desfeita com a notícia do assassinato de Madona, porém, não é notória uma preocupação com o fato noticiado, pois o importante será a notícia seguinte: a ressaca do Chiclete no fim de semana. Ou seja, a cidade parou para receber uma festa nacional, ocorre um fato alarmante na noite anterior, mas isso é visto como algo banal, pois a preocupação com as festas sobrepõe-se às preocupações com a violência ocorrida na sua própria cidade.

Como o curta-metragem mostra as duas faces da cidade (o lado sombrio e o lado propagado pela mídia), isso evidencia ainda mais essa crítica: Madona assassinada de forma violenta no centro da cidade, concomitantemente ao momento em que ocorre o Pré-Caju e as pessoas estão se divertindo na festa. Aqui, a protagonista não possui uma visão de paraíso, e, talvez, isso possa estar relacionado ao fato de que ela não tenha tido acesso a outro mundo que não seja aquele. Mas o seu nome tem uma grande significação, visto que remete à cantora estadunidense, famosa mundialmente, que atrai milhares de fãs, podendo causar nestes uma plenitude ao estarem diante de seu ídolo ou ao ouvirem as suas músicas. Além disso, em uma das cenas deste curta, há a presença de uma paródia da música *Like a virgin* (da cantora Madonna), cantada por uma banda local, *Asas Morenas*, intitulada *Eu sou virgem*. Esses elementos nos remetem também às obras de arte italiana denominadas de *madona*⁷, que sempre se referiam à Virgem Maria com o menino Jesus no colo, fazendo com que enxerguemos a figura da nossa protagonista como sendo a representação da bondade e da inocência e, com isso, pensemos na questão do paraíso. Questionamos, então, o que é paraíso.

O dicionário Online de Português define paraíso:

7 Algumas das obras: Madona Willy, de Giovanni Bellini; Madona com menino, de Fillippo Lippi; Madona com menino, de Ambrogio Lorenzetti.

No Antigo Testamento, jardim de delícias onde Deus colocou Adão e Eva: paraíso terrestre. (A ideia de paraíso terrestre é comum a muitos povos na Antiguidade). No Novo Testamento, lugar onde permanecem as almas dos bem-aventurados. Lugar de recompensa das almas dos homens, após sua morte, em muitas religiões. Jesus usou a palavra com este significado quando falou com o bom ladrão na cruz. [Figurado] Lugar de delícias, lugar onde a gente se sente bem, em paz e sossego. Originalmente, era uma palavra persa usada para os parques de diversão dos reis persas (Dicionário Online de Português)⁸.

Diante desse conceito, perguntamo-nos: o que seria o paraíso para a nossa protagonista? Talvez seja algo mais simples e fútil, aos nossos olhos, visto que ela se divertia com pouca coisa: dançar e passear nas ruas do centro da cidade, ouvir sua amiga cantar enquanto estava deitada em seu colo; ou até mesmo o paraíso, para ela, fosse ser aceita pela sociedade.

Com base nesses levantamentos, o conceito de paraíso pode ser entendido não só como algo subjetivo, mas também muito complexo, visto que depende das experiências de vida que cada um possui sempre relacionadas àquilo que nos completa e nos realiza.

Essa noção interfere também na concepção de cidade paraíso, pois esse entendimento diz respeito apenas à cidade que possui as melhores festas do país e que “varre”, literalmente, a criminalidade um dia após a realização do pré-Caju. Pois as festas continuam, mas o caso de Madona ainda não foi julgado, bem como outros crimes que ocorrem na capital.

Esse modo de enxergar a sociedade e os seus habitantes evidencia a imagem discursiva desses oradores, cujas vozes são

8 Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paraíso/>. Último acesso em 21 de novembro de 2016, às 03h25min.

incorporadas nas cenas das películas, como sendo pessoas engajadas em combater a má distribuição de renda, a vulnerabilidade dos jovens e das minorias sociais e os preconceitos em Aracaju, que tentam desmascarar a falsa realidade propagada pela mídia, discutindo aquilo que grande parte da população não discute, por medo ou por falta de acesso a esses fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sustentados por esses apontamentos, podemos concluir que a imagem de paraíso, criada pela mídia, é falsa, pois, como foi visto, a Aracaju apresentada enfrenta problemas sociais que tentam ser camuflados pela imprensa no intuito de perpassar a ideia de cidade repleta de belezas naturais, de povo hospitaleiro. Com isso, é revelado um ethos de cidade violenta, que não possui um policiamento necessário, onde a preocupação com as festas e a cultura de massa é mais importante do que o bem estar de toda a população, e não apenas de uma pequena parte privilegiada. Levando em consideração o público alvo do curta e os seus produtores, acreditamos que há a criação de uma imagem de outra parcela dessa população, feita de pessoas que tentam lutar contra as injustiças, seja por meio da denúncia fílmica, seja por meio da propagação desse tipo de material. Neste último caso, é onde se encaixam os ethé do orador, os produtores e o auditório.

Quanto à imagem construída de Aracaju, em *Madona e a cidade paraíso*, verificamos a contraposição entre os dois lados da cidade: o centro e o Pré-Caju. O centro figurativizando o inferno; a festa, o paraíso. Tal figurativização se dá porque o assassinato de Madona ocorre no centro, onde não há nenhum policial, e a festa ocorre em um bairro nobre da cidade, onde está concentrado todo o policiamento. Esse policiamento ocorre porque a mídia precisa de matérias que continuem mostrando a imagem de Aracaju como sendo a cidade paraíso. Porém, este

tipo de curta surge com o intuito de desmitificar essa imagem e apresentar, de fato, qual a verdadeira imagem de Aracaju: uma cidade preocupada em apresentar apenas o lado positivo de sua cidade – suas festas, sua cultura – e tentando esconder a violência e as injustiças presentes no seu dia-a-dia.

A oposição também se fez presente na construção do ethos de Madona na relação entre o sagrado e o profano. Primeiro, por meio da semelhança existente entre seu nome, que remete às imagens renascentistas das Madonas, representadas pelas figuras da Virgem Maria com Jesus Cristo, ainda bebê, no colo. Ademais, o nome de uma cantora *pop* americana também foi outra intertextualidade que identificamos, tendo em vista que uma de suas músicas foi parodiada e se tornou trilha do curta – *Like a Virgin* (Madona) e *Eu sou virgem* (Asas Morenas). Por fim, retomamos à cena da morte de Madona, em que sua amiga a segura no colo, remetendo à escultura de Pietá, de Michelangelo, para, mais uma vez, evidenciar como a intertextualidade se torna elemento indispensável para a construção do ethos. Esta última cena, por sua amiga acolhê-la em seu colo, dá-nos a ideia de proteção, de acolhimento materno, também dando a ideia de divindade da personagem, por conta da sua morte injusta e por se mostrar uma pessoa que não tinha más intenções.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

ARISTÓTELES. *Retórica*. [384-322 a.C.]. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. [1992]. Prefácio à edição francesa Tzevan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

BLÜHDORN, H. A intertextualidade e a compreensão do texto. In: WIESER, H. P.; KOCH, I. G. V. (Orgs.) *Linguística textual: perspectivas alemãs*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 186-213.

KOCH, I. G. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____; BENTES, A. C.; CAVALVANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 69-92.

MOSCA, L. do L. S. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____. (Org.) *Retóricas de ontem e de hoje*. 2 ed São Paulo: Humanitas, 1999. p. 17-54.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. [1958]. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

A concepção de família no discurso jurídico: análise discursiva da primeira sentença de adoção concedida a um casal homossexual no estado de Pernambuco

GLAUCO DAMIÃO SOUZA DA SILVA¹

REBECA LINS SIMÕES DE OLIVEIRA²

PRIMEIRAS PALAVRAS

Fruto de reorganizações discursivas conflituosas, o entendimento de família se apresenta como um dos elementos mais expressos da metamorfose social. A concepção de “família” compreendida como aquela formada por “mulher, homem e filha/o(s)”, denominados cisgêneros, já não se demonstra eficaz na garantia de direitos legais. Contrariamente, essa concepção sob o espectro do cenário social atual, legitima-se como contri-

1 Graduado em Letras pela Universidade de Pernambuco – UPE; glauco_dsds@hotmail.com.

2 Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; lins.rebeca@gmail.com.

buinte para uma atividade excludente, visto que busca invalidar todas as outras configurações familiares que não se esquadram nestes padrões, como acontece com as famílias LGBTs que enfrentam embates diários nas conquistas de direitos, em razão dos discursos hediondos a respeito das sexualidades.

Apesar do reconhecimento de entidade familiar configurada por pessoas do mesmo sexo pelo STF (ADI 4.277/ADPF 132)³ em 2011 e com isso a *possibilidade* de adoção de menores por casais homoafetivos, ainda vemos uma forte objeção em aceitar as novas realidades sociais. Contudo, o Direito não pode ser contribuinte com a segregação e as desigualdades, uma vez que os textos forenses são responsáveis por reger as leis sociais, intentando regular e eliminar os conflitos que possam surgir diante da sociedade. Assim, este artigo se propôs analisar a primeira sentença de adoção conjunta deferida a um casal homoafetivo no Estado de Pernambuco, com o fito de investigar as ressignificações que o termo família vem assumindo no âmbito forense, evidenciando os ganhos dos direitos homoafetivos e sociais nessa instância, ao passo que notabiliza tantos outros a conquistar. Ademais, o estudo teve como propósito atestar a mítica neutralidade do discurso jurídico, demarcando os componentes ideológicos que perfizeram a execução dessa sentença judicial.

Para atendermos os objetivos propostos, apresentamos quadros teóricos que nos subsidiaram em posturas aqui assumidas para uma análise discursiva crítica. Inicialmente apresentamos uma breve discussão dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise Crítica do Discurso, sobretudo a vertente *faircloughiana*: a Análise do Discurso Textualmente Orientada (ADTO) (FAIRCLOUGH, 1989, 2001; MELO, 2009, 2010, RAMALHO e RESENDE, 2011). Em seguida estabelecemos o estudo do gênero sentença e a interface da linguística forense no que

3 ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) e ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), as ações visavam obter o reconhecimento jurídico da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

tange à investigação da utilização da linguagem em documentos jurídicos (COUTHARD, COLARES e SOUZA-SILVA 2015; PINTO, CABRAL e RODRIGUS. 2016). Por fim, entendendo o texto como materializador de práticas discursivas e, consequentemente, sociais, apresentamos a análise discursiva utilizando as categorias analíticas de *avaliação*, *interdiscursividade* e *representação de atores sociais* propostas por Ramalho & Resende (2011) e tecemos nossas considerações finais.

É medular compreendermos a importância do corpus aqui analisado, o seu valor histórico, vanguardista e sentimental em um dos pilares da militância LGBT. Afinal, analisa-se aqui o produto decorrente das lutas por afirmação e representatividade dessa comunidade. A sentença aqui analisada materializa legalmente, pela (e na) linguagem, uma mudança discursiva do sentido de família pela primeira vez no estado de Pernambuco, permitindo não só um ganho dos direitos homoafetivos, mas também dos direitos sociais abarcando um mundo menos díspar.

1 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD)

É cada vez mais comum nos estudos linguísticos contemporâneos, no tocante do discurso e do texto, um fazer científico mais preocupado com a função da linguagem não apenas em seus aspectos estruturais, mas em sua relação com o engajamento político-social, isto é, um viés que se propõe a investigar as implicaturas entre linguagem e sociedade e, sobretudo, qual lugar da linguagem nas relações assimétricas de poder.

A Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) é, conforme Ramalho & Resende (2011, p.114-116), uma teoria de abordagem interdisciplinar na qual os estudos linguísticos e os estudos sociais se relacionam com o objetivo de refletir e atuar cientificamente sobre problemas sociais, uma vez que para ACD “questões sociais são, em parte, questões de discurso [e vice-versa]” (CHOULIA-RAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 7 apud RAMALHO & RESENDE,

2011, p. 13). Para isso, a ACD propõe uma abordagem sociodiscursiva, onde se busca investigar as relações assimétricas de poder e questões políticos sociais a partir não só de aspectos sociais, mas também discursivos, considerando a linguagem como objeto principal de investigação, uma vez que essa “se mostra um recurso capaz de ser usado tanto para estabelecer e sustentar relações de dominação, quanto, ao contrário, para contestar e superar tais problemas.” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 13).

Essa perspectiva está em consonância com a vertente da análise discursiva crítica teorizada por Norman Fairclough (2001): a Análise do Discurso Textualmente Orientada (doravante ADTO). Fairclough (2001) entende que uma investigação discursiva deve estabelecer relações entre os Estudos da Linguística atrelado aos Estudos Sociais e Culturais. Para Fairclough (idem), os estudos linguísticos não dão conta do arcabouço social na investigação do discurso, pois deixam de focar as lutas sociais; ao mesmo tempo, o autor considera que os estudos sociais não utilizam a linguagem como objeto de investigação para a percepção de problemas sociais. Sendo assim, a ADTO surge como um método de análise sociocrítica onde a interface discursiva perpassa por estudos linguísticos e socioculturais.

Nesse sentido, Fairclough (2001) compreende que qualquer evento discursivo é considerado um texto, uma prática discursiva e uma prática social, é o que denominou como *perspectiva tridimensional do discurso*.



Figura 1 - Concepção tridimensional do discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p. 101)

Assim, o discurso é compreendido como: um texto e as propriedades pertinentes a este, uma prática discursiva, local das inter(ações) enunciativas e uma prática social, considerando as condições de produção e a significação desse discurso em contexto mais amplo. É importante ressaltar que o texto escrito é o objeto de análise do Analista Crítico do Discurso, uma vez que nele temos a materialização das práticas discursivas e, consequentemente, sociais.

Ainda conforme Norman Fairclough (2001, p. 91), a linguagem é mais do que representação da realidade, é uma forma de ação sobre o mundo e os seus componentes, isto é, uma prática que altera o mundo e a quem o constitui. Nesse sentido, a ACD surge como suporte para além de revelar as assimetrias de poder e sua manutenção pela linguagem, servir de intervenção contra essas questões em busca de uma transformação social. Essa concepção de intervenção no mundo com a possibilidade de transformá-lo através da linguagem exercendo ação de contrapoder está, como afirma Ramalho e Resende (2011, p.36), relacionada com o diálogo da ACD com aspectos do Realismo Crítico (RC), mais especificamente com a noção “*transformacional de constituição da sociedade*” (BHASKAR, 1989, p. 32-37 *apud* RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 36). Sob essa perspectiva, entende-se que as estruturas sociais permitem e regulam as práticas sociais dos sujeitos, ao passo que estas também agem sobre as estruturas sociais quer reproduzindo-as, quer transformando-as. Ou seja, se os atores sociais são capazes de reproduzir e com isso sustentar os discursos intrincados nas estruturas sociais, eles também são capazes de refletir a respeito desses discursos e transformá-los. Nas palavras de Ramalho e Resende:

Ao mesmo tempo que essa estrutura na qualidade de *meio*, é facilitadora, por *permitir* ação [prática], ela também é *constrangedora*, pois ‘regula’ condutas. Por outro lado, o acionamento de regras e recursos de

estruturas sociais por atores sociais pode resultar em reprodução ou transformação de tal estrutura. [...] assim, ação [prática] e estrutura constituem-se transformacional e reciprocamente (RAMALHO & RESENDE, 2011, p. 39).

Portanto, sendo o discurso, para a ADC, uma prática social ele é assim, regulado por estruturas sociais, isto é, orientado por sentidos construídos e sustentados histórico-ideologicamente, ao passo que potencialmente ele também pode interferir nessa estrutura agindo sobre a mesma, construindo efeito de contra poder, com a potencialidade de transformar o mundo e seus constituintes. Pois, conforme Melo (2010, p. 85) “o sujeito e o discurso se constituem num processo dialético, que ora se conforma às práticas discursivas/sociais que o compõem, ora resiste a elas, ressignificando-as, reconfigurando-as”. Essa concepção explica a divergência entre a Análise Crítica do Discurso (ACD) e as demais análises discursivas, uma vez que as demais não consideram o aspecto de intervenção da prática discursiva, enquanto forma de transformar estruturas sociais. Nas palavras de Melo (2009):

Para Fairclough, o mundo é formado pela atribuição de sentido que os atores sociais lhe impõem, por isso ele acredita que a perspectiva adotada pela AD seja incompleta, pois não dá conta da “face” de resistência do discurso, da natureza de mudança social que as práticas discursivas carregam, mas apenas atestam seu caráter de aparelhamento, reprodução e assujeitamento, daí a não consideração de Fairclough e de todos analistas críticos às influências da Psicanálise, do Estruturalismo, e da teoria marxista estrita (MELO, 2009, p. 13).

Dessa forma a ACD desponta como uma perspectiva teórico-metodológica que, por ser multidisciplinar, investiga o discurs-

so em suas relações tanto sociais, como linguísticas visando não apenas atestar as irregularidades e disparidades das interações sociais, mas conscientizar os indivíduos sobre as lutas ideológicas que permeiam essas relações. Nesse estudo, investigamos o discurso jurídico que detém, de certa forma, o poder em atuar constitucionalmente nas relações sociais, aqui mais especificamente, na comunidade LGBT que historicamente foi, e ainda é, minoria, não em relação à quantidade de componentes, mas sim, em direitos civis. Sendo assim, esse trabalho desponta a datar o início do processo da ressignificação do conceito de família nas esferas sociais e, igualmente, jurídicas. Ao mesmo tempo, precisamos ressaltar que há pedras no caminho.

2 LINGUAGEM E DIREITO: O GÊNERO SENTENÇA JUDICIAL

Apesar da grande quantidade de textos jurídicos que permeiam o meio social, ainda se estuda pouco, nos estudos linguísticos brasileiros, as relações entre Linguagem e Direito. Conforme a Associação Internacional de Linguistas Forenses (IAFL)⁴, podemos compreender a Linguística Forense (doravante LF), de maneira ampla, como todas as áreas onde a Linguagem e o Direito estão inseridas em relação dialógica.

No livro *Linguagem & Direito: os eixos temáticos*, COULTHARD, COLARES e SOUZA-SILVA (2015, p. 16-17) organizam os estudos pertinentes a área em cinco partes: a primeira, linguística forense; a segunda, discurso jurídico; a terceira, processo judicial e linguagem; a quarta, interação em contextos legais e a quinta, criminologia crítica. Aqui, trataremos do que os autores se referem como a segunda parte, o discurso jurídico, isto é, aquele que:

4 International Association of Forensic Linguists (IAFL). "In its broadest sense, "forensic linguistics" covers all areas where law and language intersect" (texto original, disponível no site: <http://www.iafl.org/forensic.php>, acessado em 02/05/2017.).

Volta-se para as relações de poder que se materializam nos gêneros textuais legais e questões interculturais e de mediação em contextos jurídicos como os casos dos direitos das minorias linguísticas. Esta linha também realiza a análise e interpretação dos textos legais nos mais diversos contextos (COULTHARD, COLARES e SOUZA-SILVA 2015, p. 17, grifo dos autores).

Seguindo a perspectiva dos estudos linguísticos forenses que abarcam o discurso jurídico, Colares (1999) nos ensinará que há duas dimensões desse estudo, os que investigam a linguagem *da* justiça, e os que analisam a linguagem *na* justiça. Nas palavras da autora:

[Há um] esboço que distingue duas tendências de estudo do discurso jurídico: (a) os que contemplam a linguagem ‘da’ Justiça e (b) os que analisam o funcionamento da linguagem ‘na’ Justiça. As primeiras são de natureza lexicográfica e sociolinguística, preocupando-se com a significação específica que as palavras adquirem no âmbito da Justiça – o “juridiquês”- e relações intersociais. Os estudos do tipo (b) tentam dar conta de dados linguísticos coletados na Justiça como unidades pragmáticas, nas quais a interação entre os indivíduos, o contexto situacional e a função comunicativa integram o processo de produção de sentido (COLARES, 1999, p.71).

Para este estudo, interessa-nos abordar o que se entende na segunda tendência, ou seja, a linguagem *na* justiça, uma vez que o *corpus* da pesquisa pertence, oficialmente, a jurisprudência do poder judiciário de Pernambuco e foi escolhido de acordo com os objetivos deste trabalho: exercer ações de resistência à opressão social, investigando o papel da linguagem enquanto prática social, ressaltando os ganhos de representatividade dos direitos homoafetivos no âmbito forense.

Não obstante, enquadrámos a nossa pesquisa no que PINTO et al (2016, p.8) intitula como “A linguagem em documentos jurídicos”, uma vez que para esta utilizamos o gênero sentença como texto suporte.

Conforme Marcuschi (2005, p.19) “[...] os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia”, o autor ainda ressalta que os gêneros são “altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” que procura sua adaptação ao meio. O gênero também é um processo pela qual se constrói a sociedade e suas relações, pois em conformidade com Bazerman (2005, p. 29) são “formas de vida, modos de ser [...] são os lugares onde o sentido é construído”. Os gêneros regulam todo o processo de interação entre o(s) enunciador(es) e o enunciatário(s). Estudar o gênero textual sentença é considerá-la como, dentre as mais diversas funções, reguladora de um determinado ato comunicativo. As sentenças judiciais, dentro do campo jurídico, despontam como um dos gêneros de maior relevância, uma vez que podemos considerá-la como o ponto de chegada de um longo diálogo processual.

Perante diversas vozes enunciadas durante o processo judicial, a sentença carrega a voz última, a que prevalece, posto que se apresenta como a decisão final do magistrado, a tomada de posição do Estado representativo. Ademais, é a partir da sentença que temos uma maior aplicação dos efeitos gerados no meio jurídico e social, pois o decreto carrega, em si, o poder. É no decreto de uma sentença que um fato passa a ser legalmente reconhecido ou não.

2.1 A contextualização da sentença judicial

O *corpus* da pesquisa é composto por uma sentença judicial pertencente ao Poder Judiciário de Pernambuco⁵, mais especificamente, a 2º Vara da Infância e da Juventude da Capital. Trata-se de uma

5 Processo de número 298/09/2008 – EBM, disponível em: <http://direitohomoafetivo.com.br/anexos/juris/394.pdf>

adoção de duas meninas de cinco e sete anos por um casal de homens do Rio Grande do Norte. Esse evento aconteceu em setembro de 2008 e se tornou um marco na história social do Brasil e uma consubstanciação dos direitos LGBTs nessa vereda: a obtenção, na Justiça, de um casal homossexual adotar duas crianças. Trata-se da primeira sentença de *adoção conjunta* concedida a um casal do mesmo sexo no estado de Pernambuco e no Brasil. Esse evento foi amplamente divulgado na imprensa, uma vez que as construções e representações discursivas tanto do conceito de família, quanto do ser homossexual, passavam a integrar, judicialmente, a situação fática das chamadas novas famílias.

3 ANÁLISE DO CORPUS

O texto é o material empírico do analista crítico do discurso, é através dele que identificamos os discursos materializados e estabelecemos a sua relação com os problemas sociais, por isso a importância em compreendermos, através dessa análise linguístico-discursiva, como se materializou em textos esse novo entendimento de família que gerou jurisprudência no Brasil, possibilitando um ganho nos direitos civis e sociais. Para a análise da sentença, utilizamos a tabela das categorias analíticas de Fairclough, disponível e adaptada por Ramalho e Resende (2011, p.114-116). Assim, o corpus foi analisado enquanto seus aspectos lexicais, fraseológicos e textuais, componentes ideológicos, culturais e as relações de poder que compõem a representação discursiva dos textos forenses. Para isso, utilizamos as categorias intituladas como: *avaliação*, *interdiscursividade* e *representação de atores sociais*. Além disso, o trabalho utiliza a tabela de modos de operação da ideologia de Thompson (2002) para demarcar os modos de prática ideológica do discurso, evidenciando os componentes ideológicos que compuseram a execução dessa sentença judicial.

3.1 Avaliação

A categoria de avaliação, segundo Ramalho e Ramalho (2011, p. 119), “concerne em maneiras particulares as quais os atores sociais se posicionam diante de aspectos do mundo”. As avaliações são interpretações e identificações particulares e valorativas dada sob uma perspectiva ideológica, é o que o enunciador do texto considera como benéfico/maléfico, o que define/não define. Aqui, é o modo como o magistrado avalia o conceito de família homoafetiva constituída através da adoção por casais do mesmo sexo e os argumentos utilizados para sustentar o seu decreto.

No excerto abaixo, o enunciador define que sua tomada de posição é baseada em “dois referenciais teóricos”: o princípio do melhor interesse das crianças, do artigo 43 do Estatuto da criança e do Adolescente, e o princípio a dignidade da pessoa humana. Entretanto, podemos grifar que, além desses suportes jurídicos, há marcadores ideológicos a respeito desse evento discursivo. Observemos então os aspectos avaliativos na sentença:

(1)

Assim, por estes dois referenciais teóricos *este juízo reconhece* o direito de crianças serem adotadas por pessoas do mesmo sexo *refletindo uma consciência atual* da sociedade de eleição do bem vital do *afeto como o elemento mais importante* para a definição *destas novas famílias*.

Um elemento importante como aspecto avaliativo está no processo mental “*reconhecer*”. Quem reconhece algo, o admite, certifica como verdadeiro. Esse termo é sempre restritivo e ideológico, afinal reconhecer algo enquanto legal, significa, ao mesmo tempo, não reconhecê-lo como ilegal. Dessa forma, o juiz legitima, legalmente, a adoção por pessoas do mesmo sexo e com isso o reconhecimento da família homoafetiva utilizando

a palavra “afeto” como uma *presunção valorativa*⁶ para construir positivamente as relações estabelecidas entre pessoas do mesmo sexo que intendem a formação familiar. A ênfase no termo afeto como “o elemento mais importante” para a entidade familiar já demarca uma perspectiva ideológica rompendo com o conceito de família baseado na forma, bem como reconhecendo a possibilidade do afeto entre duas pessoas do mesmo sexo.

Não obstante, há inclusões de elementos avaliativos no texto que são questionáveis. No exemplo (2), o enunciador utiliza-se das descrições do parecer psicossocial para validar a sua argumentação que há “reais vantagens” para a adoção em questão. Entretanto, essas vantagens são “consubstanciadas” de forma que passa a contrapor a ideia enunciada anteriormente do *afeto como elemento mais importante*. Observemos:

(2)

“As reais vantagens são consubstanciadas na condição concreta dos recursos matérias e financeiros que os adotandos dispõem conforme consta no relatório de estágio de convivência de fls.22/24, realizado pela equipe interprofissional da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de XXX, que afirma: A família reside em casa própria, bem localizada e bem projetada para acolher bem seus moradores. Trata-se de uma casa com dois pavimentos sendo que na parte térrea foi adaptado o quarto para as crianças. Na parte superior fica um escritório e a suíte do casal. A casa é toda contornada com um jardim cujas trepadeiras chegam a atingir a parte superior onde localiza-se uma sacada que tem uma vista maravilhosa”.

Neste exemplo, percebemos afirmações com modalidades deonticas, uma vez que as vantagens de as crianças serem adotadas por uma família são “consubstanciadas”, ou seja, precisam ser “materializadas” pelos recursos financeiros dos adotantes.

6 “[...] *presunções valorativas* correspondem ao tipo de avaliação mais implícito, sem marcadores transparentes” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p.120, grifo das autoras)

Percebemos que o elemento “afeto” e a mudança das crianças de um abrigo para um grupo familiar ainda necessita, na avaliação do magistrado, de uma “condição concreta” que sustenta as reais vantagens. Assim, para demarcar essa “condição concreta” e amparar a sua decisão, o juiz utiliza, através do discurso direto, as avaliações do parecer psicossocial, de maneira que sua decisão seja apoiada por essas avaliações.

Dessa forma, relacionando as concepções do juiz com as apresentadas no parecer psicossocial, podemos verificar expressões avaliativas explícitas, como a repetição do advérbio avaliativo *bem* em: *bem localizada, bem projetada, para acolher bem seus moradores*. As inclusões de termos descritivos da casa também são amplamente pautadas em expressões avaliativas e descritivas por parte do autor do texto, que culmina com o adjetivo *maravilhoso* para identificar a vista tida no andar superior da casa.

É necessário questionarmos o que seria uma casa “bem localizada”, digo seria localizada em um bairro “de elite” ou em uma favela, no centro da cidade, perto de comércios ou em uma praia? As construções enunciativas no levam a apontar para o imaginário social de uma casa localizada nas imediações de um bairro considerado bom no status quo. Quanto à casa “bem projetada para acolher bem os seus moradores” apresentada no texto, o autor não se refere àquela que é provida de afeto, amor e que promove bem-estar entre seus participantes, mas sim à que tem *dois pavimentos e é toda contornada com um jardim cujas trepadeiras chegam a atingir a parte superior*, ou seja, os argumentos utilizados são pautados em termos físicos do local. Certamente essas mesmas descrições não seriam incluídas caso a família não possuísse esses mesmos recursos materiais.

Posto que a decisão aqui analisada foi proferida antes da presença de lei ou reflexões jurídicas sobre esse fato, percebemos que, além de elementos suplementados pela norma jurídica, aspectos ideológicos perfizeram a execução dessa sentença judicial. As avaliações ajudaram-nos a perceber como o enunciador

atuou a respeito desse pedido de adoção, deixando perpassar aspectos ideológicos que foram determinantes para jurisprudência posteriores, inclusive para o reconhecimento do STF da entidade familiar formada por pessoas do mesmo sexo em 2011. Percebemos que o magistrado rompe com um dos modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2002), a de legitimação através da racionalização, ou seja, o modo que “consiste em utilizar fundamentos racionais, apelos à legalidade, a bases jurídicas para legitimar relações assimétricas de poder” (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 28), posto que, através dessa sentença, o magistrado entende que as diferenças e as amplas configurações familiares devem ser reconhecidas e amparadas judicialmente independente da lei expressa. Essa quebra também acontece, no espaço interdiscursivo do âmbito forense. Averiguaremos essa perspectiva, mais especificamente, na seção seguinte.

3.2 Interdiscursividade

A interdiscursividade é uma categoria que se refere aos diversos discursos presentes em um texto. Nas palavras de Ramalho e Resende (2011, p. 142) “a interdiscursividade é, em princípio, uma categoria representacional, ligada a maneiras particulares de representar aspectos do mundo.”. O conceito de família arraigado socialmente como “mulher, homem e filhos”, denominados *cisgêneros*, acontece por discursos particulares que foram sustentados e legitimados como os únicos corretos. Esse entendimento singular de família está fortemente associado ao discurso religioso cristão, que interpõe ao núcleo sua estruturação e *modus operandi* e se apresenta fortemente no âmbito forense, sobretudo na legislação do país no que tange o conceito de família. De forma a explorarmos melhor essa relação, estabeleceremos inicialmente uma associação interdiscursiva entre esses dois discursos: religioso e jurídico para então investigarmos os discursos sustentados ou rompidos na sentença aqui analisada.

Primeiro, vejamos o que a bíblia, livro simbólico do discurso cristão, concebe como família:

E disse Adão: Esta é agora osso dos meus ossos, e carne da minha carne; esta será chamada mulher, porquanto do homem foi tomada. Portanto deixará o *homem* o seu *pai* e a sua *mãe*, e apegar-se-á à sua *mulher*, e serão *ambos uma só carne* (Gênesis 2:23-24, grifo nosso).

Agora, vejamos o entendimento de família considerado na atual Constituição Brasileira de 1988:

Art. 226, § 3º - Para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o *homem* e a *mulher* como *entidade familiar*, devendo a lei facilitar sua conversão em *casamento* (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Em ambos os textos percebemos uma relação que delimita, estruturadamente, o que viria a ser uma família. Pois, tanto o primeiro, quanto o segundo definem em gênero (homem e mulher), número (dois) e modo (união matrimonial) a estrutura da entidade familiar. Essa associação entre os textos extrapola o que se entende por intertextualidade, pois mais do que em uma relação entre os textos, vemos uma relação de discursos, posto que se tem convergências de produções ideológicas de sentido.

Esse entendimento singular de família baseado na sua forma e não em sua função, acarreta em problemas sociais de exclusão e segregação. Correlacionando aos modos de operação da ideologia de Thompson (2002), deflagramos que essas ideias são sustentadas através da legitimação via racionalização, ou seja, utilizam-se fundamentos racionais, legais para legitimar relações dispare de poder. Afinal, essa perspectiva de família legitima o direito como contribuinte para com a segregação e desigualdade de direitos.

Na sentença analisada observamos uma ruptura com esse discurso religioso no entendimento de família. Ao passo que também vemos uma ruptura com a manutenção ideológica através da legitimação via racionalização. Vejamos:

(3)

A proteção jurídica que era dispensada com exclusividade à '*forma*' familiar (pense-se no ato formal do casamento) foi substituída, em consequência, pela tutela jurídica atualmente atribuída ao '*conteúdo*' ou à substância: o que se deseja ressaltar é que a relação estará protegida não em decorrência de possuir esta ou aquela estrutura, mesmo se e quando prevista constitucionalmente, mas em virtude da função que desempenha – isto é, como espaço *de troca de afetos, assistência moral e material, auxílio mútuo, companheirismo ou convivência entre pessoas humanas, quer sejam do mesmo sexo, quer sejam de sexos diferentes.*

O magistrado, partindo de perspectiva contra ideológica, compreende família não mais enquanto estrutura, mas enquanto núcleo interessado no bem-estar e amplo desenvolvimento dos seus participantes em todos os níveis: psíquicos, sociais, e, sobretudo, emocional lexicalizado na expressão “troca de afetos”. A mudança da associação de família com o termo lexical “forma” para “conteúdo” demonstra a intenção do enunciador em reconfigurar discursivamente o termo família, de maneira que abarque todas as configurações familiares. Assim, ao sentenciar favoravelmente ao pedido de adoção para o casal do mesmo sexo, o juiz abarca, legalmente, pela primeira vez, no estado de Pernambuco a configuração homoafetiva rompendo com discursos conservadores que permeiam o âmbito forense, da mesma forma que reconfigura a representação dos sujeitos homoafetivos nessa instância de poder.

É significativo lembrarmos que ao longo da história a homossexualidade foi amplamente criminalizada e penalizada

pelo vínculo estabelecido entre o discurso jurídico e o discurso médico⁷. Enquanto o primeiro intervia através das interpretações excludentes da lei, o segundo sentenciava os atores sociais LGBTs enquanto “patológicos e anormais intentado a cura”. Isto posto, torna-se ainda mais significativo analisarmos, nesta sentença, a quebra da associação dessas duas ordens discursivas no entendimento hediondo sobre a sexualidade. Avaliemos:

(4)

A partir do reconhecimento da existência de pessoas *definitivamente* homossexuais, ou homossexuais *inatas*, e do fato de que tal *orientação* ou tendência *não configura doença* de qualquer espécie - a ser, portanto, curada e destinada a desaparecer -, mas uma *manifestação particular* do ser humano, e considerado, ainda, o valor jurídico do princípio fundamental da dignidade da pessoa, ao qual está definitivamente vinculado todo o ordenamento jurídico, e da consequente vedação à discriminação em virtude da orientação sexual, parece que as relações entre pessoas do mesmo sexo devem merecer status semelhante às demais *comunidade de afeto*, podendo gerar vínculo de natureza familiar.

O autor estabelece, através da lexicalização, quebras discursivas com o entendimento criminalizante da homossexualidade. Segundo Fairclough (2003, *apud* RESENDE e RAMALHO, 2009, p.142), “É possível identificar diferentes discursos observando as diferentes maneiras de “lexicalizar” aspectos do mundo”. Nesse sentido, o juiz entende que pessoas homossexuais são “definitivamente homossexuais” ou “homossexuais inatas”, ou seja, não possuem e não devem ser corrigidas, entendendo a homossexualidade como uma “orientação” e não “opção”, isto é, uma “manifestação particular”, algo que é na-

7 Para maior aprofundamento sobre essa relação, ler GREEN, James N; POLITO, Ronald. *Frescos Trópicos*: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980). Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. (Baú de Histórias)

tural e pertinente ao próprio sujeito, não devendo o estado intervir para sua reparação.

É de grande valia essa desconstrução dos “discursos” jurídico e médico que, por muito, condenaram a homossexualidade. Este evento discursivo aponta como uma forte atuação contra os discursos de ódio, homofobia, dominação e práticas segregacionistas em geral. Afinal, o entendimento da sexualidade como uma “manifestação particular” demarcar os ganhos dos direitos LGBTs, bem como dos direitos civis e sociais nessa instância. Assim, percebemos que os discursos emanados nessa sentença abarcam as diversas formas familiares do mundo fático, subvertendo o limítrofe estabelecido pela dualidade de gêneros e reconfigurando a representação dos atores sociais homossexuais. Sobre esta representação, investigaremos mais profusamente na seção seguinte que aborda a nossa última categoria: a representação de atores sociais.

3.3 Representação de atores sociais

Esta categoria busca entender como os atores sociais são representados de acordo com práticas sociais, é importante compreendermos que esta representação decorre através de implicações ideológicas. Como nos diz Ramalho e Resende (2011):

[...] atores sociais podem ser envolvidos nas práticas de diferentes maneiras. Por exemplo, atores podem ser excluídos de textos; podem ser incluídos, mas ter sua agência ofuscada, ou enfatizada; podem ser representados por meio de julgamentos acerca do que são ou do que fazem e assim por diante (RAMALHO e RESENDE, 2011, p. 149).

Com base nessas implicações, analisamos como os atores sociais são representados nessa sentença. Primeiro veremos como o enunciador do texto representa a si mesmo, observemos:

(5)

Autos conhecidos para sentença somente nesta data em razão do acúmulo de serviço desta Vara Especializada por força *deste Juiz Titular acumular a função de Coordenador Estadual da Infância e Juventude do Estado de Pernambuco.*

(6)

XXX (nome do magistrado)

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital.

O autor inclui a si mesmo no texto por nomeação, ou seja, representa-se pelo nome⁸ e inclui-se por funcionalização, isto é, representação por atividade/função que desempenha. O exemplo (5) é uma das primeiras frases antes da descrição da sentença, ao passo que o exemplo (6) é a última frase da sentença. Percebemos assim, que o magistrado cria uma representação si, como pessoa dotada de funções aptas para o decreto.

Quanto aos os requerentes e as adotandas, vejamos o exemplo abaixo:

(7)

XXX [nome dos requerentes], ingressaram perante este Juízo, após o primeiro requerente ser devidamente cadastrado nos autos do processo XXX, com um pedido de ADOÇÃO em favor das crianças XXX, nascidas em 17/07/2003 e 30/07/2001, ambas registradas no XXX, cujos genitores XXX contra si decretada a perda do poder familiar, consoante sentença proferida nos autos do processo XXX prolatada em 31/01/2007, transitada em julgado no dia 22/02/2007, conforme certidão de folhas XXX dos autos, lançados os registros das crianças no Sistema INFOADOTE para busca de pretendentes à adoção por se encontrar as duas crianças abrigadas.

8 O nome do enunciador e demais atores sociais que são incluídos no texto foram suprimidos por questões éticas.

Como aspecto pertinente ao gênero sentença judicial, os atores sociais que estão nesse processo são incluídos por nomeação. Neste excerto, por exemplo, as adotandas também são identificadas⁹. Além disso, na representação destas, é importante destacarmos o fato do autor utilizar o verbo “encontrar” para referenciar a *situação de abrigo* ao invés de utilizar o verbo “ser”, por exemplo. Pois demarca a concepção ideológica de que elas não “são abrigadas/ Não são de abrigo”, mas “se encontram abrigadas”, ou seja, estabelece a situação das crianças enquanto de transição, momento, não de permanência natural.

Ainda no exemplo (7), outros atores sociais representados são os *geradores*, que incluídos por nomeação, contudo têm as suas participações expressas em relação ao ato que sucedeu as crianças estarem abrigadas, ou seja, o enunciador demarca, implicitamente, que os geradores foram os agentes para a situação de abrigo das meninas. Ainda nos é pertinente percebermos que o enunciador utiliza o termo “geradores” e não “pais” para esses atores sociais. Dessa forma, entendemos que o termo “geradores” é aqui utilizado para estabelecer uma diferenciação de sentido com o termo “pai/mãe”, posto que este último está relacionado com a função social de cuidar, educar e amar uma criança, visando o seu desenvolvimento saudável em todas as instâncias, ao passo que gerar é produzir a nível genealógico, apenas.

Em relação aos requerentes da adoção, são incluídos por nomeação, exemplo (7), e identificação. Analisemos:

(8)

O pedido de adoção realizado por *dois homens* para o exercício do poder familiar referentes às duas meninas referidas, atende ao princípio do melhor interesse das crianças (...) O melhor interesse encontra-se comprovado nos autos no fato da mudança efetiva na vida das crianças que foram transfe-

9 Identificação é quando os atores representados por aquilo que “são”, como sexo, idade, classe social, etnicidade, religião” (RESENDE e RAMALHO, 2011, p. 151)

ridas de um abrigo para o seio de *um grupo familiar que lhes proporcionam afeto e carinho.*

Um aspecto positivo na representação dos atores sociais no exemplo acima é que a orientação sexual dos adotantes não é marcada. Não só nesse momento, mas em grande parte da sentença os adotantes não têm as suas orientações sexuais lexicalizadas. Esse posicionamento é importante, uma vez que, a demarcação da homossexualidade constantemente é lexicalizada para ser explicitada como a prática outra. Ademais, o fato do juiz referenciar um casal gay como *grupo familiar* materializa, além da mudança discursiva da concepção de família, a modificação no entendimento da homossexualidade no discurso jurídico. Posto que, neste momento, os sujeitos homoafetivos não só passaram a ter sua atuação social, enquanto família, reconhecida judicialmente, mas também “afetividade” entre pessoas do mesmo sexo. É necessário retomarmos que o discurso jurídico colaborou na criminalização e concepção de anormalidade da homossexualidade e que agora, após movimentos de afirmação LGBT, percebemos o início dessa reconfiguração discursiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada nos permite tecer algumas considerações a respeito da sentença judicial estudada. Primariamente, evidenciamos que não há neutralidade discursiva. A ação de julgar algo sobre outrem já perpassa por interpretações que são inerentemente ideológicas posto que apesar de posicionar-se assentado na norma, o magistrado deixa perpassar componentes ideológicos em seu decreto. Contudo, ratificamos que a parcialidade discursiva não significou, necessariamente, dominação e manipulação para exclusão. Tendemos a observar que o termo “família”, até então relacionado aos limitantes puramente genealógicos da “forma”, isto é, a composição por “mulher, ho-

mem e filhos”, passa a ser compreendido legalmente, pela primeira vez, no Estado de Pernambuco, como a entidade baseada na “função”, sobretudo enquanto lócus que propicia carinho e afeto.

Comprendemos assim, que essa decisão judicial alcançou efeitos discursivos que modalizou entendimentos já estanques, no âmbito forense, desde a concepção de adoção homoafetiva até a reconfiguração discursiva sobre a homossexualidade, estabelecendo-se como uma importante decisão e jurisprudência no Brasil. Contudo, a ausência de lei expressa a respeito da adoção e das famílias LGBTs figuram ainda como subsídios para uma manipulação e dominação do Direito.

REFERÊNCIAS

BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J.C. (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília. Brasília: Senado, 1988.

COLARES, V. *Inquirição na justiça: estratégias linguístico-discursivas*. 1999. 205 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL), Universidade Federal de Pernambuco, 1999.

COULTHARD, M.; COLARES, V.; SOUSA-SILVA, R. (Orgs.) *Linguagem & Direito: os eixos temáticos* [e-book]. Recife: ALIDI, 2015.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.

_____. *Discurso e mudança social*. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

MARCUSCHI, L. A.. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.) *Gêneros textuais e ensino*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lucrecia, 2005.

MELO, I. F. de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica*

fica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura. Ano 05, n.11, 2º Semestre de 2009.

_____. *Análise Crítica do Discurso*: um estudo sobre a representação de LGBT em jornais de Pernambuco. Recife: UFPE, 2010.

PINTO, R.; CABRAL, A. L. T.; RODRIGUES, M. das G. S. (Orgs.). *Linguagem e direito*: perspectivas teóricas e práticas. São Paulo: Contexto, 2016.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de Discurso (para a) crítica*: O texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011. (Coleção Linguagem e Sociedade)

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Por uma desnaturalização de sentidos preconceituosos contra pessoas LGBT: analisando/problematizando propagandas nas aulas de Língua Portuguesa

THIAGO GONÇALVES CARDOSO¹

LORENA GOMES FREITAS DE CASTRO²

DANILLO DA CONCEIÇÃO PEREIRA SILVA³

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A estrutura social brasileira, complexificada por intensas mudanças recentes, tem atraído o olhar de pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento, entre elas, as diversas vertentes

1 Graduando em Letras; Universidade Federal de Sergipe – UFS; Thiago-tche@hotmail.com.

2 Mestre em Letras/ Estudos Linguísticos; graduada em Letras/ Língua Portuguesa; Universidade Federal de Sergipe – UFS; lorena.gfc@gmail.com.

3 Mestre em Letras/ Estudos Linguísticos e graduado em Letras/Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); pós-graduando em Educação em Gênero e Direitos Humanos pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da Universidade Federal da Bahia (NEIM/UFBA); professor Colaborador do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe – UFS; danillosh@gmail.com.

do domínio educacional. Estudos como os realizados por Dias, Chaves e Félix (2016) indicam que, apesar do recrudescimento das instituições democráticas no que tange ao reconhecimento e à garantia dos direitos de “minorias” sexuais e de gênero⁴, tem ganhado fôlego no Brasil e uma visão que privilegia a “educação como instrumento necessário para enfrentar situações de preconceitos e discriminação e garantir oportunidades efetivas de participação de todos nos diferentes espaços sociais” (BRASIL, 2009, p. 8). Em função disso, um olhar mais atencioso tem sido direcionado à escola brasileira, a fim de problematizar as efetivas contribuições dessa instituição naquilo que se refere ao combate de preconceitos e estigmas sociais baseados em gênero e sexualidade, os quais tanto dificultam quanto inviabilizam a participação sociocultural e política dos sujeitos considerados desviantes das normas hegemônicas estabelecidas, a cis-heteronormatividade⁵.

Desse modo, passa a ganhar visibilidade o interesse em “ações mais abrangentes no enfrentamento da violência, do preconceito e de discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (BRASIL, 2009, p. 8), uma vez que a LGBTfobia⁶ tem se destacado como um grave problema social, haja vista os

4 Nesse sentido, podemos registrar a exclusão da menção à diversidade sexual e ao combate à discriminação LGBTfóbica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica, aprovada em abril de 2017, graças a pressão de setores conservadores do Congresso Nacional, como a dita “Bancada Evangélica”, bem como a supressão do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, realizada em maio de 2017 pelo então presidente interino, Michel Temer.

5 A heteronormatividade é um termo desenvolvido e cunhado em 1991 por Michael Warner que significa, grosso modo, aquilo que é tomado como parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, para designar como norma e como normal a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. Em termos de sociedade eurocêntrica, o padrão heteronormativo diz respeito ao homem cisgênero (que se generifica de acordo com a expectativa social para o sexo “biológico” ao qual foi designado ao nascer, ou seja, que não é transexual) e heterossexual, por isso a noção de cis-heteronormatividade, como um modo de referência a norma de sexo-gênero a qual produz sujeitos normatizadas/normalizadas e, por isso, ideais/desejáveis/aceitáveis de sexo-gênero. (PETRY & MEYER, 2011, p. 196).

6 Entendemos que a LGBTfobia diz respeito à reação de ódio e rejeição perpetrada física, institucional, simbólica e linguisticamente contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, motivada pelas identidades sexuais e de gênero das vítimas.

alarmantes índices de violências praticadas contra essa parcela da população, motivados por suas identificações de gênero e sexualidade⁷. Frente a esse problema, a escola tem papel relevante no que tange a uma decisiva contribuição para o processo da produção de cidadãos críticos e reflexivos capazes de (re) construir suas sociedades e suas normas (BRASIL, 2017, p. 314), mediante o reconhecimento e o respeito às diferenças, a partir de ações em consonância com os Direitos Humanos. Nesse sentido, tornam-se indispensáveis mecanismos efetivos que permitam legitimar essa “cultura de respeito à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero” (BRASIL, 2009, p. 8) na escola.

Tendo em vista tais perspectivas, este capítulo intenta discutir, a partir do ambiente escolar, a temática do preconceito e da discriminação relacionados à diversidade sexual e de gênero, os quais estão presentes nas práticas cotidianas da realidade social brasileira. Nesse contexto, de modo particular, buscamos evidenciar o modo como as aulas de Língua Portuguesa, mediante o desenvolvimento de competências e habilidades específicas dessa área de ensino, aliadas a uma atuação crítica do professor, podem ser instrumentos eficazes de reflexão sobre significados preconceituosos socialmente construídos com vistas a deslegitimação de práticas discriminatórias contra as pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Nesse sentido, propomos um exercício de análise de três textos publicitários, sendo que um deles produz sentidos preconceituosos contra esse público e dois deles estão engajados na promoção do respeito às identidades sexuais e de gênero, agindo, assim, com vistas a desnaturalização da LGBTfobia.

Dessa visada, por intermédio da análise dos mecanismos de referenciação (CAVALCANTE et al, 2010; CAVALCANTE, 2011,

7 Como retrato de tal panorama de violências LGBTfóbicas, o relatório da ONG internacional Transgender Europe, coloca o Brasil como a país líder mundial em assassinatos de pessoas trans, tendo, apenas em 2016, executado 900 pessoas.

2012; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014) e de multimodalidade (NOGUEIRA, 2007; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010) em funcionamento no processamento textual das materialidades analisadas, buscamos perceber os vários sentidos produzidos nos textos, bem como os discursos neles construídos e socialmente institucionalizados, seja sob o signo do preconceito ou na busca de mudanças sociais no que tangue ao enfrentamento dos referidos problemas. Empreendemos, também, discussões/reflexões que levam os alunos a questionar e a compreender as relações de discriminação fundamentadas em uma lógica hegemônica, heteronormativa e perversa que oprime os sujeitos, assim como, mobilizar condições para a construção coletiva de possíveis soluções para essas questões sociais dentro e fora da escola (BELLO e LUZZI, 2009).

Nosso estudo sobre a desnaturalização do preconceito LGBT-fóbico a partir das aulas de Língua Portuguesa está organizado em dois tópicos. No tópico 1, tratamos sobre a necessidade da discussão de temáticas LGBT na escola e a importância das aulas de língua portuguesa como ferramenta nesse enfrentamento. No tópico 2, apresentamos algumas análises propostas como norte para o desenvolvimento de atividades em torno do texto em sala de aula. Além dos referidos tópicos e dessas considerações iniciais, apresentamos as considerações finais e as referências.

1 PRECONCEITO CONTRA PESSOAS LGBT E A ESCOLA: (RE) PENSANDO AS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nas últimas décadas, as discussões acerca da questão da relação existente entre as práticas escolares e a sexualidade dos alunos têm crescido. Pesquisadores engajados na investigação de tais relações (nacionais e internacionais), situados nos mais diversos lugares epistemológicos, apontam o caráter normatizador das instituições escolares na produção de identidades mas-

culinas e femininas não transgressivas dos padrões socialmente aceitos (GARCIA, 2009). Nesse contexto do ambiente escolar, também já acontecem, efetivamente, debates sobre a temática de gênero e diversidade sexual nas

salas de professoras e professores, reuniões pedagógicas e conselhos de classe, sobretudo quando acontecem “problemas” com alunos e alunas homossexuais, desequilibrando as rotinas normativas escolares. São debates muitas vezes realizados à boca pequena, recheados de moralismos, de posições religiosas, feitos em tom de fofoca que ao não enfrentar a reflexão e necessidade de conhecimento sobre a temática acabam por referendar a discriminação e a exclusão de inúmeros estudantes do espaço escolar. Exclusão que por ser invisível demonstra também que é socialmente aceita e só ganha visibilidade quando os sujeitos conscientes de seus direitos clamam por eles (BELLO e LUZZI, 2009, p. 3).

As práticas acima relatadas trazem à tona uma configuração escolar forjada aos moldes de uma cultura machista, patriarcal e heteronormativa que não consegue garantir a todo o grupo de alunas e alunos a entrada, a permanência e o sucesso escolar, não fazendo prevalecer o direito garantido aos cidadãos do respeito às diversidades. Tal realidade finda configurando o espaço escolar num ambiente de silenciamento e exclusão de pessoas e corpos que não se enquadram em tais padrões. É nesse sentido que, conforme explana Bento (2008, apud BELLO e LUZZI, 2009):

[...] a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a

deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala na escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão (BENTO, 2008 apud BELLO; LUZZI, 2009. p. 2).

Diante do exposto, podemos entrever o modo pelo qual tais ações excludentes, legitimadas na escola, tanto apontam para os sujeitos que se mantêm no ambiente escolar qual é o comportamento tradicionalmente aceito, quanto “ensinam aqueles/as que resistem à normatização de seus corpos o preço de sua resistência” (BELLO e LUZZI, p. 3). Desse modo, a escola, ao lado de outros espaços institucionais, funciona como produtora de vidas e corpos aceitáveis e desejáveis, segundo uma matriz de sexo-gênero cis-heteronormativa.

Contudo, ao mesmo tempo em que produzem e reproduzem estruturas cristalizadas de preconceito e discriminação disseminadas na sociedade, as escolas, quando conscientes de seu papel político, são “espaços possíveis de resistência à normatização da sexualidade” (GARCIA, 2009, p. 2). Nesse sentido, é necessário perceber que um olhar crítico sobre o papel da escola no processo de produção de sujeitos abre caminhos para intervenções educacionais que promovam a inclusão social, a igualdade de gênero e a constituição de uma cidadania para todos(as), com o combate à homofobia e à transfobia entre outras práticas repressoras (JUNQUEIRA, 2007).

Notadamente, fazem parte das histórias de escolarização de inúmeras pessoas pertencentes aos grupos ditos “minoritários”, narrativas marcadas pela ocorrência de piadas, brincadeiras, gozações, xingamentos, enfim, atos de violência verbal e/ou físicos relacionados à sexualidade dos alunos. Por essa razão,

recai sobre a escola a responsabilidade de se posicionar, detectando e combatendo, por intermédio de políticas educacionais engajadas em diferentes níveis, todo tipo preconceito, racismo, homofobia, discriminação, ou qualquer outra forma de opressão contra a diversidade. Desse modo, torna-se necessária a implementação de atividades que visem a fomentar discussões em torno do preconceito contra LGBT dentro e fora do ambiente escolar, refletindo sobre as raízes sociais e históricas das ideologias discriminatórias em funcionamento em diferentes instâncias, bem como assegurando a promoção dos direitos de tais comunidades.

Como consequências práticas do problema apresentado em tais discussões, podemos citar a homofobia no ambiente escolar e suas implicações sobre suas vítimas, que contemplam “perda de autoestima e autoconfiança, retraimento, dificuldade de concentração, absenteísmo escolar, fobia da escola, sentimentos de culpa e vergonha, depressão, ansiedade, medo de estabelecer relações com estranhos, levando em alguns casos a tentativas de suicídio” (GARCIA, 2009, p. 11). Tais violências, longe de serem realidades remotas, fazem parte do cotidiano de muitas alunas e muitos alunos, os quais seguem vitimados por tais dinâmicas de exclusão baseadas em gênero e sexualidade.

Tendo em vista todas as implicações relacionadas a esse tópico, reiteramos que a linguagem, considerada como prática social construída por diferentes semioses (multimodalidade), possui um lugar privilegiado na legitimação ou no enfrentamento/superação de desigualdades. Por ser o principal objeto de estudo (a linguagem como dimensão social) das aulas de língua portuguesa, o professor deve trabalhá-la a fim de desenvolver sujeitos críticos, cidadãos éticos e transformadores de suas realidades, respeitadores das diversidades culturais, sociais, sexuais, de gênero etc.

Intervir é uma ação necessária para a garantia e legitimação do direito ao respeito, à liberdade, à diversidade e à cidadania.

Temos como provocação instigar os diferentes sujeitos da escola a questionar, refletir, perceber, criticar e interpretar/compreender as relações de preconceito e discriminação existentes na escola e na sociedade, construindo possíveis soluções para essas situações, por intermédio de conhecimentos específicos. Assim sendo, encerramos este tópico reafirmando as aulas de língua portuguesa como um terreno fértil para a desnaturalização da LGBTfobia dentro e fora das salas de aula.

2 REFERENCIAÇÃO, MULTIMODALIDADE E O GÊNERO PROPAGANDA: ANALISANDO/PROBLEMATIZANDO A CONSTRUÇÃO DE PESSOAS LGBT NO DISCURSO

De acordo com o que evidenciamos neste capítulo, é de suma importância tratar da relação entre multimodalidade e referenciação, na produção de sentidos socialmente situados, buscando enfatizar como a integração de diferentes modos (escrita, elementos visuais, recursos gráficos etc.) [...] atua na emergência de referentes” (CAPISTRANO JÚNIOR, 2012, p. 106). Defendemos, aqui, que os processos referenciais (CAVALCANTE et al, 2010; CAVALCANTE 2011, 2012; CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014) decorrem da interconexão entre as multissemioses, ou seja, os elementos verbais e não verbais, intrínsecos aos gêneros multimodais, atuam construindo e reconstruindo os objetos de discurso (CAVALCANTE e CUSTÓDIO, 2010), os quais são responsáveis por (re)produzir versões públicas do mundo (MONDADA e DUBOUIS, 2003).

Com base nessa premissa, propomos a utilização do gênero propaganda⁸ em sala de aula por ser constituído, em conformidade com os estudos de Carvalho (2014), por intermédio de elementos verbais e não verbais (signos icônicos, plásticos, so-

8 Apesar de reconhecermos as dissensões em torno de tal aproximação, tomamos, para os fins deste trabalho, como sinônimos os termos publicidade e propaganda, apesar de alguns autores evidenciarem suas possíveis diferenças (MEDEIROS, 2008).

noros etc.), através dos quais conhecimentos de diversas ordens (conhecimentos culturais, sociais, históricos, ideológicos, etc.) são utilizados a fim de gerar determinados efeitos de sentido para a conquista de seu público-alvo. Segundo a autora, sua principal função é tentar vender o produto e divulgar serviços, utilizando-se de um grupo de estratégias persuasivas e efeitos retóricos que exercem reações sobre o público que vão desde a básica obtenção do produto anunciado “à adesão e assimilação da ideologia social que produz” (CARVALHO, 2014, p. 21).

A base do trabalho em sala de aula com esse gênero, assim como com qualquer outro, é fazer com que os alunos possam refletir sobre a constituição de determinado texto como produto social, com específicas finalidades comunicativas, sendo produzido por agentes sociais. Além disso, fazer com que reflitam sobre os usos linguísticos e não linguísticos enquanto prática social de construção de sentidos (MEDEIROS, 2008). A partir desse gênero, destacamos o quanto as expressões linguísticas e os elementos não linguísticos do nosso cotidiano contribuem para (re)produzir a discriminação e o preconceito nas mais diversificadas esferas sociais. Dessa visada, acreditamos também que esses elementos ferem e deixam marcas tão profundas quanto as deixadas pelos atos de violência física, infelizmente, ainda não erradicados de nossa sociedade.

Para exemplificar nossa proposta de como práticas de análise/interpretação de textos multimodais em situações didáticas na sala de aula de Língua Portuguesa podem ser úteis para uma ação pedagógica politicamente engajada com vistas à desnaturalização de sentidos preconceituosos contra pessoas LGBT, analisamos aqui três textos: dois oriundos da campanha de conscientização #ChegaDeLGBTFobia produzida pelo governo do estado de Minas Gerais (Brasil) em maio de 2017 e uma propaganda produzida pela empresa de cosméticos “Pedaços de amor” pela ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2017, em um *outdoor* instalado no interior do estado

de São Paulo, Brasil. Além dos textos (2) e (3), os quais têm por objetivo desconstruir, desnaturalizar o preconceito e a violência linguística, e que trazem em seus objetos de discurso não linguísticos as representações de homens gays e de adolescentes lésbicas e/ou bissexuais, respectivamente, o texto (1) abre espaço para pensarmos as representações de mulheres transexuais ou travestis.⁹

Escolhemos tais propagandas, cujo modo de agência em relação à comunidade LGBT é antagônica, a fim interpretar, à luz das perspectivas teóricas aqui acionadas, discursos que intentam a superação de estruturas de preconceito, por meio da desnaturalização de sentidos subalternizantes para essa comunidade, assim como compreender o modo de operação textual-discursiva de realizações de linguagem nas quais, agindo desde posições hegemônicas no que tange às experiências de gênero e sexualidade, tais discursos operam na manutenção/reafirmação de sentidos preconceituosos socialmente cristalizados. Sobre as características próprias do texto publicitário, as quais materializam esse tipo de agenciamento, trataremos as palavras de Medeiros (2008, p. 16)

O texto publicitário é argumentativo por excelência. Seu objetivo, além de apresentar o produto e posicioná-lo, é persuadir o ouvinte/leitor da qualidade de suas propriedades, é criar necessidades em seu público-alvo, convencendo-o a adquiri-lo. Como o público ou destinatário de um texto publicitário não é uma pessoa, mas um conjunto de indivíduos desconhecidos, o emissor, ao elaborar sua mensagem, projeta um perfil idealizado de seu público alvo, e apela para este perfil para sustentar o diálogo publicitário. Ao fazer

9 As interpretações aqui feitas acerca das orientações sexuais e das identidades de gênero dos sujeitos representados nos textos analisados são inferíveis mediante a interpretação de pistas linguísticas e não linguísticas inscritas na sua constituição multissemiótica, segundo padrões socialmente convencionalizados na cultura hegemônica brasileira.

isto, pode validar comportamentos, normas, valores, ideias já existentes, ou seja, concorrendo para a manutenção do *status quo*. Entretanto, o discurso publicitário também pode levar a alterações de comportamentos e hábitos arraigados, ajudando a penetração de posturas ainda não inteiramente aceitáveis.

Tendo em vista as bases teóricas que subsidiam nossas perspectivas neste trabalho, passemos às análises dos textos, com vistas à demonstração de como a análise de textos em contexto escolar, quando parte da consideração desses como construtos socioculturais, política e ideologicamente orientados, podem ser instrumentos eficazes para o enfrentamento de problemas sociais contemporâneos, como a LBGTFobia, desde o trabalho específico da disciplina escolar Língua Portuguesa.

(1)



Fonte: <http://www.abcdmaior.com.br/materias/cidades/comunidade-lbgt-denuncia-propaganda-em-santo-andre-por>- Acesso em Junho de 2017.

O primeiro texto a ser analisado é uma propaganda da loja “Pedaços de amor”, que foi produzida no dia 8 de março de 2017 em “homenagem” ao dia internacional da mulher. Nela encontramos o enunciado “Pirataria é CRIME!” e a figura de uma silhueta de costas, a qual seria de uma mulher transexual

ou travesti¹⁰ utilizando um banheiro masculino (posicionada de pé, ante um mictório). Alguns referentes são decisivos para a interpretação desse texto, principalmente nas relações de interco-dicidade existentes no processamento dos sentidos em construção nele. A partir da análise do processo de construção desses referentes, verificaremos o quão transfóbica essa propaganda se constitui.

Atendo-nos aos referentes não verbais do texto, encontramos uma mulher trans/travesti no centro do texto, referente que será considerado núcleo da informação (KRESS e VAN LEEUWEN, 1996 apud NOGUEIRA, 2007), urinando em um mictório, portanto, em um banheiro masculino. Percebemos isso por meio do processo de inferenciação. Apenas esses referentes já são suficientes para suscitar certas discussões como a do impedimento do acesso ao banheiro feminino pelas mulheres trans, por exemplo.

Contudo, ainda temos referentes verbais presentes no texto. Na parte superior, separado pelo corpo da mulher trans, encontramos o seguinte elemento verbal “Piratária é CRIME!”, construído em cor amarela. Segundo Leon (2001, apud NOGUEIRA, 2007), essa cor está arrolada entre as cores quentes. Essas cores são utilizadas quando se quer chamar mais atenção, enfatizar algo, pois transmitem carinho e aproximação. Em função de todo ambiente estar escuro, esse destaque fica mais visível ainda.

Começamos pelo referente “pirataria” o qual nos remete à ideia do falso, do ilegítimo, da réplica, do material ruim. O referente “pirataria” recategoriza essa mulher trans, colocando-a no lugar do falso, do inferior, é como se sua existência fosse uma mentira para enganar as pessoas, enfim, a identidade feminina dela é (re) construída como uma farsa. Tais sentidos, produzi-

10 Apesar de reconhecermos as discussões em torno das nuances identitárias e dos marcadores de classe social em jogo que se abrigam sob as denominações de mulheres “transexuais” ou “travestis”, neste trabalho, não nos parece produtivo incidir sobre tal dissenso, uma vez que a violência motivada pela transfobia vitima pessoas designadas sob ambos as nomeações.

dos desde o processamento multimodal da construção do referente “mulher trans/travesti” no texto, encontra sua ancoragem sociocultural no ideário de uma sociedade normatizada pelo estabelecimento de vidas heterossexuais e cisgêneras como hegemônicas, ou seja, como o parâmetro de aceitabilidade. Desse modo, formas de vida constituídas em conflito com tais modelos são significadas como transgressoras, desviantes, uma afronta aos padrões inculcados como naturais e, desse modo, são passíveis de violência normatizadora e normalizadora, inclusive no discurso.

Corroborando com tal direção interpretativa, além do referente “pirataria”, encontramos o referente “CRIME”. Também destacado pela cor amarela, esse apresenta uma maior saliência no texto, manifestada por meio do recurso caixa alta. Kress e Van Leeuwen (1996, p. 212, apud NOGUEIRA, 2007, p. 59), destacam que a saliência no texto cria “uma hierarquia de importância entre os elementos, selecionando, alguns como os mais importantes, como os que merecem mais atenção do que os outros”. O referente “CRIME” nos remete a ideia de delito, violação da lei, algo socialmente condenável, entre tantas outras conotações. Todas essas predicacões também recategorizam a mulher trans/travesti, construindo-a como uma fraude, como um crime contra a legitimidade verossímil dos “machos” ou contra as mulheres efetivamente “verdadeiras”, em última análise, contra a sociedade patriarcal cis-heteronormativa. Em função disso, elas têm de ser silenciadas e excluídas dos espaços sendo impedidas de ter seu direito de igualdade e cidadania garantido a “todos”.

No lado direito do texto, observamos, ainda, dois círculos, um com a referência verbal “08 de Março Dia Internacional da Mulher” e o outro com o nome e a logomarca da empresa produtora da propaganda. O fato de essa propaganda demarcar em sua estrutura o contexto pragmático no qual tal processo de enunciação está inserido, o Dia Internacional da Mulher, concede maior poder de opressão ao discurso, pois o ato de exclusão

e violência nega o direito de ser mulher a mulheres trans e travestis, exatamente num dia que parece ser dedicado reconhecimento da importância da mulher na sociedade.

Dentre outros aspectos os quais ainda poderiam ser apresentados aqui, tomamos os que já foram levantados como suficientes para demonstrar a produtividade pedagógica desse tipo de abordagem do texto em sala de aula, a fim de propor discussões a respeito das violências produzidas contra pessoas de gênero e sexualidade dissidentes. Propagandas dessa natureza acabam, por meio de sua ancoragem no ideário preconceituoso e segregador contra LGBT na sociedade brasileira, reatualizando os discursos que a constituem e produzindo, de forma reiterada, a violência por eles realizada, vitimando especialmente mulheres trans e travestis.

Ainda nessa perspectiva sociocultural da produção multissemiótica de sentidos em textos, iniciaremos a análise das propagandas de conscientização da campanha #ChegaDeLGBTFobia, realizada em Minas Gerais.

(2)



Fonte: <http://blog.saude.mg.gov.br/2017/05/18/chegadelgbtfobia-campanha-nas-redes-sociais-quer-promover-o-respeito-a-populacao-lgbt/> Acesso em Junho de 2017.

No texto (2), aparece representado um casal homoafetivo abraçado e visivelmente feliz. Essa imagem é o primeiro referente que nos chama a atenção, tanto por constituir um objeto de discurso de caráter não linguístico, quanto pela representação social que possui. Na parte superior direita, encontramos um enunciado saliente no texto (uso de caixa alta), destacado também pelo uso de uma cor laranja, aproximada de uma tonalidade amarelada (destaque). Esse é o segundo elemento que nos chama a atenção. O “**QUE DESPERDÍCIO!**”, expressão bastante popular nas interações verbais cotidianas na sociedade brasileira, empregada, por vezes, em tom jocoso, para designar o “desperdício” que seria alguém ser homossexual. Tal recurso expressivo lexicalizado está enraizado em nossa cultura, constituindo-se numa forma linguística interjetiva a qual põe em circulação, por sua vez, um tipo de discurso acerca de sexualidades produtivas/improdutivas segundo a heteronorma, cristalizado em nossas memórias sociais.

Tal cristalização aciona processos inferenciais nos quais, pelo engatilhamento produzido pela parte imagética do texto em diálogo com o fragmento verbal destacado, são ativadas inferências possíveis, não sendo forçoso considerar construções como: “Que desperdício! Com tanta mulher solteira e esses dois gatos juntos” ou “Que desperdício! Eles são tão bonitos!”. Nesse sentido, a voz social (heteronormativa) enunciada/produzida por tais recursos intersemióticos (TREVISAN, 1992) joga com lugares comuns/sentidos hegemônicos sociais a respeito da “leitura” das homossexualidades, o que fica marcado pelas aspas, produzindo uma citação em discurso direto, enquanto marcador do jogo polifônico da heterogeneidade enunciativa (BAKHTIN, 1992) em funcionamento na constituição da produção de sentidos.

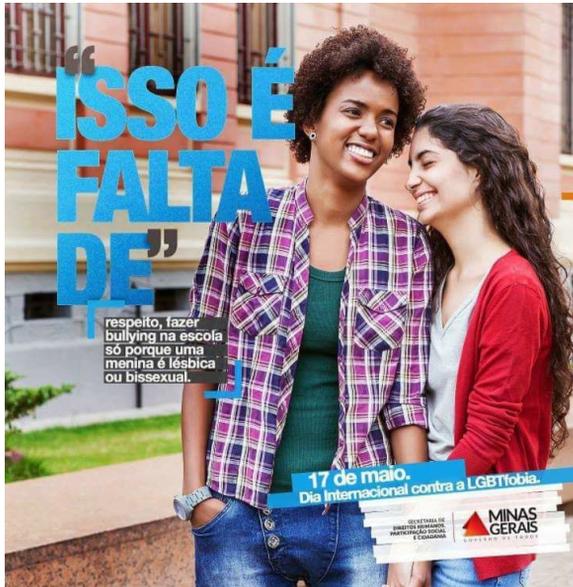
Apesar dessa evocação de vozes sociais que subalternizam as identidades sexuais conflitantes com o padrão heterossexual, logo abaixo dessa referida parte linguística em destaque, encontramos um outro trecho de texto que rompe com nossas expectativas, mudando o curso da direção interpretativa até então

sinalizada: “*perder tempo com a orientação sexual dos outros*”. Esse enunciado é apresentado em letras minúsculas, com a cor branca e com uma fonte bem menor que a do enunciado anterior. Um possível sentido para essa mudança gráfica seria dar o efeito de quebra de expectativa no leitor, de desnaturalização, de desestabilização de discursos institucionalizados, chamando a atenção, inclusive, para “atitudes”, como o proferimento de comentários com sentido similar ao posto em destaque, que são realizados cotidianamente de modo irrefletido. Desse modo, percebemos que “a voz do outro”, a voz do preconceito motivado por intolerância à diferença convocada no texto para ser questionada, deslegitimada e, inclusive, ressignificada.

Outros dados importantes a serem interpretados no texto são os destaques dados a uma referência temporal que também participa da produção de sentidos, a sequência linguística “*17 de maio. Dia Internacional contra a LGBTfobia*” e à logomarca do governo de Minas Gerais, como forma de materializar o objetivo da propaganda, agir em favor da comunidade LGBT, mediante a refutação de discursos preconceituosos socialmente constituídos, produzindo, desse modo, algum tipo de efeito de autoria para os sentidos ali em circulação, os quais demarcam uma agência política na linguagem.

No texto (3), apesar de sermos convidados a olhar para os referentes não verbais (casal de meninas), começaremos nosso exercício analítico a partir dos enunciados verbais. Diferentemente do exemplo anterior, o enunciado em destaque é colocado do lado esquerdo do texto linguístico, construindo, graças a seu posicionamento tópico na superfície textual, uma pista interpretativa, a qual, por processo de remissão (linguisticamente marcado pelo pronome demonstrativo (“ISSO”), produz o objeto de discurso sobre o qual se vai enunciar, o casal homossexual, a homossexualidade, feminina, nesse caso, em si.

(3)



Fonte: <http://blog.saude.mg.gov.br/2017/05/18/chegadelgbtphobia-campanha-nas-redes-sociais-quer-promover-o-respeito-a-populacao-lgbt/> Acesso em Junho de 2017.

De modo semelhante ao realizado em (2), recorrendo a uma expressão lexical socialmente cristalizada na cultura brasileira, “ISSO É FALTA DE” (em caixa alta), a porção linguística destacada (fonte de proporções avantajadas em relação ao restante dos caracteres tipográficos empregados), negritada, em relação intersemiótica com a representação da imagem do casal lésbico representado, emergem outros sentidos e outras expressões, culturalmente convencionadas (ISSO É FALTA DE macho!; ISSO É FALTA DE homem!; ISSO É FALTA DE rola!), que agem com vistas a posicionar a homossexualidade/bissexualidade num lugar marginal, produzido como limítrofe em relação ao moral/normal/aceitável/desejável, uma heterossexualidade “pura”, homogênea e compulsória.

Dessas construções de sentido em curso, emergem categorizações que tomam a homossexualidade feminina/bissexualidade como subalternas, experiências marginais que seriam vivencia-

das por sujeitos desprovidos de condições (a presença do “falo”, como signo do macho, do masculino – objeto de desejo de uma sociedade falocêntrica e patriarcal) para o exercício da sexualidade verdadeiramente satisfatório a uma mulher, segundo tal ideário. Desse modo, tais vivências sexuais não hegemônicas são significadas a partir dos sentidos da “falta”, da incompletude, da deficiência.

De modo análogo ao realizado em (2), abaixo dessa expressão linguística, encontramos uma proposta de continuação para o enunciado anteriormente comentado, apresentada de forma menos saliente no texto, haja vista suas características formais – fonte pequena, em minúsculas, situado em posição inferior ao trecho já referido. Como complemento ao “ISSO É FALTA DE” a autoria do texto acrescenta “*respeito, fazer bullying na escola só porque uma menina é lésbica ou bissexual*” produzindo, novamente, um efeito de quebra de expectativa para o leitor, do ponto de vista cognitivo do processamento da leitura e, uma estratégia textual-discursiva que faz emergir uma voz social que ressignifica tais sentidos violentos. Nesses termos, o modo de constituição do texto analisado tanto intenta produzir um contraponto para práticas preconceituosas que ocorrem cotidianamente, inclusive sob a máscara de comentários dessa natureza na escola, quanto visa a retirar as identidades discursivamente representadas, sob o signo dessa violência, de uma condição vexatória.

Tal enunciado subscrito, em relação com a imagem do casal lésbico/bissexual, apresentado a direita como informação nova, produzem sentidos que apontariam, desde nossa visada interpretativa, para o “efeito” advindo de mudanças sociais e discursivas, tais como as representadas na constituição textual-discursiva da propaganda analisada: o livre exercício da afetividade e da sexualidade livre de opressões e ataques violentos baseados nas normatizações de sexo-gênero impostas por um modelo heteronormativo de vida. Em favor dessa perspectiva

interpretativa, vemos o cenário em plano de fundo no qual os elementos linguísticos estão superpostos: uma imagem de aparência fotográfica que registra um casal não hegemônico, se entreolhando e sorrindo, de mãos dadas, num espaço aberto e aparentemente público.

Como percebemos, a partir de textos presentes em diferentes esferas de circulação, uma vez interpretados como construtos sociopolíticos multissemióticos, é possível desenvolver competências e habilidades específicas do currículo de língua portuguesa na Educação Básica, relativas, sobretudo, à leitura e ao processo de compreensão/interpretação de textos, aliadas ao combate contra discursos e outras formas de ação em conflito com um processo educativo compromissado com a formação de um cidadão crítico, reflexivo e transformador (BRASIL, 2017, p. 314). Desse modo, a implementação de uma educação para o respeito às diferenças de gênero e de sexualidade, calcadas na promoção Direitos Humanos na escola, longe de ser uma ação abstrata e desempenhada apenas em momentos pontuais, extraordinários e extracurriculares (gincanas, palestras campanhas, projetos e afins), deve integrar, de modo articulado, o desenvolvimento das diversas atividades inseridas nos percursos formativos de diferentes disciplinas e anos de estudo. De modo especial, em se tratando de ensino de Língua Portuguesa e Linguagens, em geral, tal engajamento ganha particular conotação ao pensarmos que as relações sociais e, inclusive, as relações promotoras das violências, são semioticamente construídas, discursivamente realizadas, através de inúmeros textos que, inseridos em infindáveis práticas sociais, (re)constróem a realidade social e, em consequência disso, as identidades dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o caminho de reflexão inicial proposto neste capítulo, assinalamos, portanto, que a escola, apesar de produ-

zir e reproduzir padrões de conduta normatizadores, funcionando, assim, como replicadora de atitudes preconceituosas e discriminatórias, esta também pode, mediante o engajamento político de seus mais diversos atores, configurar-se num espaço privilegiado para o desenvolvimento de cidadãos éticos, críticos e conscientes, capazes de atuar no desvelamento e no combate de ideologias e discursos subalternizantes, motivados por diferenças de gênero e sexualidade.

Nesse ponto, ressaltamos como as aulas de língua portuguesa podem/devem ser também espaços de formação ética e sociopolítica, por meio do trabalho com diferentes discursos, em diversos gêneros textuais, mediante suas especificidades composicionais, nas quais operam múltiplas semioses articuladas sob uma gama de mecanismos e processos envolvidos na atividade da produção, sobretudo quando da leitura e interpretação/compreensão dos sentidos. Desse modo, considerando a língua em uso como uma prática social situada (ROJO e BARBOSA, 2015), cada aula de língua portuguesa pode se transformar em espaço afeto à (des)construção de (novos) significados para a vida em sociedade, comprometidos com o enfrentamento da violência LGBTfóbica, dentro e fora da escola.

Longe da presunção de oferecermos às professoras e aos professores, leitores deste capítulo, uma proposta esquemática pronta para aplicação, os exemplos de exercícios de leitura multimodal (interpretação/compreensão) e análise do gênero propaganda a partir das perspectivas da Referenciação e da Multimodalidade, segundo as premissas da Linguística Textual contemporânea, nos permitiram evidenciar o quanto textos que permeiam o nosso dia-a-dia agem no sentido de legitimar o preconceito e a discriminação contra formas de vida significadas em conflito com as normas de sexo-gênero vigentes na sociedade brasileira.

Quando propostas didático-pedagógicas para o ensino de Língua Portuguesa são concebidas em consonância com perspectivas como as aqui adotadas, marcadas de finalidade so-

ciopolítica, além da construção de saberes ligados ao campo específico dos estudos da língua e da linguagem, as situações didáticas podem levar os sujeitos aprendizes a refletirem sobre o que fazem os discursos que o circundam, quais posições sociais produzem, quais ideologias os constituem e, de modo especial, como eles engendram diferentes formas de violência em funcionamento em toda a sociedade e, de modo particular, na escola.

Abordagens dessa natureza, pautadas na promoção da educação em torno de questões de gênero e sexualidade, a partir do currículo específico de Língua Portuguesa, podem contribuir para a ampliação do acesso e da permanência de sujeitos cujas identidades e corpos são marginalizados e vitimados, inclusive no espaço escolar, levando a cabo a função política da escola no que tange ao cumprimento dos princípios educacionais constitucionais que caucionam a educação brasileira, enquanto promotora de uma formação para o respeito aos direitos humanos: a promoção de uma “mudança e a transformação social” fundadas na “dignidade humana, da igualdade de direitos e no reconhecimento e [na] valorização das diferenças e das diversidades” (BRASIL, 2012).

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BELLO, M. C.; LUZZI, J. Gênero e diversidade sexual na escola: da exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do núcleo de gênero diversidade sexual da secretaria de estado da educação do paraná. In: *IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; III ENCONCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA*, 2009, Paraná.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. 3º versão. Brasília, 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Brasília, 2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, 2009.

CAPISTRANO JUNIOR, R. *Referenciação e humor em tiras do Gatão de meia-idade, de Miguel Paiva*. 139f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARVALHO, N. *O texto publicitário na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2014.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: contexto, 2012.

_____. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010.

CAVALCANTE, M. M; CUSTÓDIO FILHO, V; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez editora, 2014.

CAVALCANTE, M. M et al. Dimensões textuais nas perspectivas sociocognitiva e interacional. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 225-261.

DIAS, A. F; CHAVES, G. N.; FÉLIX, J. Desafios da transversalização de gênero nos currículos: uma abordagem nas políticas curriculares de transversalização de gênero. *Revista Espaço do Currículo* (online), v. 8, p. 396-406, 2016.

GARCIA, M. R. V. Homofobia e heterossexismo nas escolas: discussão da produção científica no Brasil e no mundo. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 2009, São Paulo. *Anais*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2009.

JUNQUEIRA, R. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. In: Seminário Corpo,

Gênero e Sexualidade: discutindo práticas educativas, 3, 2007. *Anais*. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, 2007.

MEDEIROS, A. G. da C. L. *O gênero textual propaganda: descrição e uso em sala de aula*. 142f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2008.

MONDADA, L. DUBOIS, D. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODEIGUES, B.; CIULLA, A. (org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

NOGUEIRA, M. C. B. *Ouvindo a voz do (pré)adolescente brasileiro da geração digital sobre o livro didático de inglês desenvolvido no Brasil*. 182f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões de pesquisa. *Textos & Contextos*, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. *Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

TREVISAN, E. M. C. *Coerência e conhecimento prévio: uma exemplificação com o frame carnaval*. Santa Maria: Editora da UFSM, 1992.

Mapa onto-epistêmico- metodológico de um estudo sobre a representação da população LGBT na imprensa brasileira

IRAN FERREIRA DE MELO¹

Não é simplesmente de um conhecimento novo que necessitamos; o que necessitamos é de um novo modo de produção de conhecimento. Não necessitamos de alternativas, necessitamos é de um pensamento alternativo às alternativas. (SOUSA SANTOS, 2009, p. 20)

O trabalho de pesquisa que originou este texto consistiu em analisar a função do discurso na construção de representações sobre um coletivo de pessoas que secularmente está à margem da história oficial, sendo desvalido de elementares direitos sociais e humanos em todo o mundo: *mulheres e homens homossexuais – lésbicas e gays – e bissexuais, bem como pessoas transgêneras – travestis, transexuais –, intersexuais e não-biná-*

¹ Doutor em Letras; Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE; iranmelo@hotmail.com

rias (LGBT). Neste capítulo, relato concisamente os aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos dessa pesquisa, a fim de socializar os dados e traços de tal investigação e possibilitar um espelho para outras pessoas que se interessem por um empreendimento semelhante, o que propicia ampliar o rol de pesquisadores/as em Linguística que buscam novas visadas da realidade que nos cerca.

1 DA DELIMITAÇÃO INICIAL

Numa sociedade marcadamente sexista, falocêntrica e lgbtfóbica como a nossa, o estudo que aqui relato sobre a representação de LGBT pode revelar variadas estratégicas ideológicas que se materializam linguístico-discursivamente em textos jornalísticos – em especial na notícia – para engendrar a construção da imagem (reproduzindo ou transformando o discurso hegemônico) desses atores sociais. Por isso, este trabalho buscou acerramento teórico em modelos críticos de análise social e discursiva que envolvem o exame do texto e de componentes lexicogramaticais para entender o discurso como uma chave que mimetiza a representação de LGBT em escala nacional.

O ciclo de pesquisa se iniciou com a formulação de inquietações que produziram as seguintes perguntas condutoras: 1. Como LGBT são representados/as durante sua atuação na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo no jornal de maior circulação do Brasil, a *Folha de S. Paulo*? 2. Em notícias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, os efeitos de sentido da representação de LGBT ao participarem da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo reforçam ou desconstróem estereótipos culturalmente empedernidos sobre esses atores?

Confrontando essas indagações com o estado de representação do ativismo LGBT na mídia (SIMÕES & FACCHINI, 2008), formulei algumas hipóteses. LGBT são representados/as em notícias da *Folha de S. Paulo* sobre a Parada do Orgulho LGBT de

São Paulo com bastante visibilidade, por meio de fotos, infográficos, discursos reportados e outros recursos linguísticos e multimodais, no entanto suas imagens ainda são apresentadas predominantemente de forma: (1) estigmatizada (sob parâmetros únicos de expressões de gênero – homens com traços de gênero predominantemente feminino e mulheres com traços de gênero majoritariamente masculino), (2) reducionista (generalizados/as apenas como “gays”, desconsiderando a diversidade das outras identidades que denotam a sigla LGBT), (3) estritamente classificada (identificados/as por meio unicamente de suas orientações sexuais e identidades de gênero – por exemplo, *os gays*, *as lésbicas*, *as travestis*, em vez de *pessoas* que são gays, lésbicas e travestis). Além disso, esses atores são referidos como pessoas de condutas passivas, caricatas e promíscuas e como indivíduos constantemente alegres, que participam da Parada de São Paulo principalmente para se divertir.

Para responder às referidas perguntas condutoras e testar essas hipóteses, idealizei essa pesquisa a partir de dois objetivos:

1. Identificar os recursos linguístico-discursivos utilizados em notícias da *Folha de S. Paulo* para representar LGBT em suas práticas de ativismo social na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo de 1997 a 2012;
2. Verificar que efeitos de sentido esses recursos produzem para a construção de valores (emancipatórios ou excludentes) sobre LGBT, considerando a conjuntura política em que esse grupo se encontra e a história pregressa de suas práticas de ativismo social.

Diante disso, enquadrei a proposta de estudo nos modelos da pesquisa qualitativa e documental, cujo delineamento envolve, segundo Denzin & Lincoln (2006), três conjuntos interligados de decisões, relacionadas à *ontologia*, *epistemologia* e *metodologia*. Elas caracterizam o esquema interpretativo da pesquisa, de modo que as considereei produtivas para nos orientar quanto à

abordagem do objeto a partir de “um conjunto de ideias, um esquema (teoria, ontologia) que especifica uma série de questões (epistemologia) [...] em aspectos específicos (metodologia, análise)” (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 32-33). A seguir, apresento essas decisões, no intuito de apontar objetivamente os traços constituintes do empreendimento científico relatado aqui.

2 DECISÕES DE CARÁTER ONTOLÓGICO – CONHECENDO O OBJETO DE ESTUDO

Na pesquisa registrada aqui, as decisões de caráter ontológico referem-se às escolhas sobre os aspectos do mundo que queremos investigar. Selecionei como objeto de estudo a representação de LGBT durante participação nas edições da Parada do Orgulho de São Paulo, ocorridas de 1997 a 2012. Para isso, escolhi, como objeto de análise textual-discursiva, notícias do jornal *Folha de S. Paulo* e, como categorias de análise linguística, constituintes lexicogramaticais funcionalmente produtivos na construção de representações, instanciados por grupos nominais e pelo Sistema de Transitividade.

A representação de atores sociais em ativismo LGBT vem, nos últimos anos, exercendo forte influência na transformação de paradigmas sociopolíticos, a exemplo de significativas mudanças nas legislações que outrora excluía de seus direitos sociais os sujeitos desse pleito. O tipo de ativismo LGBT representado que delimitar foi as paradas de ativismo LGBT (chamadas, em algumas cidades, de paradas do orgulho LGBT e, em outras, de paradas da diversidade sexual). Trata-se de intervenções públicas em forma de passeata que se enquadram no projeto das ações coletivas lúdicas propostas por organizações do ativismo LGBT. Essa modalidade ativista objetiva também dar visibilidade à diversidade cultural dos modos de vida e da sociabilidade LGBT, que, por motivações eminentemente morais e políticas, é silenciada na nossa sociedade. Consequentemente, ela também

reflete a crescente importância do mercado na promoção e difusão de imagens, estilos corporais, hábitos e atitudes associados às várias expressões de LGBT.

Em muitos países do mundo, ocorrem ações do ativismo LGBT através de paradas. Anualmente, no Brasil, acontecem cerca de 140 eventos desse tipo distribuídos em todas as regiões. A edição da cidade de São Paulo (hoje denominada Parada do Orgulho LGBT) tem recebido extrema notoriedade na mídia brasileira, que dedica, na maioria das vezes, primeira página ao assunto, não apenas porque se situa no município mais populoso e de maior concentração de renda do país, mas também porque, dentre todas as paradas LGBT que ocorrem no mundo, atualmente é aquela que congrega o maior número de pessoas. Diante disso, a parada paulistana se mostra como a versão mais representativa para a análise do modo como o ativismo LGBT é apresentado na imprensa brasileira e para a investigação de como seus atores são representados no mesmo domínio.

Nesse sentido, esta pesquisa optou por investigar a ordem de discurso jornalístico no meio de comunicação impresso, reconhecendo seu potencial, diante dessa prática contestatória de LGBT, como difusora de informações e formadora de opinião, capaz de aparelhar os fatos noticiosos e torná-los úteis para a construção da consciência e do ideário popular, produzindo sobre eles imagens mentais de forte influência no comportamento da população em geral.

Foi escolhido como veículo de comunicação, para situar a análise, o jornal impresso *Folha de S. Paulo*, visto que, nas últimas duas décadas, desponta como o periódico diário pago de maior circulação em território nacional. Seus textos são frequentemente agenciados para edições de outros jornais, indicando que possui hercúlea inserção no mercado jornalístico e na visibilidade dos fatos noticiosos pautados pela imprensa no Brasil. Diante disso, para os objetivos da pesquisa, esse jornal se enquadra inequivocamente como um produtivo meio de cir-

culação dos dados analisados, visto que, através de seu grau de circulação na sociedade brasileira, pode mimetizar a realidade de acesso da população ao jornalismo impresso em nosso país e garantir a representatividade do *corpus*.

Como gênero discursivo para análise, delimitei a notícia, que, dentre os textos produzidos na ordem do discurso jornalístico, caracteriza-se como a forma mais comum de socializar as ações coletivas políticas de grupos minoritários. Por isso, importa afirmar que ele figura como a atividade textual-discursiva mais rentável para o exame do objeto social da pesquisa relatada aqui, pois é principalmente através desse gênero que a imprensa materializa, em discurso verbal escrito, a visibilidade de LGBT e suas ações em espaços públicos.

O recorte temporal (diacrônico) para a análise dos dados consiste na delimitação das datas em que as notícias foram publicadas. Optou-se por analisar textos noticiados no dia de realização da Parada – momento em que o jornal apresenta informações sobre o que está planejado para acontecer, tema do ano, horário, local, trajeto etc. – e no dia posterior – circunstância na qual se reporta como aconteceu a mobilização, se o planejado foi realizado, qual foi a receptividade do público, quem participou etc. Essas notícias coletadas foram referentes ao período de 1997 a 2012, constituindo um *corpus* de 29 textos.

A escolha desses dois dias se deu porque, tanto no dia em que ocorre a Parada quanto na data seguinte, os textos da Folha sobre esse evento (e, portanto, sobre a expressão mais visível do ativismo LGBT) têm características distintas das demais notícias acerca da parada paulistana ou sobre outras práticas ativistas LGBT que ocorrem durante o ano, por exemplo: recebem destaque, sendo pautados para capa e ganhando o espaço de uma ou até duas páginas; são mais extensos; adquirem um alto nível de detalhamento e multimodalidade na apresentação dos fatos; e são tipificados em vários gêneros textuais que dividem a mesma página – como reportagens, entrevistas e artigos de

opinião. Sendo assim, podemos conferir a esses dias a maior visibilidade do ativismo LGBT em escala nacional inserida num jornal impresso, sendo percebida até por leitores/as que não conhecem esse tipo de evento.

Conexamente a essas decisões ontológicas e delimitações do objeto, selecionei um instrumental epistemológico que servirá de material teórico-analítico para categorizar, descrever e interpretar os dados. No tópico seguinte, apresentarei esse instrumental, com o objetivo de fornecer as razões de sua escolha no contexto da proposta da pesquisa.

3 DECISÕES DE CARÁTER EPISTEMOLÓGICO – SOBRE FERRAMENTAS TEÓRICAS

As decisões de caráter epistemológico correspondem à mobilização de saberes necessários para gerar novos conhecimentos sobre os componentes ontológicos selecionados na pesquisa. Nesse sentido, articulei um grupo de teorias que possibilitam pensar sobre como ocorre a representação do mundo social e, em especial, dos atores sociais em atividades públicas. Trata-se dos postulados teóricos concebidos pelo paradigma de investigação linguística e social denominado *Análise Crítica do Discurso* (ACD), cujo escopo de estudo ocupa-se, *lato sensu*, dos efeitos ideológicos que sentidos de textos, como instâncias de discurso, podem ter sobre as práticas sociais, isto é, sobre as formas de indivíduos agirem no mundo e interagirem com o mundo, representarem aspectos do mundo e de si mesmos e construir identidades sobre si e sobre outrem. Esse paradigma serve, por isso, como um produtivo recurso para a análise de como os sentidos atuam a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, seja contribuindo para sustentar ou modificar conhecimentos, crenças, atitudes ou valores (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999).

A ACD compreende que a representação por meio da linguagem significa uma forma de práxis sobre a realidade, e não, ape-

nas, um modo de refleti-la. O processo de representação da realidade, segundo essa perspectiva de estudo, é visto como uma atividade que se constrói no próprio processo discursivo (na interação entre os/as usuários/as da língua), ou seja, faz referência à realidade ao mesmo tempo em que a constitui (FAIRCLOUGH, 2003). Assim, para a ACD, o mundo não nos é dado, mas o formulamos num fluxo de nossas interações sociais, que formam, através de práticas discursivas, versões da realidade que se realizam *na* linguagem, e não *a partir* dela. Por conta disso, essa abordagem teórica da Linguística contemporânea funciona como um caro instrumental de investigação do discurso para entender as muitas desigualdades sociais materializadas em práticas de discriminação social, preconceito, abuso de poder e violência simbólica (FAIRCLOUGH & WODAK, 1997; RAMALHO & RESENDE, 2011).

À ACD também interessa o papel do discurso na mudança social e nos modos de organização da sociedade em torno de objetivos emancipatórios, o que a insere num paradigma interpretativo crítico da realidade, pelo qual busca oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso na instauração/manutenção/superação de problemas sociais (TITSCHER et al, 2000; MAGALHÃES, 2010). Isso notadamente caracteriza essa perspectiva como uma perfeita escolha epistemológica para o exame da representação de LGBT em jornais, haja vista serem esses atores, protagonistas de intervenções sociais que tradicionalmente desestabilizam os valores hegemônicos, à custa da histórica repressão que sofrem e da sua exclusão a direitos sociais elementares.

No interior dessa abordagem epistemológica sobre a linguagem, segui o modelo teórico-metodológico do linguista britânico Norman Fairclough (2003), que, no trabalho, orientou a seleção da categoria de análise. Segundo ele, a linguagem se realiza de três maneiras nas práticas sociais, quais sejam, como modo de *agir*, através dos Gêneros discursivos, como modo de

representar, por meio de Discursos particulares, e como modo de *ser*, caracterizando os diferentes Estilos semióticos. Para esta pesquisa, foquei nas propriedades do modo de representar, a fim de perceber o seu potencial na construção de sentido sobre minorias sociais, em especial na produção de efeitos de sentido sobre LGBT e suas ações. Entretanto, em qualquer abordagem da ACD, a utilidade da categoria de análise não é pressuposta, mas guiada pela teoria, pelos objetivos de pesquisa e, sobretudo, pelo recorte textual da realidade ontológica que serve de análise (VAN DIJK, 2005).

A ACD busca ainda investigar de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera, entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, se relacionam a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade. Isto é, ela não descarta a análise textual para a análise social do discurso, mas, ao contrário, busca relacionar propriedades típicas do micronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos comuns ao macronível da sociedade como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação (VAN DIJK, 2008). Por isso, percebemos, a partir da observação do objeto escolhido, que o foco de investigação do significado representacional previsto por Fairclough (2003) precisou, para ter materialidade analítico-textual na pesquisa, recair sobre mecanismos lexicogramaticais que dão corpo à representação.

Desse modo, estabelece-se diálogo com a teoria de outro eminente protagonista da ACD: Theo van Leeuwen (2008), para quem existem inúmeros mecanismos de representação de atores sociais que recebem variadas formas nas gramáticas das línguas. Em seus estudos, van Leeuwen (2008) evidenciou alguns desses mecanismos e constituiu um inventário sociosemântico sobre eles através da análise de distintos grupos nominais. Esse autor divide tais mecanismos entre aqueles que servem para

excluir (suprimir ou encobrir) os sujeitos em situações representadas nos textos e os que funcionam para incluí-los, sendo estes realizados por muitas categorias gramaticais previstas pelas línguas.

Segundo esse linguista, tais mecanismos de exclusão e inclusão discursiva configuram também práticas de exclusão e inclusão social, isto é, funcionam como verdadeiros recursos de linguagem, cujos efeitos de representação promovem acesso, interdição, ativação, passivação, entre outros impactos e, portanto, revelam-se como eficazes estratégias na construção das imagens sociais – especialmente pela mídia – de atores envolvidos nas ações do ativismo LGBT, notadamente nas paradas. No entanto, para a avaliação dos mecanismos da representação do grau de agência de atores, através do olhar sobre recursos linguísticos que indicam ativação e passivação, por exemplo, é preciso ampliar as categorias de análise que van Leeuwen (2008) propõe, uma vez que não há possibilidade de compreender os itens nominais que apontam para a representação de atores ativos ou passivos se não forem analisados outros componentes gramaticais, como o verbo, que instancia a ação na qual se é agente ou objeto do processo. Para isso, o trabalho buscou ainda contemplar a análise do grupo verbal, ou do *Sistema de Transitividade*, como proposto pelos linguistas funcionalistas Michael Halliday & Christian Matthiessen (2004).

Esse sistema reflete, segundo tais pesquisadores, a função representacional que a linguagem possui, revelando-se no nível oracional e sendo formado por três constituintes: *Participantes* (os itens nominais descritos no trabalho de van Leeuwen [2008] e que são geralmente reconhecidos, no modelo teórico canônico formalista por “sujeito” e “complemento do verbo”), *Processos* (verbos e locuções verbais) e *Circunstâncias* (adjuntos adverbiais). A relação entre esses constituintes é capaz de construir possibilidades de representação dos atores e suas ações, de modo a apresentá-los à maneira que o locutor dese-

jar. Isto é, esses recursos de caráter representacional servem como mecanismos que podem ser manobrados nos textos, com o objetivo de construir determinadas imagens em detrimento de outras para quaisquer atores e em quaisquer situações, por isso consistem num instrumental de relevância ao estudo da forma como os grupos historicamente alijados de sua condição social são apresentados em textos de caráter público como as notícias de jornal.

Assim, é definido o enquadre epistemológico diante dessa triangulação teórica formada pelos postulados da (1) *Teoria Social do Discurso* textualmente orientada e proposta por Fairclough (2003), na medida em que avalia a função representacional da linguagem, que – para sistematizar e descrever em termos de categorias textuais – será analisado na interface com a (2) *Teoria da Representação dos Atores Sociais* desenvolvida por van Leeuwen (2008) e com a (3) *Linguística Sistêmico-Funcional* de Halliday & Matthiessen (2004). Tais ferramentas e categorias teóricas para análise foram escolhidas em nosso trabalho porque, elaboradas pelos referidos linguistas, são fruto de um posicionamento crítico e político em prol de todas as minorias sociais, ao oferecerem a oportunidade de elas se expressarem através de pesquisas acadêmicas, problematizando as situações de iniquidade que essas minorias enfrentam e refletindo sobre as condições para que consigam mudá-las (PENNYCOOK, 1998), assim como estão comprometidas com o diálogo entre o debate teórico e “as lutas de movimentos e organizações sociais e políticas, que apostam não apenas na emancipação política, mas, sobretudo, na emancipação humana e social. Vale dizer, comprometidas com a práxis transformadora ou revolucionária das relações sociais” (SOUSA SANTOS, 2009, p. 07).

Em virtude disso, para desenvolver uma adequada articulação entre os elementos ontológicos e os fatores epistemológicos que embasam nossa pesquisa e com a finalidade de operacionalizar a análise de discurso que aqui defendo – como prática

de análise social –, selecionei um meticuloso método de investigação, que inclui desde o levantamento do problema e sua caracterização, passando pela análise linguística *as such* até a reflexão auto-avaliativa da pesquisa. A seguir, apresentarei esse processo metodológico, justificando a pertinência de cada etapa para o modelo de pesquisa adotado.

4 DECISÕES DE CARÁTER METODOLÓGICO – CAMINHOS E OPERAÇÕES SEGUIDOS

O caminho metodológico que segui para ancorar o enquadre epistêmico da ACD à análise do nosso objeto de pesquisa é inspirado no enfoque metodológico para a pesquisa social sobre discurso, proposto por Norman Fairclough (2003). Segundo esse enfoque, num estudo textualmente orientado sobre o discurso como representação – interessado em ter acesso a efeitos ideológicos de textos – é preciso relacionar a microanálise dos elementos linguísticos, típica das investigações na Linguística, à macroanálise das relações de poder por meio de redes de práticas e estruturas, isto é, articular a análise de componentes linguísticos à explanação do contexto social em que esses componentes estão inseridos.

Para isso, Fairclough (2003) elege um percurso de pesquisa que não se coaduna com o objetivo de entender como se realizam os sistemas linguísticos (tradicional posição da Linguística), mas que tem o propósito de compreender como esses sistemas servem ao funcionamento social que engendra práticas de distribuição desigual de poder e, conseqüentemente, exploração, injustiça social e violência. Nesse sentido, esse percurso idealizado por tal autor corresponde a uma abordagem de análise que trata essencialmente de problemas sociais agudos de nosso tempo, isto é, ocupa-se de objetos de estudo que consistem em obstáculos para uma vida social democrática, justa e equânime. No entanto, não o faz analisando suas manifestações

ao modo da Sociologia, Antropologia, História e outras ciências das Humanidades, mas a partir da análise de sua manifestação semiótica (descrição e interpretação de traços linguístico-discursivos e/ou multimodais).

Tal caminho metodológico busca, em cinco momentos, dar conta de estágios ora orientados à análise da conjuntura em que o discurso a ser analisado está incluído, ora à análise do discurso propriamente dito. Somado a isso, não se contenta apenas em fornecer dados explorados sobre a realidade investigada e, ao final da análise, possibilita que o/a pesquisador/a pense sobre possíveis maneiras de superar o problema analisado a partir do que constatou com sua análise, como também que avalie sua trajetória durante a pesquisa, a fim de refletir sobre a eficácia do que executou. Esse caminho metodológico é sumarizado no quadro abaixo, adaptado da proposta original feita por Chouliaraki & Fairclough (1999) e desenvolvida por Fairclough (2003).

Quadro 1 – Estágios metodológicos (adapt. CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p. 60)

1. Selecionar um problema social
2. Identificar os obstáculos para que esse problema seja resolvido, produzindo: <ul style="list-style-type: none"> 2.1 Observação da rede de práticas sociais em que o problema está inserido 2.2 Observação da prática particular em que o problema está inserido 2.3 Análise da ordem do discurso da rede de práticas em que o problema está inserido 2.4 Análise linguística da prática particular em que o problema está inserido, executando: <ul style="list-style-type: none"> 2.4.1 Descrição de dados linguísticos e (con)textuais 2.4.2 Interpretação dos efeitos de sentido dos dados linguísticos na rede de práticas em que o problema está inserido
3. Identificar maneiras possíveis para superar os obstáculos causados pelo problema
4. Refletir criticamente sobre a pesquisa

Para a etapa 1, considereei como problema social as atividades de representação do ativismo LGBT. Minha escolha foi sensibilizada pelos alarmantes dados históricos de discriminação e preconceito que esse segmento populacional sofre. Após a seleção do problema, a etapa 2 aborda seu diagnóstico ao questionar quais são os obstáculos para que ele seja resolvido. Esse diagnóstico aponta inicialmente para a identificação da rede de práticas sociais em que se insere o problema (2.1). Para desenvolver essa etapa, precisei sair um pouco do foco de estudo sobre a linguagem em si e usei fontes acadêmicas e não-acadêmicas (como PARKER, 2002; ARAÚJO, 2009; ABGLT, 2012), com o intuito de entender o contexto social em que se encontra o problema. Fiz um levantamento dos aspectos históricos, culturais e sociais do modo de vida de LGBT, da maneira como esses sujeitos foram tratados no decorrer da história das civilizações ocidentais e da forma como reagiram à opressão a que foram submetidos.

Após esse levantamento, os passos seguintes consideram a maneira pela qual o problema relaciona-se com uma prática particular específica da rede de práticas (2.2), bem como investigam as características de uma ordem de discurso dessa prática particular (2.3). Desse modo, abordei, respectivamente para cada uma dessas etapas: o jornalismo impresso como uma prática específica na qual podemos analisar o problema e o gênero discursivo notícia no jornal *Folha de S. Paulo* como a ordem do discurso que selecionei desse tipo de jornalismo. Para tanto, caracterizei os traços estruturais do discurso jornalístico, e especificamente da notícia, a fim de entender como eles auxiliam no processo de representação discursiva de LGBT.

Nessas etapas, usei como passaporte teórico algumas reflexões epistemológicas de estudos da Comunicação em geral e dos estudos de Teun van Dijk (1996a, 1996b) sobre notícias jornalísticas em particular. Além disso, pesquisei um pouco a história da imprensa paulista, com foco na *Folha de S. Paulo*,

para ter subsídios de caráter sociopolítico na compreensão da conjuntura histórica desse jornal como fonte geradora da construção do seu discurso e conseqüentemente da ideologia que esse periódico busca perpetuar por meio do jornalismo que produz. Assim, pude descrever a forma como esse jornal vem configurando as notícias sobre LGBT ao observar determinadas variáveis de publicação, tais como: os anos e as datas em que o jornal publicou notícias sobre a Parada, o caderno escolhido pelo jornal para reportar o evento, a estrutura genérica das notícias, entre outras.

O último estágio desse diagnóstico compreende a análise linguística (2.4) por meio do exame de categorias analíticas como os traços de composição textual que englobam os vários itens lexicais presentes em grupos nominais que são capazes de representar os atores sociais envolvidos no ativismo LGBT (VAN LEEUWEN, 2008), assim como o sistema de transitividade, conforme Halliday & Matthiessen (2004). Para a execução dessa etapa, identifiquei tais categorias através de dois momentos adaptados da proposta de Fairclough (2003): a descrição (2.4.1) e a interpretação (2.4.2). O primeiro corresponde à atividade de caráter classificatório que permite identificar, contabilizar e categorizar itens linguísticos a partir de uma teoria-base sobre eles. O segundo consiste num exercício de atribuição de sentido aos resultados constatados na descrição, tomando por base os dados da conjuntura do objeto de estudo, verificados na etapa 2.1, e as características da ordem do discurso mapeada nas etapas 2.2 e 2.3. Nisso consiste a chave metodológica de análise social por meio do discurso proposta no arcabouço de Norman Fairclough (2003), cuja realização assenta no diálogo entre o estudo de traços estritamente linguísticos (aqueles revelados pela descrição), isto é, do texto/discurso, e o exame de constituintes da prática social (rede de práticas e ordem do discurso) em que esses traços se realizam. Essa etapa compõe a análise da representação dos atores, núcleo de toda a pesquisa.

Neste estudo, operei com a descrição dos dados como parte de um trabalho associado à contextualização histórica dos momentos em que foram publicadas cada notícia e à análise de visibilidade que já citei. No processo de descrição linguística em si; identifiquei os atores incluídos e excluídos nas notícias; classifiquei os mecanismos de inclusão e exclusão; verifiquei (sob um cálculo estatístico mínimo) as ocorrências desses mecanismos; descrevi as ocorrências da transitividade; classifiquei os processos e participantes utilizados em orações com e sem a participação de LGBT; calculei o percentual de frequência de cada tipo de processo e participante relativo a LGBT e a outros atores. Já a atividade de interpretação dividi nos seguintes momentos: (1) interpretação dos mecanismos nominais evidenciados para representar LGBT e outros atores, através do qual teci comentários sobre as implicações de sentido que as categorias gramaticais nominais da prática discursiva de representação particular da Folha possuem sobre a conjuntura do movimento LGBT e (2) interpretação dos enunciados transitivos evidenciados para representar LGBT e outros atores, por meio também de comentários acerca do impacto dos papéis dos atores em enunciados transitivos das notícias da Folha sobre a conjuntura do movimento LGBT.

O estágio 3 é dedicado a uma discussão sobre os resultados das fases antecedentes. Para isso, essa etapa ocorreu no final da pesquisa, onde são estabelecidos diálogos com teorias acerca da condição do ativismo social no Brasil e no mundo (SIMÕES & FACCHINI, 2008), do lugar que a imprensa ocupa nesse contexto (VAN DIJK, 1996b) e do papel do/a linguista para o fortalecimento de questões que capacitam todos/as na luta contra a discriminação e a exclusão social, assim como para a contribuição com recursos de ordem simbólica que os indivíduos podem lançar mão para resolver e superar seus problemas (RAJAGOPALAN, 2004). Por fim, o último estágio (4) é um momento no qual a análise se torna reflexiva, questionando, por exemplo,

sua eficácia como apreciação crítica: avaliando se ela contribui ou pode contribuir para a emancipação social e se ela se ajusta a práticas acadêmicas, que, nos dias atuais, estão fortemente ligadas ao mercado. Neste estudo, esse trecho corresponde ao momento em que discuti a validade social da pesquisa e analisei o alcance de reflexividade que ela pode oferecer àqueles/as que tiverem contato com os resultados que constatei a partir da análise.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Um estudo crítico da linguagem precisa, ao refletir a dupla face essencial na construção do conhecimento acadêmico – a verticalidade do aprofundamento do saber e a horizontalidade do diálogo que esse saber abrange – transformando tal conhecimento num bem simbólico acessível à população e voltado à emancipação social. Não se trata de produzir doxas ou inculcar normas que conduzam as pessoas a uma única forma de perceber e atuar sobre a realidade em que vivem, mas, a partir da promoção da análise de uma prática semiótica, a exemplo de alguma que envolve um problema social histórico (como a representação de LGBT na imprensa), possibilitar que pesquisas críticas sobre a linguagem possam servir de instrumentos para ajudar a população a desenvolver a reflexividade ideal sobre o potencial da linguagem no processo de empoderamento de questões ligadas à ideologia, ao preconceito e à dominação de que essa mesma população é vítima. Os resultados dessas pesquisas podem funcionar como ferramentas no trabalho que seus/as produtores/as empreendem em nome da emancipação social, possibilitando a visibilidade, o acesso e a inclusão de “grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados etc., favorecendo sua organização e participação ativa em movimentos da sociedade civil [com] ações afirmativas [que visem à] superação do racismo, da discriminação de gênero, da discriminação cultural e religiosa, assim como das desigualdades sociais” (CANDAU, 2010, p. 767).

Nesse sentido, espero que a pesquisa aqui relatada tenha cumprido o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as potencialidades do discurso, das práticas de contestação de LGBT e dos estudos sobre discurso para a compreensão dessas práticas, assim como desejo que ela tenha permitido alargar a percepção sobre as possibilidades de representação de LGBT em suas atividades reivindicatórias, entendendo estas, conforme a defesa aqui, como uma legítima fatia das questões de pauta para o desenvolvimento democrático na sociedade brasileira. Com esse intuito, almejo que o mapa onto-epistêmico-metodológico que descrevi possa ser apropriado tanto por pares acadêmicos (educadores/as, pesquisadores/as em geral) quanto pela sociedade civil organizada (movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos humanos) e ainda por qualquer pessoa que atue no sentido de promover ações de reflexão crítica sobre a condição de LGBT na cultura brasileira, bem como forneça contribuições dirigidas aos grupos de militância LGBT, ao trabalho pedagógico e ao exercício da cidadania em geral.

Espero ter desenvolvido um quadro global da realidade de LGBT no Brasil de hoje, a fim de que sirva de base para a avaliação de atividades no campo da promoção da diversidade de implementação de ações que contribuam para a diminuição das violações de direitos dessa parcela da população. No entanto, o discurso que apresentei aqui não aspirou ser completo e definitivo, por isso, se esta pesquisa servir apenas para provocar o aumento do debate público sobre o processo de marginalização de LGBT legitimada pela linguagem no Brasil, ela terá cumprido muito de seu objetivo e, sem dúvida, terá dado um passo importante para o reconhecimento da assunção e afirmação das identidades de LGBT, avançando na edificação de discursos que façam reverberar a necessidade de direitos humanos efetivamente universalizados.

REFERÊNCIAS

ABGLT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. *Carta de Princípios da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis*. 1995. Disponível em <<http://www.abgl.org.br/port/cartaprinc.php>>. Acesso em: 17 out. 2012.

ARAÚJO, J. P. *Guia dos direitos sociais*. A igualdade social e as diferenças entre a esquerda e os neoliberais. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

CANDAU, V. M. F. As diferenças fazem diferença? Cotidiano Escolar, Interculturalidade e Educação em Direitos Humanos. In: *XV ENDIPE – Encontro Nacional de didática e Prática de Ensino*, 2010, Belo Horizonte. Coleção Didática e Prática de Ensino. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 756-771.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. *A disciplina e a pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

_____.; WODAK, R. Critical discourse analysis. In: VAN DIJK, T. A. (Org.) *Discourse Studies*. A Multidisciplinary introduction. v. 2. Londres: Sage, 1997. p. 258-284.

HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, M. I. M. C. *An introduction to functional grammar*. Londres: Edward Arnold, 2004.

MAGALHÃES, I. Análise de discurso crítica: questões e perspectivas para a América Latina, In: RESENDE, V.; PEREIRA, F. H. *Práticas socioculturais e discurso*. Debates transdisciplinares. (Orgs.) LabCom Books, 2010. p. 09-28

RAMALHO, V.; RESENDE, V. *Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011. (Coleção Linguagem e Sociedade. v. 1)

PARKER, R. *Abaixo do Equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PENNYCOOK, A. A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Questões e perspectivas. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica*. Linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2004.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris*. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SOUSA SANTOS, B. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2009.

TITSCHER, S. et al. *Methods of Text and Discourse Analysis*. Londres: Sage, 2000.

VAN DIJK, T. A. Discourse, power and access. In: CALDAS-COULTHARD, C.; COULTHARD, M. (Orgs.) *Texts and Practices: readings in critical discourse analysis*. London; New York: Routledge, 1996a. p. 84-104.

_____. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1996b.

_____. Multidisciplinary CDA: a plea for diversity. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.) *Methods of critical discourse analysis*. 2 ed. Londres: Sage, 2005, p. 95-120.

_____. *Discurso e poder*. Tradução Judith Hoffnagel. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, T. Representing social actors. In: _____. *Discourse and practice. New tools for Critical Discourse Analysis*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. p. 23-54.

Linguística Queer: na luta discursiva, como/sobre prática de resignificação

ISMAR INÁCIO DOS SANTOS FILHO¹*

A estratégia de resignificar [...] pode se mostrar interessante e produtiva e vem sendo utilizada pelos movimentos sociais [...] Práticas de resignificação podem se constituir, efetivamente, como uma estratégia para lidar com os discursos de ódio ou com as nomeações que discriminam e insultam [...]. Todavia, não se pode garantir, antecipadamente, o efeito de uma paródia ou de qualquer outra estratégia de resignificação. Essas práticas envolvem riscos. Elas carregam um potencial subversivo que eventualmente pode se realizar, ou não. A linguagem é sempre instável. Talvez, possamos fazer essa instabilidade jogar a nosso favor.

Louro (2016)

¹ Doutor em Letras-Linguística – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – Curso de Letras-Campus do Sertão; ismarinacio@yahoo.com.br.

LUTA DISCURSIVA NA GUERRA DAS IDENTIDADES

Nessa fala que abre minha reflexão, Guacira Lopes Louro (2016), em seu texto “Discursos de ódio”, argumenta que, frente às práticas linguístico-discursivas de preconceito e discriminação, discursos de ódio, uma estratégia viável é a prática de ressignificação, sendo produtiva porque se constitui (pode se constituir) como subversiva. Mobilizo essa ideia para cá, pois me parece importante para pensarmos sobre o contexto atual em que temos vivenciado uma forte tensão no que se refere às identidades sexuais e de gênero, no sentido de compreendermos “que diálogos podemos estabelecer com aqueles que não nos escutam?” (SANTOS FILHO, 2017b, p. 255), em referência “aqueles que têm verdades prontas e acabadas e que, por isso, não escutam o outro, já que seus sentidos sobre o mundo já estão fechados; apenas rejeitam, agridem” (SANTOS FILHO, 2017b, p. 245). Assim, partindo das ideias da pesquisadora mencionada, a ressignificação é a prática possível, porque é uma possibilidade de desestabilizar, de fazer ver/pensar diferente, entendendo, no entanto, que a linguagem é instável, podendo a subversão não se concretizar tal como proposta.

Nessas considerações, quais práticas de linguagem de ressignificação têm sido propostas de modo a recontextualizar as noções de gênero e sexualidade fundadas no senso comum dominante, aquele de bases biologizantes, ontológicas? E quanto à ressignificação da noção de língua ainda fortemente presente no senso comum? Que práticas de pesquisa em linguagem podem ser reconhecidas como estratégias de ressignificação dos estudos linguísticos, no tocante a relação língua e identidade sociais? Para pensarmos a respeito, é importante compreendermos que ainda é muito forte a percepção de que há modos verdadeiros de ser homem e de ser mulher, e de vivenciar a sexualidade, ou melhor, a heterossexualidade – jeitos de ser vistos como garantidos pela morfofisiologia dos corpos. É uma verdade pronta! Para quem está pautado nesse sentido fechado de

que ser homem e ser mulher é uma condição de “nascença” dos sujeitos, na qual a heterossexualidade é garantida, é essência, cada órgão humano tem uma função pré-definida, não podendo, portanto, a boca, a vagina, o pênis e o ânus, por exemplo, terem suas funções projetadas – compreendidas como naturais, originais – alteradas, nem ao menos num mínimo detalhe, compreensão aqui possível a partir da sustentação de Preciado (2011), quando discute sobre as multidões *queer*, e de Butler (2010), ao problematizar a diferença sexual como constructo discursivo de um projeto regulador dos corpos. É possível acreditar que nessa cultura cisheteronormativa, que é também machista, o ânus masculino é tido como sagrado, não podendo ser tocado, para que o macho não incorra na abjeção.

Desse modo, pênis não pode tocar pênis, vagina não toca vagina, ânus não é órgão sexual, principalmente se for o masculino etc. Nesse pensamento, o corpo que tem um pênis, por exemplo, não pode ser cirúrgica e tecnologicamente mudado ou não pode usar uma calcinha, pois, se assim o fizer, se torna abjeto, não humano, matável. Nesses parâmetros está a “lógica” do assassinato da travesti Dandara dos Santos, de 42 anos, em Fortaleza, nesse ano de 2017 (bem como de diversas agressões e mortes de homossexuais, travestis e homens e mulheres trans no Brasil), que teve requintes de crueldade, pois a espancaram com pedaços de madeira, socos e pontapés. Nesse crime, um dos agressores, ao jogá-la em um carrinho de mão, que a transportaria para a morte, percebe que ela usava calcinha, peça íntima destinada às mulheres nessa cultura, destinada à proteção da vagina, não do pênis. Por isso, ele a agride também verbalmente, enunciando: “E a mundiça tá de calcinha e tudo!”.

A partir das lentes dos estudos *queer*, com Butler, Preciado e Louro, entendemos que a fala do agressor é também uma tentativa de agredir e justificar a agressão a Dandara, que, para ele, faz uma reconfiguração de seu corpo, de sua vida, de sua existência, práticas de resignificação de órgãos e corpo não aceitas

pelos parâmetros de inteligibilidade de gênero, sexo, sexualidade. Assim, em sua enunciação, marca o espanto pelo fato de que, além de travesti, condição que já não seria aceita, ainda está de calcinha e *tudo*, fato a mais para sua condição de travesti, na recontextualização de seu corpo, de seus órgãos sexuais. Desse modo, esse discurso repete, para sustentar, a “sexopolítica”, política que regula os órgãos sexuais, as práticas sexuais e os códigos de masculinidades e feminilidades, conforme explica Preciado (2011), de modo a denominar quais vidas são normais e quais vidas são anormais, desviantes. A vida de Dandaré é tomada como anormal, desviante; sem valor, portanto.

Ao nomear Dandara de “mundiça”, coloca-a no lugar da imoralidade, do deplorável, do nojo, reconhecendo a travesti nesse lugar, visando também que ela aceite esse reconhecimento, que provavelmente justifica para esses agressores o seu assassinato, por sua vida ferir os códigos da masculinidade hegemônica, e também da feminilidade. Com isso, queremos que se compreenda que enunciações como essa são estratégias de manutenção e controle sobre a vida, sobre os corpos, vigilância que perpassa pelo fluxo de textos e seus projetos políticos de representação, visando “uma vida bem comportada” em sexo, gênero e sexualidade, assumindo um caráter de refluxo conservador, de modo a questionar, negar, apagar a existência dos sujeitos *queer*, aqueles que não estão interessados em se enquadrar nos parâmetros de inteligibilidade, ressignificando, por isso, seus corpos, buscando ter vida viável, reconhecível, tais como homens sem pênis, mulheres com pênis, por exemplo, e homens heterossexuais que se permitem abalar as condições do inteligível, bem como homossexuais, lésbicas e bissexuais.

É a denominada “multidão *queer*”, que assume a enunciação de si, não apenas em guetos, mas *urbi et orbi*, fazendo “uma utilização máxima dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviantes” (PRECIADO, 2011, p. 15). Está, então, instituída a luta discursiva frente ao sexo e às identidades de gênero e sexualidade. De um lado, os conservadores, homofóbicos, e do

outro a multidão *queer* – uma suposta minoria que agora fala de si, de sua vida, de suas experiências, de suas necessidades, não se preocupando com o encaixamento a que a sociedade cisheteronormativa a quer colocar – e aqueles e aquelas que os acolhem.

Nesse meandro, interessa-me, na proposta desse livro, compreender a Linguística Queer (LQ) como prática de ressignificação nos estudos linguísticos, e refletir a respeito de um aspecto, qual seja, a abertura de gênero discursivo à insurgência, através do qual se torna possível a prática linguístico-discursiva de ressignificação, de modo a subverter saberes fundados na compreensão biologizante da vida, subvertendo da mesma maneira conhecimentos linguísticos. A esse respeito, no minicurso “Contemporaneidade e gêneros discursivos ‘abertos’ a insurgências: por uma noção de letramento *queer*”, em 2015, no “I Seminário sobre ensino e linguagens – gêneros discursivos e os multiletramentos no cotidiano da prática escolar” (UFAL-Campus do Sertão), evento do PIBID-Letras, afirmei que, em contraponto ao gênero projeto de lei, que é um gênero discursivo que tem servido para sustentar os sentidos válidos para o que se denomina “família tradicional”, “diversos outros gêneros discursivos, tais como *capa de revista* e *filmes comerciais*, por exemplo, têm construído (outros) sentidos válidos sobre aqueles sujeitos considerados ‘estranhos’ e ‘esquisitos’, os *queers* [...]” (SANTOS FILHO, 2015d), sendo passíveis de serem compreendidos, portanto, como práticas de ressignificação, já vêm se reconfigurado em temática e provavelmente na própria função social. Estaria nesses gêneros de discurso uma estratégia de ressignificação que está jogando a nosso favor, como diz Louro (2016), justamente na instabilidade da língua(gem)?

Mas, se, a esse respeito, o filme comercial do desodorante “Old Spice”, em 2015, com acesso em <<https://www.youtube.com/watch?v=t8MxQR1bVYc>>, visa sustentar em seu projeto de categorização do homem a noção de homem dentro dos parâmetros reguladores da “sexopolítica”, ao nomear esse de “homem ho-

mem”, aquele que “tem partículas de cabra macho”, sustentando nessa enunciação a noção oposta de “homem não-homem”, sujeito não válido, ao contrário, o filme comercial da Natura, em 2014, no *link* <<https://www.youtube.com/watch?v=-w5VH7SnCDk>>, em comemoração ao dia das mães, em seu projeto discursivo amplia a compreensão do que é ser mãe, incluindo dentre essas a “mãemãe”, denominada de “dois colos de mãe numa família só”, em referência a um casal de lésbicas e seus filhos, estratégia que potencialmente sustenta/valida outra sexualidade para as mulheres, bem como outra ideia de família, também ao afirmar no *slogan* que “os formatos mudam. O amor não!”, em referência aos frascos dos perfumes, mas do mesmo modo em relação aos diferentes tipos de mãe e de família, mesmo que acerca desses últimos não o faça explicitamente. Como ler/analisar, então, essas enunciações? Que aporte teórico em estudos linguísticos nos dá subsídios para sua compreensão?

Essa reflexão, então, visa problematizar a prática linguístico-discursiva de resignificação a partir da ideia de que existem gêneros discursivos que estão se abrindo à insurgência, tal como o último filme comercial mencionado, trazendo os *queers* para suas cenas, tomando essas enunciações como “objeto complexo” (SIGNORINI, 1998), por ter sua constituição na interface linguagem, gênero e sex(o)ualidade. Nesse estranhamento, visamos pensar/sugerir quais as possíveis contribuições da LQ, enquanto um arcabouço teórico-metodológico de construção de conhecimentos como prática subversiva nos estudos em linguagem, à leitura/análise da interface linguagem, gênero e sexualidade.

1. LINGUÍSTICA QUEER – RESSIGNIFICANDO OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS?

Inicialmente, para pontuar esse campo do saber, prefiro dizer que, como já afirmei em Santos Filho (2015a), a Linguística *queer* é uma postura, teórico-metodológica, epistemológica em si, que

se propõe subversiva, cínica, no sentido de uma queerização dos estudos em língua e linguagem. Mas, o que significa queerizar os estudos em linguística? Certamente, essa não é uma resposta rápida e tão prática. No entanto, é possível tecermos considerações que corrobore a uma compreensão. Logo, argumento, a partir das ideias de Louro (2007), quando discute sobre “estranhamento *queer*”, que fazer LQ é provocar estranhamentos nos estudos em linguagem, no sentido de não se acomodar com o posto, de desconstruir, no sentido de problematizar, inconformando-se, criticando a normalização, pensando além, sobre língua, linguagem, discursos, em perspectiva de oposição e de contestação, desaprendendo, reaprendendo, visando criar inteligibilidades sobre a vida nessa cultura que nega o outro, o considerado diferente, a partir das regras eurocêntricas, heteronormativas. Como argumenta Louro (2007, p. 05), nesse entendimento, “talvez seja produtivo desconfiar do estabelecido, do pensamento muito bem arranjado e absolutamente coerente, talvez se deva suspeitar das coisas e dos sujeitos demasiadamente respeitáveis e intocáveis. Talvez, se deva estranhar, sempre”. Por essa dimensão, os arcabouços teórico-metodológicos de bases modernistas, dentro da lógica gramatical e estrutural, devem ser estranhados, criticados, sempre; as verdades sobre o que é ser homem e o que é ser mulher também.

Dessa maneira, a LQ problematiza a língua(gem), reconhecendo que essa não está destituída da vida, dos sujeitos, aspecto que a leva a questionar também noções de sujeitos e de identidades, no tocante a sexo, gênero e sexualidade, entendendo que as práticas discursivas devem ser percebidas como “objeto complexo”, tal como propõe Signorini (1998), em referência a um objeto híbrido, por sua condição de interfaces, por ser feito de margens, de zonas limítrofes, de bifurcações, de clivagens, que se torna um objeto de reflexão situado, visto em sua rede de conexões. Assim, a língua não pode ser purificada, arrancada da prática discursiva para ser apenas vista como estrutura, como sistema de formas. Sendo assim, ao assistir, ler/analisar, o filme comercial da Nova

Schin, de 2011, no link <<https://www.youtube.com/watch?v=X-Q6d1p9gma0>>, não focalizaríamos apenas nos arranjos morfológicos gramaticais, mas na prática discursiva e sua constituição histórica, cultural, política e ideológica em diálogo com questões identitárias de gênero e de sexualidade, sendo essa enunciação entendida como partícipe da luta discursiva atual frente aos modos de ser homem e ser mulher.

No referido filme comercial, a cena se passa em um bar, onde um grupo de amigos, jovens homens, traz um questionamento acerca da preferência entre “joguinho” ou “jogão”, ao se referir ao “jogo” a que se assiste, entre “carrinho” ou “carrão”, ao entrar numa concessionária e pedir um “carro”, entre “mulherzinha” ou “mulherão”, na escolha de suas parceiras, entre “cervejinha” ou “cervejão”, em referência à nomeação da cerveja Nova Schin, que na narrativa está sendo pedida ao garçom, ficando evidente, portanto, que estão colocando em questão a opção pelos morfemas gramaticais de “grau” “-inh(o)/-inh(a)” ou “-ão”, na construção das palavras, para a qual a opção é pelo “-ão”, no sentido de gerar efeito de grandeza para a marca de cerveja apresentada, em detrimento do efeito de inferioridade sustentado pelo uso do “-inh-”. No final da cena, chega uma mulher jovem, loira, bonita, que beija e abraça um dos rapazes, sendo apresentada por ele aos amigos, no seguinte diálogo:

(1)

- *Oi, amor!*

- *Pessoal, essa aqui é a Carlinha...*

(Suspense na mesa)

- *Inha?* (com semblante surpreso, espantado, indaga Pregão, um dos amigos, aquele que foi questionado sobre sua escolha pelo morfema “-inh-”, em “cervejinha”, no início da cena)

- *Exceção!* (responda o rapaz)

- *Exceçãoããã* (outro rapaz concorda, saindo em defesa do amigo, sendo seguido pelos demais)

(Eles e ela riem e brindam)

O que seria, portanto, a queerização dos estudos em linguagem ao se tomar essa cena discursiva como objeto de reflexão? Por que essa cena seria construída como *corpus* de um estudo em LQ? Para pensar a respeito, inicialmente, há a necessidade de compreender a língua(gem) para além da perspectiva genérica, abstrata, única, para qual o foco recairia no residual, no aspecto do sistema em si e por si. Nessa visagem, alguns questionamentos precisam ser feitos, não somente simplesmente buscar compreender se teríamos aí escolhas e substituições morfológicas que estão em processos de flexão ou em processos de derivação, conceitos dos estudos morfológicos gramaticais em perspectiva da morfologia filosófica. Eis que surge a necessidade do estranhamento: O que significa o suspense devido ao nome da jovem ser “Carlinha”, no contexto da discussão? Que sentidos são apresentados ao se questionar a opção linguístico-enunciativa “-inha”? Que problema haveria se fosse “Carlão”, ou mesmo “Carlona”, o nome da garota? O que se aventou quando se cogitou a escolha de “Carlão” como o nome da namorada do amigo? Por que rapazes e moça riem ao aceitarem que nesse caso o uso do morfema gramatical de “grau” “-inh-” é uma exceção? Existem sentidos propostos que estão imbricados com questões de identidade de gênero e sexual? Há no suspense uma rejeição, homofobia, à possibilidade de “Carlão”, se a escolha morfológica do grupo se mantivesse, pois, essa mulher seria uma travesti, uma mulher trans- ou uma mulher masculinizada? Estaria essa cena discursiva participando da luta sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na cultura cisheteronormativa, repetindo a sexopolítica?

Tais questionamentos podem soar como uma estratégia de ressignificação no modo de fazer pesquisa em linguística, justamente pelo caráter indisciplinar. No entanto, nesse agenciamento de saberes, “sujeito” não pode ser pensado simplesmente pela compreensão de “pessoa humana”, genérico e (quase) abstrato, sobre quem interessaria identificar características,

como argumenta Faraco (2001), tais como sexo/gênero, observando “repercussões dessas características sobre sua pronúncia, sua sintaxe e seu léxico. Esses estudos dão, de fato, atenção aos elementos linguísticos em variação e não propriamente ao falante” (FARACO, 2001, p. 03), tal como na Sociolinguística Variacionista, que tem como grande objeto a relação língua e sociedade, para a qual, entretanto, gênero, em grande medida, é compreendido como sexo, como um dado morfológico. Desse modo, o foco recai sobre a descrição de um suposto “sexoeto”, usos linguísticos imaginados como específicos para cada materialidade sexual.

É possível que essa sociolinguística seja uma “sociolinguística do sistema”, conforme podemos apreender em Rampton (2006). Logo, afastando-se dessa lógica, a LQ compreende-se como uma “sociolinguística sociocultural”, noção entendida em Bucholtz (2001) e Bucholtz e Hall (2005), que, no contexto dos movimentos e estudos *queer*, foi compreendida como um campo a ser construído para abordar a intersecção linguagem, gênero e sexualidade, tal como expõe Finegan (1997), no prefácio do livro “Queerly Phrased – language, gender and sexuality”, de Livia e Hall (1997), obra de estudos sociolinguísticos que dá vida a esse arcabouço teórico-metodológico de caráter interdisciplinar/indisciplinar/transversal, no qual a identidade é performativa, abandonando a ideia de que a língua(gem) é expressão do lugar do falante. Essa área cínica, subversiva, nasceu como contraposição a estudos sociolinguísticos que não consideravam questões de sexualidade ou orientação sexual e que, ao abordarem gênero, tomavam-no como não problemático, ligado ao sexo do falante. Essa linguística *queer* tem em sua base a ideia de que

[...] a nossa língua nos permite “performatizar/realizar” os nossos lugares de gênero e sexuais no mundo; a maneira como usamos as palavras nos permite revelar/es-

conder quem somos, enquanto nos posicionamos para nos render ou resistir às forças externas que tentam definir quem e como devemos ser (MCBETH, 2000, p. 983).

Se em seu nascimento, nos anos de 1990, a proposta tendeu a analisar usos linguísticos de sujeitos *queer*, a exemplo de itens lexicais de identidades sexuais alternativas, ou estratégias discursivas como características de fala gay ou lésbica e ou usos do sistema linguístico de sujeitos *queer*, sexualmente ambíguos, trans, no sentido de manipulação de gênero, no entanto, a LQ, vinte anos depois, pode ser também, de modo geral, compreendida como problematização das normas de inteligibilidade e suas subversões que ganham vida no discurso na cultura heteronormativa. Logo, tal como argumenta Mostchenbacher (2010), a LQ não é uma linguística gay ou lésbica, visto que não tem como foco promover os interesses de gays ou lésbicas, pois se assim fosse teria sua relevância restrita. Dessa maneira, a LQ “é um estudo em língua(gem) no qual seu objeto é a relação entre sujeito, linguagem, significado e identidade, em nossa cultura heteronormativa, relação que precisa ser estranhada e problematizada (SANTOS FILHO, 2015c, p. 16).

Nessa compreensão, abordagens como aquelas pontuadas inicialmente se aproximam de estudos de caráter etnográfico, como é possível compreendermos em Borba (2011) e Borba e Ostermann (2008), que refletem acerca do sistema gramatical de gênero usado por travestis para a marcação de possibilidades identitárias. Já as abordagens que vêm sendo discutidas por mim (SANTOS FILHO, 2012; 2015a; 2015b; 2015c) se aproximam de estudos de caráter enunciativo-discursivo, “de modo a dialogarmos com a demanda de tradução cultural nos discursos” (SANTOS FILHO, 2015b, p. 20). Assim, nesse lugar teórico,

[...] meu interesse é [...] interpretar *projetos de representação* de homens e ou mulheres (e suas sexuali-

dades), sejam a partir do mote de comportamentos novos, possibilitados pelas novas mídias digitais, ou das *propostas de categorização* que se efetivam em diversos gêneros discursivos na mídia de modo geral ou em outros espaços discursivos [...] (itálicos no original) (SANTOS FILHO, 2017a, p. 35).

De caráter subversivo, devido justamente partir de pressupostos outros referentes à noção de sujeito e de identidade, como constructo performativo, e de compreender que a língua não é expressão de uma essência dos sujeitos, rejeitando, portanto, o estudo de um suposto “sexoleto”, a LQ, em interação com a multidão *queer*, é uma proposta de estudos em linguagem que permite refletir sobre a construção discursiva de sujeitos válidos e sujeitos inválidos, de modo a fazer refletir acerca da vida em sociedade em tempos de intolerância aos dissidentes de gênero e de sexualidade inteligíveis, seja interpretando textos que visam controlar os corpos, seja analisando textos que se propõem à recontextualização das vidas, dos sujeitos, sendo, assim, insurgentes, trazendo esses e essas para a cena acadêmica, dando-lhes voz, reconhecibilidade. Quais os principais fundamentos linguísticos e das noções de gênero e sexualidade da LQ? De que maneira esses nos ajudam a ler/analisar filmes comerciais como práticas insurgentes?

1.1 Estudos *queer*: questões de gênero e sexualidade e fundamentos linguísticos

A LQ nasceu em diálogo com o ato performativo insurgente *queer*, nos movimentos sociais e nos estudos acadêmicos, frente ao momento histórico adverso à multidão *queer*, que era vista como a causa e a consequência da AIDS, conforme explica Butler (2002), tendo, assim, suas vidas não reconhecidas como válidas. Os *queers* insurgem, questionando como poderia

alguém viver uma vida não reconhecida e como poderia um determinado tipo de amor não ter existência, gestando, desse modo, resistência a uma cultura pautada na heteronormatividade, na sexopolítica, conseguindo recontextualizar os sentidos para o termo “*queer*”, da semântica da degradação, o “viado”, a “bicha”, a “sapata” – os deploráveis – a uma série de novas ressignificações positivas, tornando-se o estranho que não deseja ser integrado nem tolerado (LOURO, 2008). Essa resistência, como críticas às normas sociais, se configura também nos estudos gays, lésbicos, feministas.

Com essa atitude *queer*, apreendemos com Butler (2002) que os significados podem dar giros, gerando mudanças por reapropriações como oportunidades discursivas, nas quais os expulsos, considerados abjetos, pleiteiam a reinvidicação de si através do modo contrário do discurso que os repudiava. Contudo, como já disse Louro (2016), na epígrafe que abre esse capítulo, Butler (2002) alerta que não é possível uma ressignificação radical, no sentido de que gere uma renovação por completo, visto que as palavras, expressões e dizeres não superam sua história constitutiva. Essa postura *queer* interroga as relações excludentes das normas de inteligibilidade da cultura heteronormativa, assumindo, desse modo, perspectiva crítica.

Nesse sentido, sendo o *queer* um jeito de ser e de pensar que desafia as normas reguladoras da sociedade, os estudos *queer*, como movimento político-acadêmico, tendo Michel Foucault e Judith Butler, mas não só, como filósofos e ativistas que lhe dão sustentação, assumiram, então, a irreverência e a disposição antinormalizadoras, de acordo com Louro (2008), passando a não reconhecer mais “sexo”, “sexualidade” e “gênero” como sendo da esfera do biológico, afastando-se, assim, da compreensão do senso comum dominante que acredita que esses aspectos da vida nos são dados pela “nascença”, tal como já discuti na primeira parte desse capítulo. Assumem, portanto, uma postura epistemológica pós-estruturalista, revisando a noção de sujeito,

e se pautando numa perspectiva desconstrucionista, a partir das quais visa compreender como as pessoas se formam o que são e não buscando explicar como as pessoas são. Nesse emaranhado de questões, é de fundamental relevância a noção de performatividade, proposta por Judith Butler, para a qual as enunciações não possuem um estatuto descritivo, mas prescritivo.

Com essa noção de performatividade, proposta em Bulter (2002; 2003; 2010), amplamente já discutida por Louro (2013), Pinto (2013), Santos Filho (2015a; 2015b; 2015c), consideramos que a materialidade sexual, a sexualidade e o gênero são mediados pelas práticas discursivas, atos enunciativos de fala, que podem estar filiados à sexopolítica ou podem subvertê-la, resignificando-a, tornando-se dela dissidentes. Ou seja, compreendemos que os corpos, os sujeitos, não são substantivos, isto é, não são portadores de atributos essenciais, que estariam grudados à morfofisiologia: sexo, gênero e sexualidade não são “de nascença”, mas constructos discursivos de projetos reguladores, ou subversivos. Por essa dimensão, a vida é animada pela linguagem, que passa a ter caráter de prescrição, visto que as enunciações interpelam os sujeitos, os “eus” e os “outros” do discurso, “convidando”-os a aceitarem (ou rejeitarem) a vida (sexo, sexualidade e gênero) ali enunciada, performatizada.

Ou seja, textos, em seus diversos gêneros discursivos, são compreendidos como *projetos de categorização* da vida (sexo, sexualidade e gênero), nos quais o que se diz é um modo de ver/pensar aquilo sobre o que se fala, não sendo, assim, uma descrição de um aspecto do mundo, no sentido de que a linguagem representaria, mostraria, esse mundo anteriormente dado. Logo, a língua(gem) não é constatativa, descritiva ou representacional. Ao contrário, filmes comerciais como os citados, da Natura e da Nova Schin, iniciam um processo de tessitura sobre os sujeitos ali “categorizados”. E de onde vem a força para que um projeto de representação obtenha êxito? E como ganharia êxito um projeto de categorização que se configura como estratégia de resignificação?

Para pensarmos acerca da força que possibilita que um ato de fala tenha êxito, precisamos compreender, com Butler (2002; 2010), que um ato enunciativo de fala não é um ato linguístico em si, não é apenas a materialidade linguística, ou semiótica, de modo geral, de um texto. Ao contrário, um projeto discursivo-performativo é antes de tudo uma cena discursiva, de dimensão macro e microssocial, na qual sujeitos interagem, construindo-se e construindo seus corpos e suas vidas, situados na cultura, de modo a mantê-la ou subvertê-la. Essa cena discursiva que constitui o ato de fala é uma cena de interpelação, pois visa provocar identificação dos interlocutores aos sentidos propostos, de modo que as experiências discursivas sejam incorporadas. Mas, por que é possível interpelar? Para Butler (2002; 2010), a interpelação é possível porque cada ato de fala, cada texto, participa de uma cadeia de citações, fazendo, assim, reiterações de sentidos anteriormente considerados válidos, ou estabelecendo críticas a esses. Partindo das ideias de Butler (2002; 2010), Santos Filho (2015c) esclarece que o ato performativo tem força

[...] quando as citações têm poder vinculante, isto é, quando têm a capacidade de “passar a valer”, capacidade de não meramente orientar, mas de produzir um efeito “obrigatório”, no entendimento de que devem ser acompanhadas, devem ser seguidas [...] (SANTOS FILHO, 2015c, p. 19).

No tocante a um projeto discursivo subversivo, talvez a estratégia seja a desidentificação com a matriz discursiva dominante, de desamor com os *queers*, por exemplo, reapropriando-se dos sentidos, recontextualizando-os, de modo a produzir reconhecibilidade para vidas antes consideradas abjetas, interrogando, desse modo, o poder vinculante da heteronormatividade. De que modo um gênero discursivo pode ser insurgente?

2. SOBRE FILMES COMERCIAIS COMO PRÁTICAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVA INSURGENTES

Partindo da compreensão dialógica (saberes linguístico-enunciativos agenciados a partir de Brait (2016)), se entendemos que gênero do discurso é uma condição combinatória entre a materialidade semiótica e sua singularidade, no sentido de que pertence a uma dada situação, a um contexto e a uma cadeia histórico-discursiva – um tipo relativamente estável de enunciado, situado – quais são essas condições do filme comercial? Por que é possível dizer que esse gênero discursivo está se configurando como insurgente, isto é, como prática de ressignificação?

Inicialmente, a partir da compreensão empírica, podemos afirmar que o filme comercial, ou como é mais conhecido, “comercial de TV”, é uma campanha publicitária que objetiva divulgar uma marca, um produto ou um serviço, mas não só, pois, visa publicizar/vender ideologias, modos de pensar/ver o mundo. É um gênero discursivo que tem sua divulgação em massa, sendo de longo alcance geográfico, tendo audiovisual de impacto, já que congrega imagem em movimento, som e efeitos especiais. É de alto custo, mas produz impactos e resultados imediatos. Podemos também argumentar que esse gênero discursivo é produzido por uma agência publicitária, mas com a assinatura ideológica de uma empresa. Normalmente seu tempo de duração é de 30” (trinta segundos), podendo se alongar até 1’30” (um minuto e trinta segundos). Entretanto, sendo também divulgado na internet, pode ter sua duração estendida.

Da compreensão de Guareschi, Romazini e Grassi (2008), entendemos que esse é um gênero midiático, no sentido de que propõe uma “mídiação da sociedade”, uma “mídiação da cultura”, pois, além dos objetivos já elencados, propõe a construção da realidade, visto que, conforme esclarece, “algo passa a existir ou deixa de existir em termos sociológicos, se é ou não veiculado”

(GUARESCHI, ROMAZINI e GRASSI, 2008, p. 568) sendo condição da enunciação. Assim, dá conotação valorativa aos produtos comercializados e aos modos de ser “representados”, influenciando condutas e motivações. Seguindo as ideias desses pesquisadores, podemos ainda afirmar que esse gênero discursivo pode pautar a agenda, pautar as conversas, pois pode instituir o que será visto, ouvido e falado, no sentido do que diz e do que silencia, principalmente os veiculados na TV aberta. Se essas enunciações antes eram praticamente unilaterais, quando apenas exibidas na TV, hoje, em tempo de internet, *Youtube* e redes sociais, o público se faz presente instantaneamente, repercutindo sobre a campanha, tendo sobre ela impacto imediato, como já dissemos, a exemplo das reações de internautas ao filme comercial da Natura (2014), já comentado nessa discussão, que, no Canal da empresa no *Youtube*, assim falaram: “É um absurdo querer transformar a união de duas LÉSBICAS em família. Não é MãeMãe; e sim, BIZZARRÃO”, negando como válidos sentidos e sujeitos ali propostos, e “Amo esse comercial, sou mãedrastra. :)”, identificando-se com o modo de ser mãe ali retratado. Partindo desse dado, e se tomarmos a compreensão de Fischer (2002), sobre os modos de educar na e pela TV, argumentamos que o filme comercial é um “dispositivo pedagógico”, visto que produz significações e sujeitos, pois ensina modos de existir, funcionando como estratégia possível de interpelação. É uma enunciação performativa.

As reflexões de Rojo e Barbosa (2015), de base dialógica também, ajudam-nos a melhor compreender que possibilidades há nos gêneros do discurso para a resignificação, de modo a compreendermos a prática de resignificação no filme comercial. Para essas pesquisadoras, um gênero discursivo é uma maneira de agir no mundo, uma percepção de valores e de “representação” do mundo, constituindo-se como um modo particular de ver o mundo, tal como discutido no parágrafo anterior. Sendo assim, os gêneros discursivos possuem determinados padrões, determinadas regularidades, em estrutura composicional, em

conteúdo temático e em estilo linguístico-discursivo, a partir das quais esboça um aspecto valorativo, sendo essa questão ética o determinante para a enunciação. Todavia, entendemos que as regularidades podem ser outras, visto que, bem como argumentam Rojo e Barbosa (2015), essas não são estáticas, mudam, pois não estão fora da história e, por isso, sofrem coerções. A língua(gem) é instável.

Sendo a língua(gem) instável, muda, a partir das coerções que sofrem. Como funcionam essas forças de coerção? Certamente as forças coercitivas sobre a língua(gem) vêm do curso da história e das percepções ético-valorativas em dados contextos culturais, sociais, políticos e ideológicos. Partindo do primeiro comentário anteriormente citado, a respeito do filme comercial da Natura, o interlocutor nos dá indícios de que a temática, sentidos propostos e sujeitos retratados, diferentes formatos de mãe e dentre esses a “mãemãe”, um casal de lésbicas, reconhecido como família, não faz parte da regularidade do conteúdo temático desse gênero discursivo. Com certeza, o internauta assim se posiciona porque a norma ética nesse gênero discursivo era a do apagamento dos sujeitos *queers*, mas não só, da mesma maneira a da manutenção da mulher como objeto, por exemplo, a suposta minoria em uma sociedade eurocêntrica.

Por outro lado, temos a certeza de que a postura assumida pela Natura, a de inserir os *queers* nos filmes comerciais, não é apenas dela, mas de diversas outras empresas. Em matéria publicada pela BBC Brasil-São Paulo, assinada por Barifouse e Costas (2015), podemos compreender as coerções que impulsionam as empresas a essa postura insurgente, nesse contexto histórico de negação de direitos a homossexuais, lésbicas, travestis, trans. Segundos os jornalistas, esse é um caminho considerado válido nessa esfera de comunicação, a esfera publicitária, buscando em seus diversos gêneros dar visibilidades inéditas aos LGBTTTQ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, trans e *queers*), devido, justamente, à ressonância atual sobre as mais diferentes

formas de ser, de amar, de desejos e taras sexuais. Nesse momento histórico, em que os *queers* tomam a enunciação e tornam-se um público de grande poder aquisitivo, as empresas se veem “obrigadas” a alinharem-se a esse tempo, pois são cobradas a se posicionarem, a assumirem uma postura ética frente à questão. Há também o aumento da audiência e o engajamento e ganho de espaço. Todavia, esses não parecerem ser os únicos motivos para essa inserção da temática polêmica das identidades sexuais e de gênero, no gênero discursivo em questão.

De acordo com os jornalistas antes citados, esse é um fenômeno novo, visto que esses filmes comerciais, por exemplo, não são produzidos para um público segmentado, mas, diferentemente, para o público geral, mesmo existindo forças coercitivas que se pautam na sexopolítica e na cultura heteronormativa e machista, questionando a moralidade dessas peças publicitárias e afirmando que abordar essa temática é ensinar a homossexualidade a crianças e jovens, bem como é destruir a família, referindo-se à família monogâmica heterossexual. É uma adaptação aos novos tempos, conforme afirma Vieira (2017), ao se referir à tendência na publicidade de não mais retratar a mulher como mulher-objeto.

2.1 Temática insurgente – estratégias enunciativo-discursivas

Estamos afirmando que alguns filmes comerciais estão ressignificando-se, tornando o gênero discursivo insurgente, porque estão abordando temáticas que transgridem sua norma ética, hábitos e valores, e de sua esfera comunicativa. São enunciações que, além de publicizarem a marca, o produto e ou o serviço, “vendem” ideologias que não seguem a sexopolítica, a cultura heteronormativa. Assim, para compreender melhor essa questão, faz-se importante entendermos, a partir das estratégias de enunciação, como e se os temas abordados se configuram como transviados, no sentido de saber como a cena interpelativa inse-

re os *queers*, que retratação, nomeação e predicação faz desses, e que discursos são citados como válidos para configurar a desidentificação com a cultura de negação e a identificação, acolhimento, com a multidão *queer* e seus modos de ser e de viver.

Para a interpretação aqui construída, que tem somente o intuito de ilustração de uma leitura *queer*, por isso não densa, devido também ao espaço da discussão, devemos lembrar que olhamos para os enunciados como atos performativos, aspecto que nos leva a não os considerar como representações de sujeitos, no sentido de constatação, de referência, o que também exige que consideremos que sexo, gênero e sexualidade não são substantivos, mas performativos, obrigando-nos a considerar a interface linguagem, gênero e sexualidade e não somente a língua, ou os demais sistemas semióticos. Para essa reflexão, interpretamos 03 (três) filmes comerciais, quais sejam, (1) “Dia dos Namorados O Boticário”, de 2015, (2) “BB Cream Color Trend e a Democracia da Pele”, de 2016, e (3) “Natura Homem”, de 2017, todos de empresas de cosméticos, considerando que esses são práticas de ressignificação do gênero discursivo, aos menos em sua temática. Tal consideração se dá porque acreditamos que são transgressores sim, mas não só por isso, entretanto, porque também interlocutores desses filmes comerciais assim o consideraram, a exemplo desses comentários, daqueles que os rejeitaram:

(2)

Estão querendo criar uma cultura gay no Brasil, isto implica em um serio problema, nossas crianças! São elas o principal alvo e todo mundo sabe disso [...] se elas veem homem namorando outro homem ou mulher com mulher, com esta educação sexual que estamos passando as criança é a seguinte mensagem, eu posso namorar com homem ou mulher pq isto é normal e aceito como decente e moral. Em defesa das nossas crianças e do futuro de nossas famílias eu digo não a este

tipo de educação [...] Cada um é livre para ser e fazer o que bem entender com sua vida, mas fazer disso norma e padrão para todos, já é piada, é o fim.

(3)

jesus tem de misericórdia.

(4)

Quanto vitimismo !!! “Todas as maneiras de ser homem”!!!!??
Antes, homem era um ser humano do sexo masculino e heterossexual. Hoje, deturparam o termo para ser qualquer coisa.
Vão enganar outro ☹☹☹

Instituímos com esses comentários um ponto da cena discursiva dessas enunciações. Na sequência, fazemos a descrição e a interpretação dessas, agenciando as *estratégias discursivas* utilizadas, interpretando-as. O filme comercial do Boticário (1), de 31 segundos, que pode ser acessado no link <<https://www.youtube.com/watch?v=p4b8BMnolDI>>, teve como mote discursivo o dia dos namorados. Nesse, a estratégia enunciativo-discursiva que salta aos olhos se dá no recurso imagético, a de “retratação de pessoas”, entendida por van Leeuwen (2008) como a “representação” visual de atores sociais, a “inscrição” de pessoas em imagens. Em sua narrativa, o comercial pode ser compreendido como dividido em duas etapas. Na primeira, traz para a cena homens e mulheres em rotinas comuns no dia a dia, tais como ir a uma loja, fazer compras, preparar comida, ter preocupação com a aparência, frente a um espelho, tomar um táxi, ir a um restaurante e visitar ou receber o namorado ou a namorada em casa, todas essas subentendidas como preparação para o encontro com o(a) namorado(a). Na outra parte, sendo nossa cultura heteronormativa, machista, e da sexopolítica, ocorre, então, uma quebra na expectativa, visto que são inseridos na cena, além de dois casais heterossexuais, um casal de homossexuais e um casal de lésbicas. Está aí a insurgência?

E no comercial da Avon (2), que retratação de pessoas é proposta? Para pensarmos a respeito, é oportuno que avancemos mais compreendendo o comercial (1), refletindo sobre que modos de ser homens e mulheres são incluídos em cena e que ações realizam, além das já mencionadas, bem como que atributos possuem, culturais ou físicos, tal como orienta van Leeuwen (2008) para refletirmos sobre “depict people”. A esse respeito, a estratégia foi a de mostrar homens brancos, jovens e de mais idade, e mulheres jovens e de mais idade, também brancas, bem vestidos e dentro do padrão da masculinidade e da feminilidade hegemônicas, pois não há nos corpos e nas ações indícios de homens efeminados ou de mulheres masculinizadas, não havendo quebra do gênero inteligível, aquele “bem-comportado”. E a sexualidade, como é construída? Para todos os casais, a sexualidade é apenas indicada, pelo próprio tema do comercial, pois estão em namoro, e pela felicidade que é compartilhada através do sorriso e do abraço apertado que é dado por cada casal, ficando a homossexualidade e a lesbianidade, também a heterossexualidade, sugeridas.

Se nesse comercial comentado (1), as pessoas inscritas são “bem-comportadas”, em gênero e sexualidade, no da Avon (2), no link <https://www.youtube.com/results?search_query=Avon+todes>, a estratégia enunciativa é oposta, pois estão em cena diversos sujeitos, em um ambiente de luzes, sob sombras nos segundos iniciais, mas que rapidamente aparecem sob holofotes coloridos. Esses homens e essas mulheres fogem do padrão de corpo escultural e das “caixas” de gênero e sexualidade, pois saem da “escuridão” um homem branco gordo, de barba, com trejeitos femininos, Lininker, cantor@, negr@, que se reconhece como agênero, de batom e barba, duas mulheres, uma delas mais magra e outra mais gorda, sendo certamente uma delas travesti, e ao final dois homens, um efeminado e outro não, e uma pessoa com características andrógenas, feições ditas masculinas e femininas. Elas e eles dançam, sensualizam,

fazem caras e bocas, dão close, “causam”, ao som de “Come on, baby!”, refrão que se repete ao longo dos 34 segundos do filme. Os “diferentes”, aqueles que foram apagados do comercial (1), são nesse outro incluídos. Se há insurgência no filme (1), nesse (2), há mais ousadia na transgressão.

No filme comercial (3), no link <<https://www.youtube.com/watch?v=W5SAmO6ZzF8>> a retratação de pessoas certamente é de segundo plano, pois a estratégia discursiva que mais se evidencia é a utilização de um poema, falado e sobre as imagens transcrito, no qual há uma narrativa, um diálogo:

(5)

- a) Homem não chora/ Apanhou?/ Bate de volta/ Sensível?/ Afetivo?/ Coisa de mulherzinha
- b) Você não vai me constranger/ Me restringir/ Me reprimir/ Me reduzir/ Me amarrar/ Me metralhar
- c) Você não vai amordaçar meu coração/ Minha emoção/ Minha expressão
- d) Sou homem/ Sou pele/ Sou nervos/ Sentimento/ Paixão/ Compaixão/ Ação/ Respiração/ Amor/ Mais amor/ Concluidor/ Cérebro minha flexibilidade/ Verdade/ Sinceridade/ Hétero/ Homo/ Trans/ Amanhãs/ Atitude/ Completude/ Guerreiro/ Inteiro
- e) Ser homem é muito maior do que ser macho.

A cena a) é construída com a imagem de um garoto triste, em um quadro em preto e branco, numa parede escura, fotografia que vai se aproximando até o close, ajudando a construir a narrativa de que se trata de um período passado, no qual a voz do poema é aquela ouvida, a daquele que repete um modo de ser homem, dentro da cultura heteronormativa e machista, para a qual o homem é um sujeito forte, nunca sensível – a quimera discursiva da masculinidade hegemônica. A transição se dá para a cena b) através da imagem, em ângulo aberto, de um rapaz sentado, encarando sem medo o telespectador, em um ambiente

escolar, no qual as carteiras estão amontoadas umas sobre as outras, gerando o efeito de que é uma escola desativada. Seria ele o garoto da fotografia, aquele sensível que certamente foi humilhado? A imagem é fechada em close, em seu rosto, sendo sua voz imbricada à do comercial, na qual alguém, certamente o menino da imagem da cena anterior, que, de volta ao ambiente escolar, ganha voz, já rapaz, afirmando que não aceita mais as ações que contra ele eram feitas, as de constranger, restringir, reprimir, reduzir, amarrar e metralhar, amordaçar as emoções e expressões, provavelmente pelo fato de ser sensível. Ao fundo, em novas imagens, há uma carteira escolar queimando, provocando o efeito metafórico da queima do passado, do *bullying* e da homofobia, já que esses agora são enfrentados.

Na cena c), o “eu” que fala no poema, nessa parte, afirma-se homem, apresentando suas características, quais sejam, ter pele, nervos, sentimento, paixão, compaixão, ação, respiração, amor, sendo conciliador, tendo como imagens de fundo diversos modos de ser homem, quase sempre em close, de partes do corpo ou do rosto. Na cena d), há a repetição desse outro modo de ser homem, que não é apenas nervos, ação, pois tem flexibilidade, seja hétero, homo ou trans, no sentido de que esse é o futuro das masculinidades. A cena e) finaliza com o argumento de que “ser homem é muito mais do que ser macho”, que resume a narrativa e marca o propósito da campanha para o dia dos pais.

Na interpretação, interessa-nos refletir acerca da capacidade de insurgência das estratégias enunciativo-discursivas dos filmes comerciais, entendendo, para isso, que sentidos e sujeitos foram performatizados, se aqueles vistos como abjetos na cultura heteronormativa, o que levaria o gênero discursivo em questão à insurgência, à resignificação, tornando-se rebelde, de postura *queer*, crítica, cínica. Para isso, é de fundamental importância compreender quais “citações” foram agenciadas, repetidas, tomadas como sentidos “obrigatórios” para a recontextualização, vistas como relevantes para provocar a desiden-

tificação com a cultura heteronormativa e a identificação com o *script* cultural *queer*. Assim, é necessário retomarmos que, para Butler (2002), ressignificar é reapropriar-se, em sentido de uma oportunidade discursiva, jogando com a instabilidade da linguagem a seu favor, instituindo o seu contrário, sendo preciso questionar as relações excludentes, de modo a provocar identificação com as vidas antes vistas como abjetas, precárias.

No filme (1), a princípio somos levados a pensar que não há abalos nas normas de inteligibilidade, no entanto, ao repensarmos um pouco, acreditamos que se o comercial foi polêmico, ao ponto de sua retirada de exibição ter sido solicitada ao órgão responsável, é porque mesmo não tendo sido retratados os sujeitos *queer*, e sim os “bem-comportados” em gênero e sexualidade, o abraço entre dois homens marcados como namorados e o abraço entre duas mulheres namoradas já é, em nossa cultura, o suficiente para produzir fissuras na heteronormatividade, visto que nesse *script* cultural, os homens não podem se tocar, por exemplo, como em um caso recente, ocorrido no interior de São Paulo, no qual pai e filho que andavam abraçados foram espancados por terem sido confundidos com um casal homossexual.

O abraço entre pessoas do mesmo sexo, o namoro, não pode ser pensado, muito menos visto. Talvez, por isso, o comercial tenha posicionado esses casais no ambiente privado, casa, e não público, como restaurante e praça. Entretanto, o filme comercial faz ver na narrativa o que não poderia ser visto, afrontando, mesmo que minimamente, a sexopolítica. Uma citação importante é a de que esses casais são formados por pessoas comuns, o que faz alusão a uma estratégia de reapropriação usada pelos *queer* lá nos anos de 1990, ao dizerem “Nós somos sua família”. Logo, esse projeto enunciativo-performativo logra êxito para muitas pessoas, cumprindo sua crítica. Teve 3.826.586 visualizações, tendo 386.474 *likes* e 194.466 *deslikes* até a escrita desse texto. A venda do produto se dá quando ao final há o convite “No dia dos namorados, entregue-se às sete tentações de Egeu, de o Boticário”.

Diferentemente, o filme (2) escancara os sujeitos abjetos, fazendo a recontextualização de suas vidas, agora reconhecidas e válidas; na narrativa, são retirados do lugar da precariedade. Diz, a partir da antítese, escuro/sombra vs. luzes, e de modo metafórico, que esses, que foram ao longo da história colocados à margem, estão saindo da escuridão para a luz, vivendo suas vidas sem a preocupação de estarem no “centro”, na suposta normalidade; são “anormais” e isso os engrandece, não os envergonha. Não é uma estratégia calma. Ao contrário, é de confronto, tal como ocorreu no bar *StoneWall In*, em 1969, no qual as lésbicas e gays regiram à polícia, reivindicando reconhecimento enquanto vidas válidas. O enfretamento se dá também numa das cenas finais em que a propaganda afirma que o produto, o creme base, para a pele, é “para todes”, subvertendo o uso linguístico do pronome indefinido “todos/todas”, apresentando uma variação desse uso, na qual o fonema /e/ funciona como um morfema gramatical de gênero, visto assumir no paradigma o mesmo lugar de “-o” ou “-a”. Logo, a palavra “todes” pode ser compreendida como posicionando todos os gêneros e todas as sexualidades, sendo nesse morfema marcada a ambiguidade, seja em afastamento dos gêneros binários ou em um mix desses. É sim uma atitude de ressignificação *queer*, que foi vista 989.689 vezes, recebendo 1.601 *likes* e 226 *deslikes*, até 13 de julho de 2017.

No filme (3), há a citação da luta discursiva entre aqueles que têm uma verdade pronta sobre os modos de ser homem e os que vêm ressignificando a masculinidade, compreendendo-a como “masculinidades”, no plural. A narrativa pontua a tristeza provocada pela não aceitação, pelo desprezo, pelo preconceito, aos modos de ser homem que fogem da heteronormatividade. Há, certamente, um apelo à sensibilidade, para que se compreenda que o *bullying* e a violência produzem sofrimentos. Todavia, não se lamenta por isso, pois deixa as marcas de que é na tomada de voz e na reivindicação que é possível que

os diferentes jeitos de ser homem podem se constituir como sujeitos válidos, sejam heterossexuais, homossexuais ou trans, marcando também a reconfiguração do corpo, da materialidade sexual, ao citar o homem trans. Possivelmente a postura crítica, cínica, tenha seu auge com a conclusão do poema, ao dizer “ser homem é muito maior do que ser macho”, desfazendo a crença de que existiria apenas um modo de ser homem, o ser macho, podendo essa enunciação se tornar uma “frase sem texto” (MAINGUENEAU, 2014), um enunciado destacado, devido ao seu argumento, podendo, assim, ser útil no desalinhamento da masculinidade, no singular. O perfume é vendido com o *slogan* “Natura Homem celebra todas as maneiras de ser homem”. Em menos de um mês de publicação, o filme obteve 33.462 visualizações, tendo 952 *likes* e 219 *deslikes*.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: SOBRE PRÁTICAS DE RESSIGNIFICAÇÃO, NA PESQUISA E NOS DISCURSOS COTIDIANOS

A discussão desenvolvida nesse texto tenta atender à proposta dessa coleção, qual seja, a de pensar em como os estudos em língua(gem) podem dialogar com a vida social, de modo a possibilitar compreensões dos meandros de problemas sociais nossos, enfrentados no dia a dia, no cotidiano, e, da mesma maneira, lançar outros olhares para o próprio fazer pesquisa nessa área, de modo que os estudos em linguagem permitam uma leitura de mundo com maior enfrentamento. Assim, apresentamos a prática de resignificação como uma estratégia viável e necessária, entendida como um potencial subversivo, frente às práticas linguístico-discursivas de discriminação e preconceito envolvendo sexo e as identidades sexuais e de gênero. A respeito dessas, compreendemos que o potencial subversivo está na capacidade de, na instabilidade da linguagem, provocar desestabilização, fazer ver e pensar diferente, entendendo, porém, que sempre o potencial subversivo pode não se realizar, visto

que um ato enunciativo-performativo nunca é apenas linguístico, mas uma cena discursiva e interpelativa, situado em contexto social, cultural, ideológico e histórico.

Nessa empreitada, frente à violência sofrida por muitos homens e mulheres devido as suas experiências e vivências de sexualidade e gênero consideradas dissidentes, em nossa cultura cisheteronormativa, objetivamos fazer saber/compreender que essa violência, tal como o assassinato de Dandara, é física, mas também simbólica, propostas no fluxo de textos que se propõem projetos linguístico-político de categorização de sentidos e sujeitos válidos, configurando-se, assim, como uma guerra discursiva. Ou seja, em nosso dia a dia, há textos que se propõem a repetir, para manter, a sexopolítica, de modo a negar vidas que são consideradas matáveis, como a de uma travesti, e outros que felizmente estão fazendo o contrário, contrapondo-se às verdades prontas sobre modos de ser homem e modos de ser mulher, de modo a criticar o *script* cultural da heteronormatividade, tal como muitos filmes comerciais lançados nos últimos anos.

Em relação a esse gênero discursivo, entendemos que está se ressignificando, pois tem abordado temáticas que fogem a suas normas éticas, e, alinhando-se a esse tempo de uma multidão *queer*, construído narrativas que colocam em cena os considerados “anormais”, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, trans, aqueles que ao longo da história têm sido apagados, pois eram/são considerados não-humanos. Seja de modo mais ousado ou de maneira mais sutil, nas estratégias usadas, essa prática se configura como subversiva, pois problematiza os sentidos únicos sobre ser homem e ser mulher, escancarando aos telespectadores da TV aberta, ou mesmo fechada, e na internet, que uma vida como a de Dandara é uma vida válida, e que dois homens podem se constituir como um casal, bem como um homem pode usar barba, batom e unhas pintadas, sem que isso o coloque em precariedade. Ao trazer @s viad@s para a tela, o

filme comercial transgride sua temática, transgredindo também sua função social, visando provocar desidentificação com o discurso de violência e novas identificações ao universo colorido da vida em sociedade.

A compreensão dessa luta discursiva e das recontextualizações no gênero discurso mencionado são importantes também porque nos levam a compreender que as práticas de discursos integram a vida social, levando-nos a não mais observar a língua de modo residual, fora de sua teia constitutiva. Com isso, a LQ é apontada como uma prática de ressignificação dentro dos estudos linguísticos, visando justamente compreender a relação língua(gem), gênero e sex(o)ualidade, através do afastamento de um olhar específico para a estrutura linguística, tampouco apenas entender a língua como expressão do lugar do falante, visto de modo genérico, sobre o qual interessaria apenas a variação de seus usos linguísticos. Nesse lugar teórico, entendemos que homens e mulheres em suas diversas sexualidades têm suas vidas animadas pela linguagem, compreendida em seu caráter performativo. LQ é uma linguística que, criticando a cultura cisheteronormativa, “abala”, “fecha” e “faz carão”, no sentido de queerização nos estudos linguísticos, preocupada com a vida.

REFERÊNCIAS

BARIFOUSE, R.; COSTA, R. *Empresas apostam em comerciais com gays para ‘modernizar imagem’*. Disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150610_publicidade_lgbt_brasil_rb>. Acesso em 10 de julho de 2017.

BORBA, R. *“A Beatriz foi preso!”: a construção da travestidade através do sistema gramatical de gênero entre travestis gaúchas*. 2011. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/R/Rodrigo_Borba_16.pdf>. Acesso em outubro de 2011.

_____. OSTERMANN, A. C. Gênero ilimitado: a construção discursiva da identidade travesti através da manipulação do sistema de gênero gramatical. *Estudos Feministas*. Florianópolis. vol.16, nº 2, p. 409-432, maio-agosto/2008.

BRAIT, B. O texto nas reflexões de Bakhtin e do Círculo. In. BATISTA, R. de O. (Org.). *O texto e seus contextos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2016. p. 13-30.

BUCHOLTZ, M. Reflexivity and Critique in Discourse Analysis. *Critique of Anthropology*. vol, 21, nº 2, p. 165-183, 2001.

_____.; HALL, K. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*. Vol. 7, nº 4-5, p. 585-614, 2005.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In. LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado – pedagogia da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 151-172.

_____. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.

_____. Acerca del término “queer”. In. _____. *Cuerpos que importam – sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002. p. 313-339.

FARACO, C. A. Pesquisa aplicada em linguagem: alguns desafios para o novo milênio. *Delta*, 17: Especial, p. 01-09, 2001.

FINEGAN, E. Prefácio. In. LÍVIA, A.; HALL, K. (Orgs.) *Queerly Phrased: language, gender and sexuality*. New York: Oxford University Press, 1997.

FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, vol. 28, nº 1, p. 151-162, jan./jun., 2002.

GUARESCHI, P. A.; ROMANZINI, L. P.; GRASSI, L. B.. A “mercadoria” informação: um estudo sobre comerciais de TV e rádio. *Paidéia*, nº 18 (41), p. 567-580, 2008.

LIVIA, A.; HALL, K. *Queerly Phrased: language, gender and sexuality*. New York: Oxford University Press, 1997.

LOURO, G. L. Discursos de ódio. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M. (Org.). *Discurso, discursos e contra-discursos latino-americanos sobre a diversidade sexual e de gênero*. Rio Grande, Rio Grande do Sul: Ed-FURG, 2016. p. 271-282.

_____. Uma sequência de atos. *Revista Cult – Especial Queer*, p. 12-15, nº 185, novembro de 2013.

_____. *Um corpo estranho* – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. O “estranhamento queer”. *Estudos feministas*, p. 01-06, jan.-jun./2007. Disponível em < <https://www.labrys.net.br/labrys11/libre/guacira.htm> >. Acesso em maio de 2015.

MAINGUENEAU, D. *Frases sem texto*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MCBETH, M. Queerly Phrased: language, gender and sexuality. *Journal of Advanced Composition* (JAC), vol. 20, nº 4, p. 983-984, 2000.

MOTSCHENBACHER, H. *Language, gender and sexual identity; post-structuralist perspectives*. Filadélfia-USA: John Benjanmins B. V., 2010.

PINTO, J. P. O percurso do performativo. *Revista Cult*. São Paulo, p. 35-36, 01 de novembro de 2013.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 19 (1), 312, p. 11-20, jan.-abr./2011.

RAMPTON, B. Continuidade e mudança nas visões de sociedade em linguística aplicada. In. MOITA LOPES, L. P. M. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial: 2006. p. 109-128.

ROJO, R.; BARBOSA, J. P. Os gêneros integram práticas sociais situadas. In. _____. (Orgs.) *Hipermodernidade, Multiletramentos e gêneros discursivos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 53-83.

SANTOS FILHO, I. I. Processos de pesquisa em linguagem, gênero e sexualidade [Introdução]. In. _____. *Processos de pesquisa em lingua-*

gem, gênero, sexualidade e (questões de) masculinidades. Recife: Pipa Comunicação, 2017a. p. 17-45.

_____. Na guerra sexual: ditadura gayzista? Não! Cultura nazifascista. In: _____. *Processos de pesquisa em linguagem, gênero, sexualidade e (questões de) masculinidades*. Recife: Pipa Comunicação, 2017b. p. 245-255.

_____. *Contemporaneidade e gêneros discursivos “abertos” a insurgências: por uma noção de letramento queer*. 2015d. Disponível em < https://www.academia.edu/18710039/Letramento_Queer >. Acesso em 10 de junho de 2017.

_____. Linguística Queer – para além da língua(gem) como expressão do lugar do falante. In: SILVA, A. P. D. (Org.). *Escrit@s sobre gênero e sexualidade*. São Paulo: Scortecci, 2015a. p. 15-28.

_____. Preâmbulo para uma linguística queer – gêneros, sexualidades e desejos na cultura heteronormativa e aspectos linguístico-discursivos. In: *Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015b.

_____. Da emergência da linguística queer. In: *Seminário de Pesquisa: Introdução à Linguística Queer*. Programa de Pós-Graduação em Letras. Maringá: UEM, 2015c.

_____. *A construção discursiva de masculinidades bissexuais – um estudo em linguística queer*. Tese Doutorado-UFPE. Recife. 2012.

SIGNORINI, I. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em linguística aplicada. In: _____.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade – questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 99-110.

VAN LEEUWEN, T. The visual representation of social actors. In: _____. (Org.) *Discourse and practices: new tools for critical discourse analysis*. New York: Oxford University Press, 2008. p. 136-148.

VEIRA, M. C. A revolta da mulher-objeto. *Veja*, p. 82-85, 29 de março de 2017.

Tirando a Bíblia do armário: o cristianismo como fonte de um discurso religioso indecente

VICTOR VERÍSSIMO¹

INTRODUÇÃO

João, na notória introdução do seu Evangelho ao dizer que “no princípio era apenas o Verbo”, talvez tenha sido o primeiro escritor a ter um *insight* em relação à natureza do discurso: o discurso “cria” mundos. Esses mesmos discursos também criam sujeitos e, mais que isso, criam sujeitos-no-mundo que podem tomar para si a tarefa de recriarem a si mesmos, criando novos mundos nos quais novos sujeitos possam *ser* no mundo. Assim como a própria criação está sempre em plena expansão – uma condição essencial para a sua perenidade e (apenas) aparente estabilidade – os sujeitos também estão continuamente se destruindo e reconstruindo no desejo de criar “mundos imaginários” (BUTLER, 2012). O sujeito do cristianismo não seria diferente. O discurso que é analisado aqui está intimamente ligado

1 Doutorando em Linguística na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; E-mail: verissimorum@gmail.com

à reconstrução de identidades e de um conceito que também foi, como aponta Foucault (1985), criado, ouvido e silenciado historicamente: a sexualidade.

Ainda que um pouco dispersas, há iniciativas em todo o país de grupos religiosos que se engajaram na empreitada de construção de novas identidades baseadas na sexualidade através do discurso do cristianismo. Destacamos aqui as Pastorais da Diversidade espalhadas em inúmeras paróquias no Brasil, bem como grupos de estudos e pesquisa acadêmica, como por exemplo o da PUC – RJ, a Escola Superior de Teologia de São Leopoldo – RS e o P(r)egação, grupo de estudos de teologia gay/queer que tenho o prazer de coordenar no Instituto de Estudos da Linguagem, na Unicamp.

O advento da *queerização* do discurso cristão já é uma realidade fora do Brasil há, pelo menos, duas décadas. Desde a formação da primeira comunidade católica LGBT em 1970 (chamada “Dignity”) até o surgimento das igrejas “inclusivas” (talvez a mais famosa mundialmente seja a Igreja Metropolitana) no âmbito do protestantismo, a sexualidade – ainda que relegada ao status de tabu na maioria dos ambientes religiosos – tem sido posta em pauta por religiosos mais progressistas que se propõem a avançar para as águas mais profundas ou, nas palavras do papa Francisco, ir “às periferias existenciais”.²

O seguinte capítulo propõe um saudável afastamento da noção por vezes dicotômica de discurso religioso e discurso teológico como proposta em Orlandi (1996), procurando romper com essa relação e aproximando o discurso religioso à noção de discurso em Foucault (1996) e, dessa forma, enxergando uma espécie de *continuum* entre essas duas formas que, a nosso ver, não são tão distintas nem opostas de representação e construção de enunciados. Essa ruptura é não só (mais que) necessária

2 Palavras proferidas pelo papa em discurso a uma delegação de bispos no dia 9 de outubro de 2016 no Vaticano.

como também já é vista no âmbito da própria teologia moral, ao se perceber que a ideia de não reversibilidade – e ilusão de reversibilidade – do discurso religioso já foi, ainda que em outros termos, posta em xeque por teólogos moralistas como Leers e Trasferetti (2002, p.21) ao apontarem que, por exemplo, as flutuações morais das prescrições higienistas de ordem sexual ao longo da história do cristianismo fizeram-se acontecer na “readaptação às aspirações mais profundas dos homens e às inspirações mais genuínas do Evangelho”; tal realidade também é vista na Teologia da Libertação, um dos pilares desse discurso religioso e que será evidenciado adiante.

Como toda observação em terceira pessoa que a “etiqueta” das ciências exige, esse capítulo também se presta a ser transviado, uma vez que as vozes que aqui ecoam frequentemente tomam secretamente uma primeira pessoa e, ainda que tentem não levar tanta paixão às próprias palavras, assumem publicamente o pé dentro e fora do armário do mitológico ente ideal denominado de “pesquisador”.

Desta forma, o capítulo estará assim organizado: numa primeira seção discutiremos quem é o sujeito do cristianismo, visto que há “sujeitos” bem como “cristianismos” e se faz necessário que, *a priori*, delimite-se a que tipo de cristianismo estamos a discutir; numa segunda seção, trato da natureza *queer* de Deus – bem como do dogma da Santíssima Trindade – e como Ele pode ser construído dentro desse discurso cristão; depois, analisaremos brevemente a desestabilização do gênero e identidade de Deus como foi proposta dentro da teologia feminista nos escritos de Daly (1973) e pela teóloga Althaus-Reid (2003) e, para finalizar, analiso algumas ponderações sobre o discurso religioso como compromisso social e na (re)construção de novos sujeitos e identidades.

1 VENHAM A MIM AS BICHINHAS, POIS DELAS É O REINO DOS CÉUS!

Quem é o sujeito do cristianismo?

Antes de analisar o discurso do cristianismo sob a ótica *queer*, convém “fazer a Butler” e se questionar a respeito de quem seria o sujeito do cristianismo. É importante salientar – ainda que possa parecer óbvio a muitos leitores – que não consideramos que o sujeito do cristianismo é um só, como nem mesmo o próprio cristianismo o é, e nem se desenvolveu ao longo da história como uma ideologia homogênea, livre de tensões e distensões. Há cristianismos. E esse tipo de teologia cristã que se enveredou pelo discurso *queer* foi/tem sido tão fecundo que até hoje seus ecos parecem se harmonizar com, incrivelmente, falas do próprio representante máximo da hierarquia do catolicismo romano.

Segundo Boff e Boff (1998), toda teologia nasce de uma espiritualidade e de um encontro com Deus dentro da história. A teologia *queer* não foi diferente; é uma teologia que nasce de uma certa promiscuidade de ver-se em um mundo no qual a narrativa do amor foi construída pela heteronormatividade: sentir-se transviado é a maldição que pode ser convertida em benção quando se observa que o discurso religioso cristão trata fortemente – loucura para os homens, como já disse São Paulo – do sujeito que foi desprezado. Aí o lugar de fala daqueles a que os discursos em circulação nos movimentos sociopolíticos chama de “minorias” toma seu lugar de destaque: o cristianismo fala àquele/daquele que foi negada a voz.

O cristianismo como ideologia e a sua adesão, nas palavras de Gutiérrez (1975), é a convicção da “radical incompatibilidade das exigências do Evangelho com uma sociedade injusta e alienante”. Sendo assim, parecendo fazer ressoar todo um espírito de uma época engajado na construção de novas narrativas a par-

tir dos sujeitos que foram calados na construção da história, o discurso teológico voltado para uma libertação aponta explicitamente que o autor último de uma autêntica e verdadeira teologia contemporânea são “os próprios oprimidos” (GUTIÉRREZ, 1975, p. 369). Nessa empreitada, a construção da identidade de um homem novo está intimamente ligada a algum tipo de “responsabilidade perante os seus irmãos e a história” (Vaticano II – GS).

Se até aqui ainda não pareceu óbvia a brecha no armário que a Teologia da Libertação – nascida do contexto da Igreja sofrrente na América Latina – deixou aberta e permitiu que entrassem novos ares no discurso cristão, chegou então o momento de apontar que o salto na compreensão do “oprimido” como sendo também o LGBT foi o estopim da produção teórica que surgiu e a que hoje se intitula como “teologia *queer*”. Bem mais que a abstração (por vezes assaz rasa) da fundamentação de um tipo tolerante de cristianismo como um mero representante de uma permissividade movida pelo “amor ao próximo”, o discurso proposto pelos teólogos *queer* vai muito além e, tal como a Teologia da Libertação, imputa nos sujeitos do cristianismo um compromisso de identificar-se “radical e combativamente com todos os que sofrem em primeiro lugar o peso da opressão” (GUTIÉRREZ, 1975). O buraco é mais em baixo.

Talvez essa seja uma das maiores críticas recebidas pela Teologia da Libertação, e há quem a encare como sendo um dos grandes elogios: é uma teologia que olha demais para a terra, e às vezes parece esquecer-se do céu. Considero injusta essa crítica, pois o que aqui se vê é uma inovação no discurso (e na *práxis*) em que toda uma linguagem religiosa pautada numa promessa de um “céu” ganha um novo fôlego: as realidades que hão de vir (o encontro com Deus na escatológica visão do paraíso cristão) já estão, dialeticamente, presentes no seio da história. Isso lança o cristianismo em outro patamar.

Muitos mais que uma rupertura, a promessa de uma vida para além da história se dá através de uma *continuidade*: o Reino de

Deus já está presente aqui. E em cada momento de libertação pessoal que o sujeito do cristianismo liberta a si mesmo e se torna mais humano – tal como Deus o foi, na figura de Cristo – a história da humanidade dá um salto à frente, rumo ao que, no limite do tempo, será a consumação da própria história, como mostra Gutiérrez (1975). Tal discurso aponta para um compromisso religioso com as relações de conflito e de poder inscritas na materialidade da existência humana.

Nessa identificação do sujeito do cristianismo com o sujeito que sofre o peso da opressão, algumas aproximações das propostas hegelianas elaboradas em Butler (2012, p. 58) para o desenvolvimento das subjetividades tornam-se ainda mais confluentes com o discurso do cristianismo. Butler afirma que “não nos recompomos através do trabalho solitário, mas através do olhar do Outro que nos confirma”, isso está intimamente ligado ao incessante apelo do cristianismo em ser comunidade e, através do “irmão”, reconhecer-se como criatura: iguais e diferentes. Seria somente através desse ser em comunidade que a mensagem do Evangelho se torna viva; estar na presença de um Outro é parte tão essencial da conversão ao cristianismo que, nas palavras de Gutiérrez (1975, p. 261), so se é possível estar de pé quando, contrariamente às leis da física, “o nosso eixo passa fora de nós”.

A segunda aproximação diz respeito ao eterno ser-em-processo afirmado por Butler (2012) ao evocar o sujeito hegeliano, sendo alinhado aos vários teóricos cristãos que pensam na virtude da esperança. A “espera ativa” (GUTIÉRREZ, 1975) encarnada na esperança é, segundo Moltmann (2005), parte essencial da existência de uma doutrina cristã. É, segundo ele, uma “tendência para a frente, renovação e transformação do presente [...] o meio em que se move a fé cristã e dá o tom a tudo o que há nele [o presente]”. Sendo assim, no discurso cristão, “não há repetição pelo correr dos séculos” (LEERS E TRASFERETTI, 2002), mas há de se reconhecer que, assim como no sujeito protagonista da comédia de erros pintado por Butler (2012), há sempre o

risco de falsos reconhecimentos e reconstruções de si mesmo. O discurso do cristianismo ao longo da história é também uma amostra disso.

Para finalizar a exposição a respeito do sujeito do cristianismo, convém citar que esse sujeito é – essencialmente – dotado de um corpo físico. Tentando dissolver as dicotomias de matéria *versus* espírito comuns à filosofia grega e que impregnaram o cristianismo paulino – mas curiosamente estranhas à atmosfera judaica na qual Cristo estava imerso. Musskopf (2005) aponta que a teologia *queer* recupera a corporeidade ao sujeito cristão: não se tem um corpo, se *é* um corpo. O corpo se torna, nas palavras de Musskopf (2004, p. 203), muito mais que um meio pelo qual dispomos para produzir sentido, o corpo “é o lugar hermenêutico por excelência para lermos os diversos códigos pelos quais se está exposto”; os discursos trabalham nos corpos, mas os corpos resistem (JORDAN, 2015) e, dessa forma, os corpos geram novos discursos. A materialidade do discurso cristão proposto pela teologia *queer* é pautada nas vozes que emanam de corpos “não dóceis”.

Agora que já analisamos o sujeito do tipo de cristianismo que se propôs a ser *queerizado*, adentraremos na teoria *queer* bem como no conceito de *performatividade* ao se utilizar uma linguagem quando se fala da natureza de Deus.

2 DEUS É QUEER

Nessa seção discutiremos a partir do pensamento do teólogo suíço Hans von Balthasar algumas ideias que, ainda que não tendo alcançado a radicalidade da teologia feminista que veremos mais adiante, foram fundamentais ao trazerem para o centro da teologia as questões do masculino e feminino na natureza da Santíssima Trindade, um dos dogmas do cristianismo.

Balthasar foi bem quisto pela religião católica oficial e por boa parte da hierarquia da Igreja ao servir – ironicamente – de funda-

mento para o conservadorismo que a questão do sacerdócio feminino foi/tem sido tratada, mas, ao mesmo tempo, suas mesmas indagações serviram de munição aos seus principais comentadores que trataram de desestabilizar as categorias de gênero ao se referirem à natureza de Deus. Em Balthasar, há uma denominação dos conceitos *supramasculino* e *suprafeminino* que, segundo Da Costa (2007) não podem ser tidas como necessariamente os mesmos conceitos (complexos) de masculino e feminino que existem na relação biologizante da humanidade.

Para trazer à discussão sobre a natureza de Deus as categorias tão próprias ao humano quanto “masculino” e “feminino” (e até “ativo” e “passivo” como veremos logo mais), Cheng (2011) aponta que uma perfeita discussão sobre a natureza de Deus é, no limite, uma ultrapassagem das categorias de gênero e sexualidade. No entanto, só se é possível falar de Deus através de analogias da linguagem – no nosso caso, analogias pautadas na corporeidade dos LGBTs. Ainda assim, por mais desconstruídas que as categorias levantadas pelo discurso LGBT possam parecer, deve-se ter em mente que Deus é a própria dissolução dessas categorias.

Retomando a tradição aristotélica, Da Costa (2007) aponta que “feminino” e “masculino” estão relacionados à, respectivamente, “matéria” (ou seja, “possibilidade”) e à “forma” (ou seja, “ato”). Essas relações foram *queerizadas* a ponto de teólogos como Balthasar atribuírem ambos os papéis às Pessoas da Trindade e às relações entre homem-Deus e Cristo-Igreja.

Balthasar, em um dos volumes que discute a natureza da Trindade, traz uma reviravolta na linguagem ao retratar as pessoas da trindade como sendo masculinas e femininas:

[...] o Pai, ser incriado e que não tem origem, aparece inicialmente como supramasculino; o Filho, consentidamente, aparece como suprafeminino mas, no seu ato junto ao Pai ao soprar o Espírito Santo, acaba sen-

do também supramasculino, no entanto para o Espírito, acaba sendo suprafeminino. Há algo também de suprafeminino no próprio Pai já que Ele se permite ser determinado pelas demais Pessoas [da Trindade] que procedem d'Ele (BALTHASAR, 1993 p. 91).

Essa mesma teologia imputa fortemente à figura de Deus-pai um gênero masculino afirmando que “o suprafeminino não afeta a supremacia do Pai na Trindade”. Seguindo o raciocínio do próprio teólogo, tendo Cristo se encarnado num corpo necessariamente masculino, uma vez que “somente ele poderia demonstrar o rosto masculino de Deus”, pode-se, como fez Loughlin (2007), descrever o Deus-pai como uma espécie de “ativo” numa relação homoerótica dentro da Trindade visto que o “falo de Deus”, que é onipotente e nunca está flácido (ALTHAUS-REID, 2003) pode ser sempre sentido ao agir no mundo, mas nunca é visto. A face paterna de Deus é, então, “um agente último que atua com as suas duas mãos” (BALTHASAR, 1993).

Ao tratar da ação de Deus, a Teologia da Libertação (GUTIÉRREZ, 1975) elucida que a história da humanidade é o palco onde Deus encontra lugar para ser. Em termos *queers*, é o local onde Deus desempenha ou *performatiza* o seu papel de criador generoso e amoroso, onipresente, onipotente e onisciente. Cheng (2011) afirma que tais características seriam de fato apenas uma questão de performatividade divina e, assim, Deus pode incorporar outros “oni” tais como “onisssexual”, “onigênero” e “oniqueer”. Uma vez que Deus assumiu a natureza humana em Jesus Cristo, Ele pode ser tido como uma entidade sempre diversa, múltipla e mutante de realidades que os seres humanos também eventualmente performatizam em seus corpos.

Loughlin (2007) prossegue afirmando que a natureza de Deus é essencialmente *queer* pois Ele é “uma identidade sem existência”, ou seja, ao relembrar as palavras de São Tomás de Aquino,

Loughlin afirma que Deus é radicalmente “inconhecível” só sendo possível afirmar a sua existência a partir do que Ele não é. Ser *queer*, segundo Loughlin, configura-se nessa mesma dimensão: é algo que não pode ser definido, mas é possível apontar os efeitos dos seus desdobramentos. Deus é, então, naturalmente *queer*.

Retornando ao tema da Santíssima Trindade, Cheng (2011) demonstra que a noção de Trindade revela Deus como uma comunidade interna: sua unidade e trindade fazem colapsar as noções de “self” e “outro”: na Trindade, Deus é simultaneamente Ele mesmo e o outro. E, tal como as escrituras revelam que Deus é amor (conforme João 4,8), nas palavras de Cheng, essa relação íntima de amor entre as pessoas onissexuadas da Trindade pode ser mais bem entendida como uma relação poliamorosa. Desta forma, a Trindade é – por si só – um modelo de como se relacionar entre nós na dimensão humana. Da Costa (2007) reforça que cada uma das pessoas da Trindade é masculina e feminina tal como ativa e passiva. Assim, as relações *queerizadas* fazem parte do plano divino, uma vez que essas representam um extravasamento do modelo de amor da Trindade para uma esfera da realidade humana.

Para Althaus-reid (2003), a Santíssima Trindade pode ser entendida de formas ainda mais radicais, visto que o Deus onigênero, amor uno e trino é um crítica tanto à heterossexualidade quanto à monogamia. Para ela, a Trindade pode ser entendida como uma orgia na qual “os homens e as mulheres não são limitados a díades ou indentidades sexuais fixas” (ALTHAUS-REID, 2003, p. 59).

Helminiak (2006) salienta que as relações entre as pessoas da Trindade presentes desde o início da humanidade e a comunidade LGBT possuem também elementos em comum: relações fraternais para além dos limites de gênero, equidade nessas mesmas relações, crescimento pessoal (no caso dos LGBTs, a evolução pessoal necessária para a saída do armário) e, por fim, preservação das indentidades como sendo únicas e pessoais.

3 COMO UMA DEUSA?

Uma das outras grandes contribuições que nos deu a nova onda de resignificações do discurso religioso por meio da linguagem é a dissolução do gênero de Deus. É muito comum – quase arquetípica – a imagem de um deus barbudo (ou seja, masculino), já idoso e com seu olhar vigilante sob a terra. No entanto, teóricos como Daly (1973), se debruçaram na desconstrução da visão sexista e falocêntrica de Deus para apontar que a ideia de um deus transcendido de sua corporeidade masculina é a prefiguração dos corpos gloriosos que, tendo-os já os anjos, é a promessa dos seres humanos. Althaus-reid (2002), em diversos momentos, menciona que o corpo glorioso que todos os humanos gozarão na plenitude de suas existências eternas é um corpo *queer*.

Deus já o é, como citado acima. É um deus que é trino e uno, mas, ao mesmo tempo, que não tem formas masculinas. Jesus Cristo, concebido por uma mulher virgem, traz na sua genética (XX ou XY?) a intersexualidade que toda a Trindade já possui: um deus que é trino e uno e não está atrelado a um corpo sexuado necessariamente masculino. Daly (1973) demonstra que uma visão sexista e machocêntrica de Deus serviu para naturalizar a dominação masculina ao longo de milênios:

Se Deus em seu céu é um pai que dita normas ao seu povo, então estaria na natureza das coisas e em acordo com os planos divinos e com a ordem do universo que a sociedade seja dominada pelos homens. Nesse contexto, uma mistificação dos papéis se desenvolveu: a dominação do marido em relação a sua esposa representa o próprio Deus (DALY, 1973 p. 13).

Mais quais seriam as razões de, no contexto secularizado e laico em que vivemos, existir um feminismo que fale de Deus? Daly (1973) sublinha que refazer uma linguagem para falar de Deus é parte da revolução pessoal-social a que toda a huma-

nidade assistirá a partir do feminismo. A linguagem para falar de Deus não estaria imune à revolução: é um movimento que também, inevitavelmente, “vai gerar uma nova linguagem de transcendência” (DALY, 1973, p. 21). Nesse momento o sujeito do feminismo se encontra com os demais sujeitos da Teologia da Libertação e do movimento LGBT; em Daly, a novidade das palavras de Deus implicará necessariamente na sua realocação em um campo semântico diferente e não na mera alternância de material fonológico. A libertação proposta pelo feminismo é, segundo Daly, uma libertação de todos os seres humanos e, é impossível crer que a imaginação e inteligência religiosas permaneceriam dormentes ao longo do processo. Fazendo uma ponte com Gutiérrez (1975), momentos em que a humanidade dá um salto à frente de sua própria libertação são os momentos em que o reino de Deus se faz presente. Todas as pessoas da Santíssima Trindade, rememorando a cena da criação no Gênesis, assistem a uma nova criação. Mais uma vez – de uma forma perene, mas sempre nova – a linguagem (o “verbo”) (re)cria o mundo.

Sendo as mulheres uma categoria capaz de questionar toda a estrutura social a que assistimos, refazer uma linguagem para falar de Deus a partir do feminismo é também enfrentar três grandes entidades (demônios vestidos de Deus) que assombram o discurso religioso que – nas palavras de Daly – se arrastam em hinos, sermões e na educação no cristianismo e, mais gravemente, afetam as relações de poder a ponto de serem do desejo do feminismo a sua destruição: (i) Deus como um “tampão” para a incompletude do conhecimento, o que, por vezes, serve como legitimidade da inércia social frente às injustiças e sofrimentos, (ii) Deus como um ser apenas do “outro mundo”, o que limita as autorrealizações nesse plano material com a promessa de que o crente deve se focar unicamente nas realidades que estão por vir e, finalmente, (iii) Deus como julgador dos pecados, que serve para assujeitar e legitimar regras e costumes que tiveram suas gêneses em momentos históricos pontuais e, dessa forma, manter

falsas consciências e sentimentos autodestrutivos de culpa. Daly (1973) recorda que essa última característica ainda tem servido para que mulheres sejam relegadas a papéis secundários através de uma passividade conseguida por meios simbólicos e verbais, incluindo os próprios ritos religiosos.

Para finalizar, Daly descreve que usar as armas do inimigo contra ele mesmo também não é uma estratégia eficaz e que, na verdade, é talvez uma das formas de fadar a revolução ao fracasso. Para Daly, se Deus é macho, então o macho é deus, logo, a simples troca de um deus (pai e macho) por uma deusa (fêmea) também é inapropriada e levará a uma inversão das opressões e não a uma libertação de toda a espécie humana, um dos pilares do feminismo a que ela se filia e condição de uma teologia para a libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUE DISCURSO RELIGIOSO É ESSE?

Apesar das oscilações que o discurso cristão teve ao longo da (sua) história, é notório o quanto a transcendência sempre foi parte da gênese da figura de Cristo. O próprio Cristo, ao ser extremamente religioso – e um tanto político – transcendeu o discurso da religião do seu tempo.

No que foi aqui analisado, o discurso religioso exige mais que uma contemplação, e sim uma ação eficaz que liberta. Um serviço solidário ao oprimido como um ato de amor ao Cristo sofredor (BOFF & BOFF, 1998). O discurso religioso como libertação pode ser visto desde os tempos dos judeus no Egito no Antigo Testamento, passando pelos leprosos, samaritanos e as prostitutas no Novo Testamento e chegando até os gays, lésbicas, transgêneros e *queers* nos nossos tempos.

A religião como cativo (BOFF, 1983) também mostrou a sua face em todos esses momentos, desde a cara estampada de desânimo dos que se arrependeram de seguir as palavras de Moisés e prefeririam ter continuado sob a opressão do faraó, à hipocrisia travestida de santidade dos fariseus doutores da Lei

que se achavam os justos e salvos e, nos dias de hoje, pode-se apontar como equivalente a instituição quase fantasmagórica e alegórica da “família tradicional brasileira” como o reduto da religião como cativo.

O discurso religioso *queer* procura romper com um silêncio. Tradições estão alicerçadas no passado e, por conseguinte, numa manutenção de uma ordem e poder estabelecidos, exatamente o oposto do cristianismo como “prática e movimentação para uma libertação” proposto por Boff e Boff (1998). Seria uma atitude inocente esperar que as religiões como instituições – com um pé na tradição, como dito acima – sejam a vanguarda do discurso religioso de seus tempos. Esse é o papel dos santos e/ou transviados: é o papel dos *queers*.

Uma linguagem religiosa da inércia parece ter sido abraçada por noções de discurso religioso e teológico como a proposta de Orlandi (1996). O discurso teológico *queerizado*, e a própria Teologia da Libertação, apontam para um outro impulso que a religião permite: o impulso de sair dela mesma nos dois sentidos que o termo pode sugerir, seja saindo dela mesma para ir ao encontro do “outro”, como também sair dela mesma como superação dos seus próprios discursos (HELMINIAK, 2013).

Em última instância, tal como o homem do Antigo Testamento utilizou metáforas do seu tempo-espaço histórico para alcançar o inalcançável de Deus e, como reforça Althaus-reid (2003) foi uma empreitada contaminada pelo *status quo* do fervor androcêntrico e heterocêntrico, a teologia *queer* pretende inserir novas vozes e novas analogias nesse discurso para, dessa forma, romper com essas narrativas. Fazer um discurso religioso *queer* é romper com o discurso disciplinador heterossexual; é pensar a experiência religiosa através das experiências dos corpos. É, nas palavras de Goss (2007), sentir Cristo em solitárias e eróticas preces.

Como revela Althaus-Reid (2003), ao longo do tempo o discurso religioso teve as suas covaridas e temores ao impedir que outros fluidos transbordassem nas metáforas teológicas. Durante

séculos foi feita, segundo ela, uma teologia que “pode ver sangue no vinho, mas não sangue no próprio sangue [...] pode ver lágrimas nas imagens da Virgem Maria, mas não pode ver traços de sêmen em suas vestes (ALTHAUS-REID, 2003, p. 47)”. Novas vozes podem ser convocadas, ouvidas e os que estão nos lugares no fundo da festa (seguindo a metáfora de Cristo) poderão ser convidados a virem à frente. Há muito ainda do que se regozijar pela ação humana-divina da renovação da linguagem ao falar de transcendência. Há muito o que se levantar. Parafraseando o salmista: a mão direita do Senhor ainda pode fazer maravilhas.

Há muitos dissidentes sexuais cuja comunidade teológica é composta da reunião daqueles que frequentam bares gays com terços nos bolsos. [...] Ninguém pensou em fazer teologia nos bares gays, apesar de os bares gays estarem cheios de teólogos (ALTHAUS-REID, 2003, p. 2).

REFERÊNCIAS

ALTHAUS-REID, M. *The Queer God*. Abingdon (Reino Unido): Psychology Press, 2003.

_____. *Indecent theology*. Abingdon (Reino Unido): Routledge, 2002.

BALTHASAR, H. U. V. *Teodramática/3: Las personas del drama. El hombre en Cristo*. Madrid: Encuentro, 1993.

BOFF, L. *Teologia do cativo e da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. ; BOFF, C. *Como fazer teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BUTLER, J. *Subjects of desire: Hegelian reflections in twentieth-century France*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

CHENG, P. S. *Radical love: An introduction to queer theology*. Nova Iorque: Church Publishing, 2011.

DA COSTA, G. Queer Trinity. In: LOUGHLIN, G. (Ed.) *Queer Theology: rethinking the western body*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

DALY, M. *Beyond God the father: Toward a philosophy of women's liberation*. Boston: Beacon Press, 1973.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GOSS, R. E. *Queering Christ: Beyond Jesus Acted Up*. Eugene: Wipf and Stock Publishers, 2007.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975.

HELMINIAK, D. *The transcendence Christian: what do you do when you outgrow your religion?* Nova Iorque: Alyson Publisher, 2013.

_____. *Sex and the sacred: Gay identity and spiritual growth*. Oxford: Psychology Press, 2006.

JORDAN, M. D. *Convulsing bodies: Religion and resistance in Foucault*. Sanford: Stanford University Press, 2015.

LEERS, B. TRASFERETTI, J. *Homossexuais e ética cristã*. Campinas: Átomo, 2002.

LOUGHLIN, G. O. In: _____. *Queer Theology: rethinking the western body*. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

MOLTMANN, J. *Teologia da esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã*. São Paulo: Loyola, 2005

MUSSKOPF, A. Identidade masculina e corporeidade: uma abordagem queer. In: *Corporeidade, etnia e masculinidade: reflexões do I Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

_____. Queer: teoria, hermenêutica e corporeidade. In: TRASFERETTI, J. A. (Org.) *Teologia e sexualidade: um ensaio contra a exclusão moral*. Campinas: Átomo, 2004.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e o seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Ponte, 1996.

Formato	15cm x 21cm
Tipografia	ZapfEllipt BT
Software de editoração	Adobe InDesign
Número de páginas	202
Formato	E-book
Edição	Criação Editora

Andréa Mendonça Cunha

Márcia Regina Curado Pereira Mariano

Danniel da Silva Carvalho

Danillo da Conceição Pereira Silva

Flávio Passos Santana

Glauco Damião Souza da Silva

Rebeca Lins Simões de Oliveira

Thiago Gonçalves Cardoso

Lorena Gomes Freitas de Castro

Danillo da Conceição Pereira Silva

Iran Ferreira de Melo

Ismar Inácio dos Santos Filho

Victor Veríssimo